



Vânia Dias Gonçalves

Paisagem Cultural de Pombal

Dinâmicas de um território com potencial turístico

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, na área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pelo Doutor João Luís Jesus Fernandes, apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Paisagem Cultural de Pombal

Dinâmicas de um território com potencial turístico

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	PAISAGEM CULTURAL DE POMBAL – DINÂMICAS DE UM TERRITÓRIO COM POTENCIAL TURÍSTICO
Autor	Vânia Dias Gonçalves
Orientador	Doutor João Luís Jesus Fernandes
Júri	Presidente: Doutor Rui Jorge Gama Fernandes Vogais: 1. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás 2. Doutor João Luís Jesus Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia
Área científica	Geografia Humana
Especialidade	Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Data da defesa	15-10-2013
Classificação	18 valores



AGRADECIMENTOS

Em qualquer etapa da nossa vida, há um caminho a percorrer onde surgem preocupações e dificuldades, em contraposição a períodos de desafogo. Este, mais ou menos sinuoso implica escolhas, cada uma com as suas provações.

Esta dissertação constitui-se um grande desafio pessoal, embora se trate de um trabalho de natureza científica. O bom caminho para a sua concretização é devido ao meu esforço pessoal, mas também a quem me apoio, pelo que lhes devo os meus sinceros agradecimentos.

Como não poderia deixar de ser, um especial agradecimento ao Professor Doutor João Luís Fernandes pela excelente orientação com que pude contar. Obrigada não só pelo rigor científico e leituras atentas que dedicou, como pela paciência, apoio prestado e sugestões apresentadas, pois devo-lhe muito do conhecimento que adquiri ao longo deste percurso.

Também um agradecimento à Doutora Cidália Botas, Diretora do Museu Municipal Marquês de Pombal, que gentilmente cedeu parte do conjunto de fotografias antigas apresentadas no presente trabalho.

À minha família, pais e irmãos, um muito obrigada pela paciência e apoio que me dirigiram. Assim como ao meu namorado e amigos de todas as ocasiões, o meu agradecimento.

RESUMO

As paisagens têm ocupado e desempenhado diferentes papéis na vida do Homem e na sociedade, estabelecendo por isso relações complexas entre elementos. Assim, reconhecendo a sua importância no desenvolvimento de atividades humanas e tendo o município de Pombal para território em estudo, pretende-se fazer uma leitura atenta e pormenorizada da sua paisagem cultural e das dinâmicas ocorridas desde meados do século XX, valorizando as suas geodiversidades.

Deste modo, feito um enquadramento geográfico do território foi possível proceder à identificação das suas potencialidades para um setor ainda pouco desenvolvido neste território, o turismo. Pelo que ao longo deste trabalho interessa perceber a forma como as paisagens se relacionam com o turismo e a sua importância para o seu desenvolvimento.

Contudo, não pode ser esquecido que se trata de um setor económico em crescimento, exigente e competitivo, onde culmina a criatividade na emergência de novas tipologias turísticas.

Palavras-chave: Pombal; Paisagem Cultural; Geodiversidade; Turismo.

ABSTRACT

Landscapes have occupied and played different roles on mans life and society, establishing relations so complex between elements. Thus, recognizing its importance in the development of human activities and taking the city of Pombal as the area under study, we intend on making a detailed and precise readings of its cultural landscape and the dynamics that have occurred since the mid-twentieth century, highlighting their geodiversity.

This way, made a geographical framework of the territory was possible to identify their potential for an undeveloped sector in this territory, tourism. Throughout this work we are intended on realizing how landscapes relate to tourism and its importance for their development.

However, it cannot be forgotten that this is an economic sector that is growing, demanding and competitive, where creativity culminates in the emergence of new tourist typologies.

Keywords: Pombal; Cultural landscape; Geodiversity; Tourism.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
ÍNDICE DE TABELAS	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. Paisagem	4
1.1 Evolução conceptual e novas dimensões valorativas e sensoriais	4
1.2 Paisagem Cultural	14
1.3 Unidades de Paisagem	20
2. Geodiversidade e Paisagem	23
3. Paisagem e turismo	28
3.1 Abordagem preliminar do turismo	28
3.2 Paisagem no contexto do novo turismo criativo	36
3.3 Desenvolvimento turístico sustentável	39
CAPITULO II: PAISAGEM CULTURAL DE POMBAL	42
1. Enquadramento Geográfico do concelho de Pombal	42
2. Paisagem: Caracterização do município de Pombal	45
3. Dinâmicas de paisagem em Pombal	58
CAPITULO III: A PAISAGEM E O TURISMO EM POMBAL	75
1. O turismo no município de Pombal	75
2. Análise crítica à estratégia de Turismo para Pombal	85
3. Propostas de desenvolvimento turístico	93
3.1. Algumas linhas orientadoras	93
3.2. Três proposta turísticas, contemplando a Paisagem Cultural	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
Referências bibliográficas impressas	113
Documentos técnicos e oficiais	118
Referências bibliográficas informatizadas	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 O processo de difusão numa diáspora e a modificação das paisagens culturais -----	16
Figura 2 A emergência do Turismo Criativo -----	34
Figura 3 Localização geográfica do Município de Pombal -----	42
Figura 4 Sistema urbano e acessibilidades em Portugal Continental -----	43
Figura 5 Principais eixos viários do município de Pombal -----	44
Figura 6 Distribuição da população residente por freguesia -----	46
Figura 7 Pirâmide etária da população residente do município de Pombal, 2011 -----	47
Figura 8 Nível de instrução da população residente no município de Pombal, na sub-região do Pinhal Litoral e na Região Centro-----	48
Figura 9 Distribuição da população ativa, por setor de atividade, no município de Pombal, 2011 -----	49
Figura 10 Principais bacias e rede hidrográfica do território -----	50
Figura 11 Carta Geológica simplificada do município de Pombal -----	52
Figura 12 Mapa hipsométrico do município de Pombal -----	53
Figura 13 Contraste de paisagem no Município de Pombal -----	54
Figura 14 Localização dos diferentes contrastes de paisagem apresentados na Figura 13 -----	55
Figura 15 Unidades e grupos de unidades de paisagem em Portugal Continental -----	57
Figura 16 Rotunda do Agricultor -----	59
Figura 17 Uma das chaminés ainda existentes, imagem de marca da urbanização aí estabelecida -----	57
Figura 18 Rotunda do Emigrante -----	60
Figura 19 Excerto de Carta Militar 1947, Folha nº274. Escala 1: 56 250-----	62
Figura 20 Excerto de Carta Militar 2007, Folha nº274. Escala 1: 56 250-----	62
Figura 21 Vista Geral a partir do castelo. Ponto de referência (R) Igreja do Cardal-----	64
Figura 22 Vista parcial e estação do caminho de ferro-----	65
Figura 23 Vista sobre ponto de contacto com o exterior, saída norte -----	66
Figura 24 Largo do Cardal e Paços do Concelho -----	67
Figura 25 Hospital da Misericórdia, atual Largo 25 de Abril-----	67
Figura 26 Vista a partir da ponte D. Maria -----	678
Figura 27 Vista sobre a cidade, para leste, a partir do miradouro junto à Escola Gualdim Pais -----	679
Figura 28 Vista sobre a cidade, para oeste, a partir da Capela de Nossa Sr.ª de Belém -----	679
Figura 29 Vista sobre o novo troço da IC8 -----	679
Figura 30 Planta da cidade Pombal, com localização das fotografias apresentadas-----	70
Figura 31 Praça Marquês de Pombal, situada no centro histórico e onde se encontram o Celeiro do Marquês (à esquerda), Igreja Matriz (ao centro) e Cadeia Velha, hoje Museu Marquês de Pombal (à direita)-----	701

Figura 32 Forno tradicional das Festas do Bodo de Abiúl -----	702
Figura 33 Palanque dos Duques de Aveiro, situado na mesma praça do forno tradicional-----	703
Figura 34 Ponde Românica sobre o rio Anços -----	753
Figura 35 Painele de Azulejos, comemorativo da Batalha da Redinha, situada na Praça da Guerra Peninsular -----	753
Figura 36 Homepage Pólo de Desenvolvimento Leiria-Fátima -----	75
Figura 37 Homepage Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral -----	77
Figura 38 Homepage Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó -----	78
Figura 39 Homepage Projeto Villa Sicó -----	81
Figura 40 Selo marca Pombalíssimo -----	815

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Algumas definições de Paisagem -----	6
Tabela 2 Nova visão das Paisagens: do monumento para a comunidade. Da Convenção do Património Mundial à nova visão de paisagem -----	13
Tabela 3 Old Tourism versus New Tourism -----	31
Tabela 4 Propostas apresentadas no Planeamento Estratégico de Pombal, enquadráveis no âmbito dos eixos Património e Cultura e do Ambiente, Lazer e Urbanismo -----	83
Tabela 5 Percursos/ Trilhos e Ciclovias existentes no município de Pombal -----	86
Tabela 6 Parques de merendas e lazer -----	87
Tabela 7 Listagem do património classificado no município de Pombal-----	88
Tabela 8 Património de interesse turístico no município de Pombal, por freguesia-----	89
Tabela 9 Museus e Núcleos museológicos no município de Pombal -----	90
Tabela 10 Levantamento de artesanato e gastronomia local -----	92
Tabela 11 Quadro Técnico Peddy paper fotográfico -----	101
Tabela 12 Quadro Técnico Jornadas-----	104
Tabela 13 Quadro Técnico programa Turismo Industrial -----	108

INTRODUÇÃO

Reconhecendo o valor multifacetado da paisagem e a forma como esta pode refletir a identidade de um território propõe-se a realização de um estudo focado nesta temática, abrangendo a sua relação com o turismo. Este, desenvolvido no âmbito da Geografia Humana, terá como área de estudo um local do qual existe um sentido de filiação ao lugar, o município de Pombal.

Embora também abordada em outras disciplinas, o debate do tema paisagem não é recente nem consensual, contudo o seu valor e importância coloca-a na base de diferentes estudos geográficos. O seu conceito encontra-se em constante evolução considerando não só aspetos físicos e naturais, como também o património nas suas diversas vertentes e fatores antrópicos, reflexo da sua cultura.

Com capacidade de afetar e influenciar as vivências e o desenvolvimento das comunidades, a forma como é reconhecida e interpretada desperta diferentes necessidades e vontades de consumo. Assim se induz a que seja considerada um recurso extensível a diferentes atividades, desde artísticas a económicas, bem como a exigir necessidade de proteção e de que seja ponderada em questões de ordenamento e estratégias de desenvolvimento de um território. Neste seguimento é de considerar o turismo e a sua relação com a paisagem, neste trabalho analisada enquanto recurso.

De referir que este setor, apesar da sua volatilidade, é uma importante atividade económica a nível mundial sendo, por vezes, equacionado na definição de estratégias de desenvolvimento do território. Assim se exige que se considerem todas as suas vertentes, a fim de assegurar a sua sustentabilidade.

As características heterogéneas e diversidade de elementos presentes no município de Pombal, sugere uma vasta e diferenciada possibilidade de opções para o recurso da paisagem na vertente turística, potenciada pela existência de um património cultural significativo. O que, a par com a centralidade territorial e um conjunto de relações complexas que possui, justifica a sua escolha como caso de estudo.

Abre-se espaço ao estudo empírico, onde se pretende proceder a uma análise da sua paisagem cultural, compreender a sua identidade e trajetória, ilustrado por um levantamento fotográfico que revele as suas dinâmicas.

O presente estudo divide-se em três partes fundamentais. Uma primeira que constitui um enquadramento teórico, onde são abordados os conceitos e temas de Paisagem, Geodiversidade, Unidades de Paisagem e o Turismo.

Com uma base conceptual estruturada e trabalhada, passa-se ao estudo empírico, onde se procede ao enquadramento do espaço territorial, o Município de Pombal, e sua caracterização. Esta será acompanhada de uma análise de contrastes e transformações, tendo em conta a evolução e dinâmica da paisagem, o que constitui o segundo capítulo.

Esta análise e apresentação da paisagem que define o território em estudo é encarada como ponto de partida para a exposição de uma proposta de desenvolvimento turístico. O que constitui a última parte desta investigação sobre a Paisagem Cultural de Pombal e o seu potencial turístico, onde se procura tirar partido da paisagem como fonte de inspiração e informação, como um recurso e como potencial educativo.

Assim se definem como objetivos:

- Analisar e apresentar a diversidade paisagística existente no município e sua dinâmica.
- Apresentar um conjunto de ideias, baseadas na diversidade e particularidades da paisagem, que possam contribuir para o desenvolvimento turístico.

Para tal consideram-se como questões de investigação as seguintes:

- Quais as unidades de paisagem presentes no concelho de Pombal?
- Que geodiversidades existem na paisagem cultural?
- Que relação existe entre paisagem e turismo e qual a sua importância no desenvolvimento de tipologias turísticas emergentes?

A metodologia a utilizar, a fim de atingir os objetivos, passa pelo recurso a diferentes técnicas consoante o momento em que se encontra o estudo.

Numa primeira fase é realizada uma recolha e análise bibliográfica, em termos de definição de conceitos e de base teórica que sustentam o estudo. Técnica extensível à fase seguinte onde, a par com todo o conhecimento empírico do território adquirido ao longo dos anos e com trabalho de campo, se procede à caracterização do município em estudo. Em ambos os casos é de recorrer a diferentes publicações, artigos, livros e partes de livros, disponíveis em suporte físico e/ou na Internet. Em complemento faz-se valer de outras investigações já realizadas sobre o município, objeto de estudo, de que são exemplo o estudo «Pombal – 8

séculos de História»; «Plano estratégico da cidade de Pombal»; «Potencialidades de afirmação estratégica de Pombal – A importância do Carriço e Guia»; «A paisagem urbana de Pombal – dinâmica geográfica, representações simbólicas e apropriações ideológicas».

Para a análise das dinâmicas da Paisagem de Pombal, é importante proceder ao tratamento de informação estatística, referente ao último Recenseamento da População de 2011, o que permite avaliar a estrutura demográfica, económica e cultural. A fim de uma melhor compreensão dos processos demográficos ocorridos ao longo dos anos é também considerada a informação referente à emigração, disponibilizada em estudos realizados sobre o município.

Este trabalho é complementado por uma recolha fotográfica que visa, por um lado ilustrar as diferenças ao nível das unidades de paisagem e de elementos identificadores e diferenciadores, por outro um exercício de leitura da paisagem e suas transformações. Este último baseado no trabalho desenvolvido por Duarte Belo «Portugal – Luz e Sombra», onde à sua semelhança será selecionado um conjunto de fotografias antigas, referentes à década de 40, da cidade de Pombal. O passo seguinte consiste em visitar os mesmos locais e, procurando uma mesma perspetiva, fotografar os mesmos espaços, mas 73 anos depois marcado pelo tempo.

Tal como Duarte Belo (2012) refere “Estas fotografias dão-nos conta, com fascínio e inquietação, do poder avassalador do tempo e das imparáveis construções humanas, na modelação da identidade de um povo”.

Após avaliação da paisagem, suas características e potencialidades, estas serão o incentivo para encontrar e delinear linhas orientadoras que possam surtir um contributo positivo no seu desenvolvimento turístico. Daqui resulta uma apresentação de sugestões de propostas, cuja implementação não invalida um trabalho posterior e detalhado, num contacto mais direto com a paisagem realizado em campo.

CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Paisagem

1.1 Evolução conceptual e novas dimensões valorativas e sensoriais

A paisagem constitui um conceito central na Geografia e o seu estudo, segundo Medeiros (2001), é tão antigo como esta ciência. Equiparável, por Jorge Gaspar (1993: 11), à língua e à religião, trata-se, de um elemento “poderoso de identificação cultural”. No entanto, nesta disciplina, o seu interesse revela-se irregular ao longo dos tempos.

Para Jorge Gaspar (2001: 84) é o “conceito-chave do paradigma dominante na Geografia de entre as duas grandes guerras”, temática que terá emergido de novo nos estudos geográficos. Este retorno não ocorreu só nesta ciência, mas também em outras áreas, desde as ciências naturais e sociais às artes, podendo ser expressa através de diferentes meios como a pintura, a literatura, a arquitetura e a fotografia. É também “o resultado de um fluir de acontecimentos sobre um determinado espaço” (ALMEIDA, 2006: 32), logo sob influência de dinâmicas territoriais distintas, onde as dimensões política, social e ideológica detêm um papel fulcral. Facto é que a paisagem, ao longo do tempo, tem adquirido novas dimensões valorativas e sensoriais, interrelacionando-se de forma intensa com a arte e as humanidades (AZEVEDO, 2008).

Na origem do conceito, está a rotura das imposições ideológicas da religião medieval, o brotar do interesse pela natureza e o mundo que as rodeia. Como refere Ilídio do Amaral (2001), a noção de paisagem está associada às transformações decorridas entre os séculos XV e XVII. Desta nova maneira de interrogar a natureza, resulta a noção de paisagem como representação de um acontecimento, “enquadrado por uma dada realidade geográfica” (ALVES, 2001: 67), através da pintura. Noção que perdurou cerca de dois séculos mesmo tratando-se de representações de paisagens idealizadas, muito associadas ao belo.

A associação da origem da paisagem à pintura é reconhecida por vários autores, como é proposto por Teresa Alves (2001: 67), ao citar Roger (1997), “A noção de paisagem no Ocidente surgiu associada ao desenvolvimento da arte da pintura”, ou por Jorge Gaspar (2001: 85), citando Perigord (1996) e Béguin (1995), que adianta tratar-se de “uma invenção do Renascimento ou, mais apropriadamente, da pintura renascentista”.

Estudos mais aprofundados da origem do conceito remetem para a Idade Média que, como refere António Campar de Almeida (1997), se associa ao vocábulo germânico *Landschaft*, não deixando, contudo, de reconhecer o facto de a noção de paisagem se ter difundido através da pintura renascentista. Assim, a mesma desenvolveu-se de acordo com a forma de ver e sentir, o processo de observação, onde a forma de representação artística acompanhava as correntes literárias e artísticas, os movimentos culturais e as técnicas a elas associadas (AMARAL, 2001; AZEVEDO, 2008).

Ao nível etimológico, paisagem deriva de ‘*pagus*’, campo. Nas línguas germânicas os termos *landscape*, *landschaft*, *landschap* derivam de *land*, mantendo o significado primário de *pagus*, «a terra cultivada», «o campo», tendo em simultâneo os significados gerais de região e de país. Nas línguas de origem latina, esta relação nem sempre se verifica, pois enquanto na língua francesa ‘*pagus*’ deu origem aos termos *pays*, *paysan*, *paysage*; na língua portuguesa o mesmo não ocorre.

Conceito de grande ambiguidade, a paisagem pode ser considerada de variadas formas dependendo de disciplinas e perspetivas segundo as quais está a ser analisada, sendo difícil a sua conceptualização e das quais estão sujeitas a sua multidimensionalidade e multidisciplinaridade.

Meining procurou demonstrar a ambiguidade do conceito apresentando um conjunto de sobreposições que permitiam defini-lo.

“Landscape is related to, but not identical with, nature. (...) Every landscape is a scene, but landscape is not identical with scenery. (...) Landscape is a portion of the earth’s surface, related to, but not identical with, region, area, of geography” (cf. BACKHAUS, 2009: 11).

Na linguagem corrente, paisagem “tem o significado de extensão de território abarcada pelo campo de visão de um observador” (AMARAL, 2001: 76).

No campo científico, sobretudo na Geografia, a questão tem sido muito debatida, com implicações na evolução do próprio conceito, também sob influência de diferentes escolas de pensamento, suas correntes, concepções e representações, identificáveis pelos objetos de estudo e métodos de análise. É neste seguimento que se identificam diferentes definições de paisagem na Tabela 1.

Tabela 1 Algumas definições de Paisagem (elaboração própria).

Definição	Referência
“Mais do que uma entidade fisionómica e estética, a paisagem geográfica engloba todas as relações genéticas dinâmicas e funcionais que ligam as componentes de cada parte da superfície do globo.”	H. Lautensach, 1938. In Teresa Salgueiro, 2001: 43.
“A paisagem é, numa certa porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos ou abióticos, biológicos e antrópicos que reagindo dialecticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável que evoluciona em bloco.”	Bertrand, 1968. In Teresa Salgueiro, 2001: 44.
“A paisagem é a expressão observável à superfície da terra, pelos sentidos, da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens. Ela é, essencialmente, mudável e não pode ser apreendida senão na sua dinâmica.”	Pitte, 1983. In Ilídio do Amaral, 2001: 77.
“A paisagem deve ser assumida como um dos elementos centrais do sistema cultural, uma espécie de montagem ordenada de objetos (materiais e imateriais) que atua como um sistema de significados através do qual o sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado.”	Duncan, 1988. In Teresa Alves, 2001: 74.
“A paisagem é uma maneira de ver o mundo e «só se vê o que se tem na cabeça».”	Piveteau, 1989. In Teresa Salgueiro, 2001: 38.
Paisagem, entendida como “secção específica de superfície terrestre passível de ser percebida como todo harmonioso constituído por diferentes fatores naturais e antropogêneos”.	U. Wardenga, 1997. In Ana Azevedo, 2008: 103.
A definição de paisagem “não pode deixar de refletir o uso que se pretende dar ao objeto em causa”; “corresponde a um espaço, (...), ao alcance do olhar humano”; dependendo do “ponto e momento de observação”. “Tem de ser constituída por um conjunto de componentes que formem um todo coerente. (...), em regra heterogêneos, (...) conjugando-se no sentido de ser possível atribuir uma identidade àquele espaço”. “Esta paisagem terá uma dinâmica própria, nem sempre detetável de imediato, mas passível de observação e entendimento”.	António Campar de Almeida, 1997: 31.
“«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos.”	Convenção Europeia da Paisagem, 2000: art.1.
“A paisagem é não só o resultado de uma construção mental individual, como também o produto da evolução das representações coletivas.”	Teresa Alves, 2001: 72.
“A paisagem é o resultado, observado pelo Homem, de um sistema complexo e dinâmico integrando variados fatores naturais e culturais (rocha-mãe, solos, água, relevo, clima, vegetação, uso do solo, estrutura fundiária, povoamento, caminhos e infraestruturas, etc.) que se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo.”	Teresa Pinto Correia, (2005). In Geografia de Portugal, vol.2 Sociedade, Paisagens e Cidades, 2005: 153.

António Campar de Almeida (1997) identifica ideias-força comuns à maioria das definições.

- **Visão** – a paisagem é sempre algo que é visto, que está exterior a nós, mas de que se toma consciência, que causa sensações;
- **Organização** – os objetos componentes da paisagem têm sempre uma distribuição espacial e uma articulação que não são casuais;
- **Espaço** – a paisagem é algo que está sempre inserido num espaço, que é multidimensional e que se explica, fundamentalmente, por uma distribuição espacial das suas componentes;

- **Globalidade** – a paisagem só se entende quando vista numa perspetiva global, pois é o conjunto de todos os elementos inscritos naquele espaço e organizados segundo determinada maneira, que lhe dá a unidade perceptível pelo observador.

(ALMEIDA, 1997: 19-20).

Prosseguindo neste percurso evolutivo da sua conceptualização, de referir que no século XIX, marcado por progressos decisivos nas ciências naturais e predomínio de filosofias da natureza, foram reveladas posturas mais ativas na relação com a paisagem⁸ (PINTO-CORREIA, 2005).

No início desse século pode-se dizer que a paisagem era analisada sobre um ponto de vista objetivo, através do método morfológico, onde o seu estudo se focava na fisionomia, expressão física e visível de uma dada área. Esta é uma visão segundo uma tradição naturalista, próxima da Geografia Física. Na mesma época coexistia o método de análise corológica, onde se privilegia as características de uma área expressas nos seus atributos físico-naturais e humanos e o estudo das inter-relações dos fenómenos nesse território. O que não raras vezes levou à aproximação do conceito de paisagem ao de região (SALGUEIRO, 2001).

Alexander von Humboldt foi uma das personalidades que contribuiu de forma ímpar para a definição do conceito de paisagem. Este observou o papel da vegetação na caracterização das paisagens, considerando-a o elemento mais significativo na contextualização de um lugar na superfície terrestre (RIBEIRO, 2001).

Em consequência das evoluções ocorridas ao longo do séc. XIX, e fruto do desenvolvimento de novas formas de mobilidade, como sugerido por Jorge Gaspar⁹ (2001), o interesse pela paisagem é estimulado pelo aumento de viagens e os seus relatos. Constatam-se novas formas de observar a paisagem e esta passa a estar associada às características do território, como resultado da combinação de elementos naturais e humanos, bem como da forma de aproveitamento dos recursos locais (SALGUEIRO, 2001).

As paisagens transformam-se ao longo do tempo e não se podem dissociar da ação humana. Surgem novos conceitos nos quais a paisagem assume um carácter dinâmico, onde a sua análise contempla aspetos tempo-espaciais, pondera as relações entre os diferentes

⁸ “Principalmente em Inglaterra, também associada ao desenvolvimento de escolas de arquitetos-paisagistas, que concebiam e executavam propostas para intervir na paisagem” (PINTO-CORREIA, 2005: 153).

⁹ Jorge Gaspar (2001: 4), neste contexto, refere ainda que “As visões sobre paisagens variam segundo o observador e também a velocidade”.

elementos da paisagem e em alguns casos associando-se ainda à teoria dos sistemas¹⁰. Estudos efetuados próximos da ecologia, estão na base de uma ‘ciência da paisagem’ e que requerem uma sistematização da expressão territorial em unidades hierárquicas desde o geotopo à zona (SALGUEIRO, 2001). Alguns autores consideram que, ao invés de um conceito de paisagem, deve ser considerado como um verdadeiro conceito científico o conceito de geossistema.

A teoria do geossistema surge no sentido de aplicar a teoria geral de sistemas ao estudo das paisagens naturais, sejam elas modificadas ou não pela ação do homem.

Outros estudos, como refere António Campar de Almeida (1997), adotam posturas opostas, em que o sujeito se torna no foco de estudo. Aqui o interesse recai sobre os sentidos, a percepção e valorização que o observador tem sobre a paisagem. Para o autor, esta paisagem percebida “é o produto duma quase absoluta subjetividade, porventura o somatório de subjetividades ou a expressão de padrões culturais que orientam essa subjetividade” (ALMEIDA, 1997: 17).

No percurso para um conceito integrador, onde as interações do Homem com o meio envolvente influenciam e determinam a paisagem, aos poucos adiciona-se um carácter subjetivo. Por conseguinte, o século XX fica registado por esta mudança no foco de estudo e desenvolvimento do conceito de paisagem. Assim, e segundo Teresa Salgueiro (2001: 44), o conceito parte de “uma posição muito próxima da Geografia física, até revelar maiores preocupações com os processos económicos e culturais, procurando abarcar a totalidade dos fenómenos no espaço estudado”. Assoma-se, então, um estudo de paisagem associado às escolas do comportamento e do espaço vivido, baseado na experiência e incorporando a sensibilidade (SALGUEIRO, 2001).

Ainda de referir que a paisagem, mesmo alvo de constante transformação, pode assegurar a sua autenticidade, onde é possível desvendar nas características únicas de cada lugar a sua história e a própria cultura. Reporta-se, então, ao espírito do lugar, carácter da paisagem, e que integra a identidade local (PINTO-CORREIA, 2005). Nela se refletem comportamentos e valores de outrora, fruto de tensões entre diferentes agentes, de imposições ideológicas, de novas exigências sociais e, em consequência, de novas formas de apropriação do território (ANTROP, 2004; FERNANDES, 2011). Marc Antrop (2004: 2) afirma ainda que “Cultural Landscapes are the result of consecutive reorganizations of the land in order to adapt its use and spatial structure better to changing societal demands”.

¹⁰ A Teoria de Sistemas foi desenvolvida pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy e propõe que sistema é um conjunto de elementos ou componentes interdependentes, ordenados, que se interrelacionam e interagem com objetivos comuns. É um conjunto que forma um todo complexo e unitário, onde o sistema é maior que a soma das partes (VALE, 2012).

Nestas paisagens ideológicas e políticas encontram-se relações de poder e subordinação, associadas à exploração e definição política do território e construção de uma identidade coletiva e de nação (AZEVEDO, 2008; FERNANDES, 2011). O que leva Ana Azevedo (2008: 73) a afirmar a necessidade de “reinterpretação da paisagem para além daquilo que é puramente visível”.

João Fernandes (2011) adianta, ainda, a influência que o Estado detém sob as paisagens, afirmando que:

“Nesta manipulação da paisagem, tanto em regimes totalitários como em sistemas democráticos, o Estado tem tido papel de relevo, construindo territórios pedagógicos de veiculação de valores, mobilização de massas e criação de narrativas comuns que filiem a comunidade a correntes políticas ou agregações coletivas como o Estado-Nação” (FERNANDES, 2011: 212).

A paisagem pode, ainda, ser considerada uma forma integradora, onde se conjugam características quer objetivas, quer subjetivas.

“A paisagem é o resultado, observado pelo Homem, de um sistema complexo e dinâmico integrando variados fatores naturais e culturais (rocha-mãe, solos, água, relevo, clima, vegetação, uso do solo, estrutura fundiária, povoamento, caminhos e infraestruturas, etc.) que se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo” (PINTO-CORREIA, 2005: 153).

O final do séc. XX é marcado pelo incremento do interesse em estudos da paisagem, com a paisagem urbana a assumir um papel de destaque. Os centros urbanos, para além de possuírem uma elevada densidade demográfica, concentram poderes económicos e políticos e, como refere João Fernandes (2001: 196), “têm sido nucleares na organização e estruturação de territórios político-administrativos”. Também as dinâmicas turísticas acompanham este percurso, com impactos para a sociedade, ambiente e economia, exigindo políticas adequadas ao desenvolvimento e planeamento turístico. Assim, as questões de planeamento e ordenamento do território tornaram-se grandes desafios, que se prolongam até à atualidade. Levanta-se então a questão da valorização estética nas paisagens, também como requisito identificador das mesmas. Para Teresa Salgueiro (2001) é através desta que se pode avaliar as questões de degradação e de necessidade de recuperação, ou qualificação.

As mudanças ocorridas nas paisagens e seu caráter associam-se à alteração de valores sociais, por vezes impostos pela ação de poderes económicos, políticos e ideológicos (ALVES, 2001; FERNANDES, 2009), que regulam, gerem e protegem paisagens, ou que estimulam a sua transformação, sujeitando-as a perdas patrimoniais. Antrop (2004) refere como algumas políticas ao longo da história, por exemplo remontando à Idade Média, se revelaram importantes na gestão e proteção das paisagens, sujeitos a leis e regulamentos específicos, como o sistema feudal ou a plantação do Pinhal de Leiria por intermédio de D. Dinis. Um outro exemplo, como mostra João Fernandes (2009), remete às transformações da Alta Coimbrã impostas por decisões políticas e de natureza ideológica. São pois, decisões e poderes que contribuem para a criação de identidade territorial a partir da paisagem.

Numa altura em que se debatem questões de conservação do património, natural e cultural, em prol das gerações vindouras, também as paisagens devem constar do debate como património carenciado de proteção e preservação ou de processos de gestão apropriados.

A paisagem-património constitui um exemplo de conservação, no âmbito da paisagem cultural, onde os elementos tradicionais são valorizados, no sentido de traduzirem a autenticidade cultural e os modos de vida a ela associada (DOMINGUES, 2001).

Por outro lado, devem ser consideradas no ordenamento do território já que se trata de um processo de gestão e planeamento da ocupação do solo, que potencia e preserva recursos, onde é necessário compreender as estruturas das ocupações humanas e suas relações e interações.

Ao nível europeu, e tendo em conta a diversidade paisagística e o risco de perda patrimonial, para além de se terem criado estatutos de proteção e delineado estratégias de conservação, tem-se progredido no sentido de criar diretrizes e linhas orientadoras “para que cada vez mais a paisagem seja tomada em conta em considerações nas opções de gestão do território e de cada setor por si” (PINTO-CORREIA, 2005: 152), adotados também nas políticas nacionais.

Neste sentido, a Convenção Europeia da Paisagem, no ano de 2000 em Florença, reconheceu que as paisagens desempenham importantes funções de interesse público; constituem um elemento fundamental na formação de culturas locais; e são um elemento importante na qualidade de vida das populações (Council of Europe, 2000).

Aqui ficou estabelecido que “«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos” (Council of Europe, 2000: art.1), e se estabeleceram critérios e estratégias a

serem adotadas para a conservação, recuperação e valorização da paisagem. Deste modo foi deliberado que cada parte se comprometia a:

- Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;
- Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adoção das medidas específicas;
- Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem;
- Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte direto ou indireto na paisagem;

(Council of Europe, 2000: art.5).

A implementação da convenção deve ter em conta as medidas específicas de sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações; a formação e educação de diferentes públicos-alvo, desde o universo escolar a especialistas, profissionais e associações interessadas; a identificação e avaliação das paisagens para um melhor conhecimento, reconhecendo-as no conjunto do seu território, analisando as suas características, dinâmicas e pressões, acompanhando as suas transformações e avaliando-as tendo em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada; estabelecer objetivos de qualidade paisagística; e aplicar as políticas de paisagem e estabelecer os instrumentos que visem a proteção, a gestão e ou o ordenamento da paisagem (Council of Europe, 2000: art.6).

Órgãos como a UNESCO – United Nations, Educational, Scientific and Cultural Organization, e a IUCN – International Union of the Conservation of Nature, já defendiam a proteção de paisagens de elevado valor cultural ou natural, desenvolvendo vários programas neste sentido, como a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, à qual foi integrada a categoria de Paisagem Cultural em 1992 (questão abordada no próximo ponto).

A análise e discussão das alterações e evoluções ocorridas ao longo do tempo têm levado a uma reflexão contínua, com conceitos sujeitos a uma constante revisão, em encontros e reuniões entre diferentes órgãos. Assim, em setembro de 2012, decorreu o evento «The International Protection of Landscape», onde os participantes examinaram esta evolução, e da qual resultou a Declaração de Florença.

Nela se confirma o caráter dinâmico da paisagem, marcado pela evolução e transformação, onde a diversidade de culturas dificulta a atribuição de uma definição estática. Pelo que uma nova abordagem emerge, onde se realça o seu caráter dinâmico, evolutivo, adaptativo e multicultural, cuja visão passa da análise de um elemento específico, independente do contexto, para a análise de um todo indivisível, onde coexistem aspetos ambientais, culturais e sociais. Reconhece-se também a importância da paisagem como uma ferramenta educacional, capaz de promover o conhecimento e sensibilizar para a diversidade cultural, identidade e responsabilidade. Por outro lado, é valorizado o conhecimento local e tradicional, do qual está dependente a proteção das paisagens e cuja perda destrói um património de *know-how* usado como soluções apropriadas e inovadoras de gestão (UNESCO, 2012).

A Tabela 2 realça aspetos da evolução da abordagem das paisagens desde a Convenção do Património Mundial, em 1972, à nova visão das paisagens, tendo em consideração o conhecimento tradicional e aspetos de gestão.

Tabela 2 Nova Visão das Paisagens: do monumento para a comunidade. Da Convenção do Património Mundial à nova visão de paisagem (adaptado de UNESCO, 2012: 7).

<i>Convenção Património Mundial</i>	<i>Nova visão das paisagens</i>
Universalismo	Multiculturalismo e diversidade
Definição fixa	Definição regionalmente adaptada e evolutiva
Separação de natureza e cultura	Integração
Lista de excelência	Todas as paisagens
Realce de elementos	Vida quotidiana
Tangibilidade	Tangibilidade e intangibilidade
Estatismo	Dinamismo
Monumento	Paisagem
Abordagem museográfica	Abordagem social, produtiva e evolutiva
Conservação	Prevenção, gestão e preservação através da mudança
Autenticidade	Perpetuação de <i>know-how</i> através do conhecimento tradicional
Herança	Meio envolvente e as pessoas

De âmbito europeu é também de referir a Estratégia Pan-Europeia para a Diversidade Biológica e de Paisagem onde se apresenta a “necessidade de integrar a escala da paisagem na perspetiva de conservação da natureza”. Já o relatório «Princípios Diretores para o Desenvolvimento Espacial Sustentável do Continente Europeu» reconhece a importância da paisagem no ordenamento do território; e a Política Agrícola Comum, com a agricultura a desempenhar um papel importante na estruturação territorial das paisagens rurais (PINTO-CORREIA, ABREU e OLIVEIRA, 2001; PINTO-CORREIA, 2005: 152).

O interesse pela paisagem e o seu reconhecimento, com os sucessivos estudos e pesquisas, fazem emergir novas dimensões da paisagem e novas abordagens. São reconhecidas paisagens associadas às sensações produzidas no observador, através dos sentidos, como as paisagens olfativas (associado ao conceito de *smellscape*), paisagens sonoras (associado ao conceito de *soundscape*), paisagens do tato, paisagens do espírito e paisagens biográficas. Bem como outras dimensões valorativas, para além da paisagem «quadro de vida», como a «paisagem património»; «paisagem valor de identidade»; e «paisagem recurso» (GASPAR, 2001).

1.2 Paisagem Cultural

Teresa Salgueiro (2001: 45) refere que, para os geógrafos humanistas, ligados às escolas do comportamento e do espaço vivido, a paisagem é na sua essência uma construção mental a partir da percepção e vivência no território, tratando-se de “um território visto e sentido, cada vez mais subjetivo e elaborado pela mente”.

Como já referenciado, importa considerar que a paisagem não é estanque e que se encontra em constante transformação, não só por fenómenos ambientais como pela ação humana. Delas decorrem decisões políticas, atividades e processos que influenciam as formas de uso e ocupação dos solos, a mobilidade populacional e criam desigualdades territoriais.

A industrialização foi um dos processos que trouxe grandes mudanças para a sociedade, a nível económico e social, mas também para as paisagens. Fator de desenvolvimento da era moderna, gerou novas dinâmicas e propiciou uma evolução na melhoria das condições de vida e higiene, às quais se juntam questões demográficas e novos desafios.

Marc Antrop (2004) identifica quatro forças impulsionadoras das mudanças na paisagem: as acessibilidades, a urbanização, a globalização e as calamidades. As acessibilidades porque não só influenciam as opções de escolha em empresas e entidades, bem como da população em geral, como delas depende o desenvolvimento dos lugares ao nível económico e do poder local. Por outro lado estão também interligadas ao aparecimento de determinadas infraestruturas, como as associadas aos transportes e cujo impacto é diversificado. Já a questão da urbanização, associada ao surto industrial e pelo qual se provocou uma reorganização e desenvolvimento do território, dotou áreas de infraestruturas e equipamentos urbanos e modificou estilos de vida. A globalização atuando ao nível da economia global enfatiza a hipermobilidade, a comunicação global e aproxima espaços e reduz distâncias. Por fim, as calamidades surgem como algo imprevisível, que não se pode controlar, contudo uma oportunidade de mudança e de melhoria e impacto direto na paisagem.

Em áreas rurais essas dinâmicas são influenciadas pela ação das atividades que nelas se desenvolvem – como a agricultura, pecuária e sivilcultura, que como refere Álvaro Domingues (2001: 59) “as atividades agrícolas detinham uma importância central nos processos longos da «construção das paisagens»”; pela influência de diferentes políticas nacionais e europeias a que estiveram/estão sujeitas – com especial destaque para a Política Agrícola Comum e respetivas reformas, e que Teresa Pinto Correia (2005: 152) defende ter

“como uma das tarefas principais a manutenção da qualidade dos recursos naturais e da paisagem”, e políticas de desenvolvimento rural; ou pelas novas funcionalidades que se lhes atribuem – como espaço de turismo e lazer, ou associados a novos serviços e às energias renováveis.

Já nas áreas urbanas, as mesmas resultam do desenvolvimento e expansão de muitas cidades. Aqui, a mobilidade populacional influencia e gera diferentes dinâmicas e funcionalidades, que em conjunto com os processos de urbanização, levam este espaço a assumir diferentes funções, como de residência, serviços ou indústrias, e à expansão da rede de transportes urbanos. Também nestas, as questões e decisões políticas afetam e acompanham um conjunto de mudanças para as paisagens, quer por motivos urbanísticos e ambientais, onde participam políticas de regeneração urbana e requalificação dos centros históricos, e das quais surgem novos espaços, quer por conflitos de poder, que geram decisões com diferentes graus de ponderação. Na atualidade debatem-se as novas relações urbano-rural.

A estas dinâmicas há que acrescentar o papel das comunicações e desenvolvimento tecnológico, que têm permitido uma maior proximidade e difundido imagens e representações dos lugares e geossímbolos (FERNANDES, 2012), que segundo Ana Azevedo (2008: 110) “implicou a incorporação no tecido percetivo do sujeito de novas perspetivas de visualização”. Por outro lado, as imagens que chegam ao recetor podem ser reais ou resultado de diferentes manipulações, permitindo utilizações e interpretações diferentes (FERNANDES, 2012).

A par com estas dinâmicas devem, ainda, ter-se em consideração a proliferação de conflitos de poder e o desenvolvimento de estruturas migratórias, de que são exemplo as diásporas e que propiciam a transferência de valores e elementos de identificação cultural (FERNANDES, 2009, 2011), quer em áreas urbanas quer rurais.

Às diásporas associa-se um centro difusor, de onde partem as correntes migratórias que serão acolhidas em diferentes pontos, vértices de acolhimento. Este processo é permeável à circulação de diferentes elementos culturais de identificação, onde nos locais de chegada se verificam processos de encenação do centro difusor, fator de reterritorialização procedente de uma desterritorialização (FERNANDES, 2009). Este decorrer de acontecimentos associa-se à necessidade de posse e identificação do Homem com um território, criando vínculos e ligações com o mesmo. Deste modo, num processo de desterritorialização verifica-se a quebra de vínculos e perda ou afastamento do território, perda de controlo e domínios das territorialidades pessoais e/ou coletivas, ao qual fica implícito um processo de adaptação,

reterritorialização, onde novos vínculos surgem e os indivíduos reconhecem novas referências e se tornam agentes ativos do território.

No regresso ao ponto de partida, um processo paralelo pode ocorrer designado por hibridismo do centro (FERNANDES, 2009). Assim se verifica “o retorno de elementos identificadores de cada vértice e a sua transposição para a paisagem do local de partida” (FERNANDES, 2009: 206). A Figura 1 representa de forma esquemática este processo.

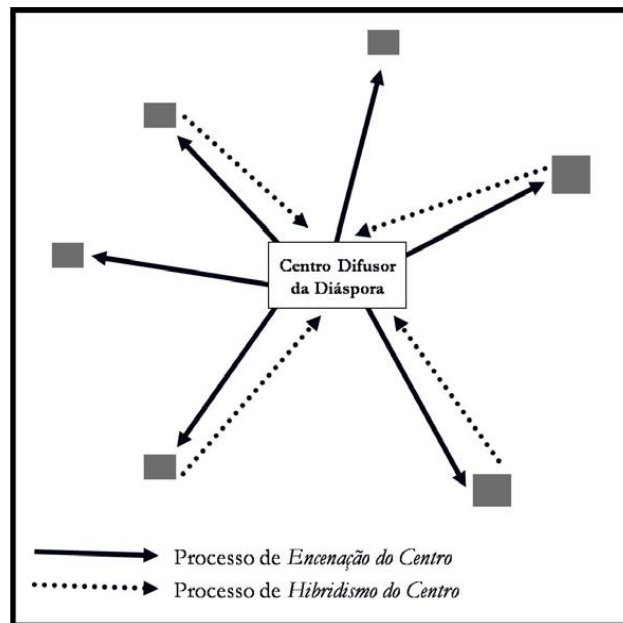


Figura 1 O processo de difusão numa diáspora e a modificação das paisagens culturais (FERNANDES, 2009: 206).

A diáspora é, pois, um ator importante ao qual se atribui a capacidade de modelar paisagens. Essas mudanças verificam-se tanto no seu centro difusor como nos vértices de acolhimento, já que a movimentação de populações será motivada por fatores económicos, sociais e até ambientais, em que a perda ou ganho de população e o abandono do território ou a absorção de população nos pontos de chegada deixarão as suas marcas e criam desafios. Por outro lado, haverá sempre a necessidade de transferência de elementos que traduzam esta experiência vivida e com que os indivíduos se identificam.

A interação do homem com o meio resulta da sua perceção, do ambiente em que vive, e de respostas às suas necessidades, encontrando-se vinculada aos modos de vida a ela associada e às experiências vividas, sendo, também, reflexo de crenças e valores da sociedade.

Carl Sauer, geógrafo americano, foi um grande impulsionador dos estudos da paisagem cultural, ao qual pertence o clássico «A morfologia da paisagem», publicado em 1925. Interessou-se pela forma como os grupos se relacionam com o meio, o exploram e modificam, defendendo que a “cultura é apreendida através da análise das técnicas, dos

utensílios e das transformações das paisagens” (STIGLIANO, RIBEIRO e CÉSAR, 2011: 636).

O ressurgimento dos estudos da Geografia Cultural deve-se, para Côrrea (1999), (cf STIGLIANO, RIBEIRO e CÉSAR, 2011: 637), à “consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica”.

No início da década de 70, os estudos culturais são afetados pelas mudanças de atitudes, o que permitiu constatar que:

“As realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm dimensão psicológica e sociopsicológica (CLAVAL, 2001)” (cf. STIGLIANO, RIBEIRO e CÉSAR, 2011: 637).

Considerando esta dimensão do poder mental e cognitivo, aliado à transferência de informação, defendido por vários autores, a paisagem pode ser “transmitida pela fala, pela escrita, pela pintura ou pela música, cada um dos agentes é produtor de espaços e também seu utilizador” (AMARAL, 2001: 76). O que para Cosgrove e Jackson (2000) representam meios, e superfícies, através dos quais é possível estudar a paisagem e os quais “revelam significados que os grupos humanos atribuem às áreas e lugares, permitindo relacionar esses significados a outros aspetos e condições da existência humana” (cf. STIGLIANO, RIBEIRO e CÉSAR, 2011: 639).

Berque, ao procurar o sentido que a sociedade faz da sua relação com o espaço e a natureza, contribuiu ao entendimento da simbologia da paisagem, temática também desenvolvida por Meining, da qual resultou o seu estudo das paisagens simbólicas dos Estados Unidos da América (SALGUEIRO, 2001; STIGLIANO, RIBEIRO e CÉSAR, 2011).

Meining (1979), citado por Gary Backhaus (2009), afirma considerar todas as paisagens como símbolo, como expressões de valores culturais, comportamento social, e ações individuais que atuaram sobre áreas específicas num determinado período de tempo. Pelo que o seu estudo passa por identificar as transformações ocorridas ao longo dos tempos, do passado ao presente, e por um processo de interpretação pois, cada paisagem é um código, carregado de significados culturais e sociais com características comuns.

É importante perceber os processos de apropriação do território; que funcionalidades tiveram, têm e em que direção caminham na e para a sociedade; a capacidade de as sociedades

criarem e atribuírem simbolismo aos territórios, para que se possa interpretar e descodificar o simbolismo das paisagens.

“A paisagem cultural é sincronicamente natural e cultural. É constituída por elementos que a colocam como portadora de diferentes valores, conferindo-lhe interesse patrimonial, sendo que a noção de património está vinculada a três categorias: tempo, espaço e valor (Morari, 2010: 12)” (MARUJO, SANTOS, 2012: 38).

O conceito Paisagem Cultural integra, desde 1992, uma das categorias da lista de bens de património mundial da UNESCO. A Convenção para a Proteção do Património Mundial¹¹, constitui-se então como o primeiro instrumento legal a reconhecer e proteger as paisagens culturais.

“As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas” (UNESCO, 2011: art.47).

Dentro das paisagens culturais, são contempladas três categorias:

- **Paisagem claramente definida** – Paisagens criadas de forma intencional pelo homem, como jardins e parques; paisagens construídas por razões estéticas, sociais e recreativas.
- **Paisagem essencialmente evolutiva** – Resulta da evolução de uma paisagem a partir de um imperativo social, económico, administrativo e/ou religioso, desenvolvendo-se por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Engloba duas subcategorias:
 - Paisagem relíquia (fóssil) – Apresentam, na sua expressão física, marcas de um processo evolutivo passado, que chegou ao

¹¹ A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural criada em 1972, tem por objetivo assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural de "excelente valor universal ". Para que um bem possa integrar a lista terá de possuir valor excecional e satisfazer o critério de autenticidade, integrando-se numa das categorias possíveis (Património cultural; Património natural; Património misto cultural e natural) (UNESCO, 2003).

fim em algum momento, quer seja de forma abrupta ou ao longo de um período.

- Paisagem viva – Paisagem que mantém um papel social ativo na sociedade contemporânea, muito associada a estilos de vida tradicional, em evolução.
- **Paisagem cultural associativa** – Paisagem com exuberantes valores religiosos, artísticos ou culturais, associado a elementos naturais, mesmo que possua provas materiais culturais insignificantes ou mesmo ausentes.

(UNESCO, 2011: anexo3, art.3).

Passados vinte anos da integração da categoria de Paisagem Cultural, como Património Mundial, o debate continua num processo evolutivo e mais integrador. Conforme explorado no ponto anterior, as novas abordagens privilegiam o dinamismo das paisagens e a relação entre o meio e o Homem, como fonte educacional e de multiculturalismo, remetendo para a Tabela 2.

A valorização das paisagens pode torná-las num importante recurso de desenvolvimento local/regional, mais vantajoso se auxiliada por processos de cooperatividade. Contudo, pode também despertar a competitividade, que no caso de ser abusiva poderá originar desequilíbrios territoriais, justificando-se mais uma vez a necessidade de se contemplarem medidas de ordenamento e planeamento do território.

Nesse processo é importante identificar unidades de paisagem já que se traduz num exercício de síntese facilitador do seu estudo e análise, que agrupa um conjunto de fatores e elementos selecionados de acordo com os objetivos estabelecidos. Por outro lado, os elementos físicos do território dependem das suas características e estrutura, condicionando a relação do Homem com o meio. São estas rugosidades que possibilitam a existência de contrastes intra e inter unidades.

A definição destas unidades resulta de uma interpretação do território e dos seus fluxos. Neste âmbito é assumido um conceito que remete para uma certa uniformidade interna, mas que não nega aspetos importantes como a permeabilidade e o carácter difuso dos limites, bem como da existência de elementos comuns que vão circulando entre estas unidades, através do papel de difusão de atores como as diásporas, entre outros.

1.3 Unidades de Paisagem

“Podemos dizer que estamos perante uma paisagem quando um determinado trecho da superfície terrestre é composto por elementos cuja organização concorre para que, ao termos dele uma visão global, percebamos a existência duma unidade nitidamente individualizada dos espaços envolventes” (ALMEIDA, 1997: 20).

Nesses elementos identificam-se relações, capazes de se influenciarem e evoluírem em conjunto, dependentes da interação no tempo e no espaço, de onde resulta uma dinâmica da unidade (CASTRO, CUNHA e SANTOS, 2008). As unidades de paisagem não estando num sistema isolado, podem manter relações de dependência, fragmentação e conectividade com unidades vizinhas, constituindo assim unidades de paisagem contíguas. A sua representação cartográfica, através de um traçado, é uma representação simplificada, pois as fronteiras e limites entre unidades não são rígidos nem definidos de forma inflexível (CASTRO, CUNHA e SANTOS, 2008). A própria identificação e caracterização de unidades são uma realidade num espaço temporal bem definido, transformável ao longo do tempo pelas dinâmicas ocorridas nessa área e pelas relações e articulações desenvolvidas com as unidades adjacentes, o que justifica atualizações.

A identificação de unidades paisagísticas ocorre por um processo de avaliação de diferentes variáveis, onde se reconhece um padrão espacial, contudo sensível à permeabilidade e mobilidade de valores e elementos entre unidades, com alguma homogeneidade. É a distribuição coerente e semelhante dos elementos, ao longo de um trecho, que permite a sua legibilidade e assegura a sua identidade (ANTROP, 2004; CASTRO, CUNHA e SANTOS, 2008). Assim, o estudo da paisagem implica a reconstrução da sua evolução natural e cultural através da análise de diferentes variáveis, onde se deve ter em consideração a sua funcionalidade.

A análise de uma unidade e sua configuração contempla não só aspetos de índole natural, físicos (como a geomorfologia, climatologia, hidrologia, fitossociologia) como também fatores históricos, políticos e económicos. Podem, então, ser considerados elementos como a ocupação humana e pressões exercidas sobre o território; elementos como a cultura e tradição, associados a uma identidade comum; aspetos demográficos; ou características

funcionais como o uso e ocupação do solo (GASPAR, 1993; PINTO-CORREIA, 2005; CASTRO, CUNHA e SANTOS, 2008).

Importa então definir unidades e elementos de paisagem.

- **Unidades de paisagem** – Área com características homogêneas no seu interior, não por serem iguais em toda ela, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes.
- **Elementos de paisagem** – Aqueles cujo conjunto define a estrutura da paisagem, e cuja identificação permite a análise da paisagem a uma escala de pormenor.

(PINTO-CORREIA, ABREU e OLIVEIRA, 2001: 199 -200).

Os estudos sobre as paisagens têm sido feitos em diversas áreas e por diferentes profissionais, entre os quais geógrafos. Com abordagens distintas, todos têm em consideração as semelhanças e diferenças de uma paisagem e quais os elementos de ligação. Mas cada metodologia de análise pode adotar critérios, elementos e escalas de paisagem distintos, a fim de identificar e distinguir unidades de paisagem.

Em Portugal, ao longo das últimas décadas têm sido publicadas várias obras, que se têm revelado fundamentais para a compreensão e caracterização da paisagem, mesmo centradas noutras questões. A apresentação do território do ponto de vista turístico ou as obras de Barros Gomes com «Cartas elementares de Portugal» (1878), Amorim Girão e «Esboço duma Carta Regional de Portugal» (1930), ou Orlando Ribeiro com «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico» (1945) são exemplos disso.

Na obra «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico», Orlando Ribeiro incluiu o mapa das regiões geográficas de Portugal que se tornou uma referência para a divisão geográfica do país. Nesta, a diferenciação das grandes regiões apoia-se de uma forma particular na posição e clima. Podendo estas ser subdivididas em divisões menores, considerando as particularidades do relevo, a litologia e os aspetos da ocupação humana (PINTO-CORREIA, 2005).

Mais atual é o estudo «Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental», desenvolvido pela Universidade de Évora para a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em 2004. No estudo procurou-se identificar um conjunto de unidades de paisagem do território continental, tendo por base a compreensão do seu carácter, de forma homogênea, mas também apresentar potencialidades e

problemas de cada unidade, bem como fornecer algumas orientações para a sua gestão (PINTO-CORREIA, 2005).

Então, o estudo da paisagem, qualquer que seja o método selecionado, permite uma melhor compreensão da sua estrutura e funcionamento, considerando os sistemas naturais e os antrópicos. Para o efeito é possível recorrer a diferentes escalas geográficas na identificação de unidades de paisagem, considerando as suas características, processos e relações estabelecidas, quer de aspetos naturais do espaço – como a geologia, a geomorfologia, a pedologia e o clima; bem como de elementos que evidenciam a vida e os ecossistemas. São estes elementos e as suas combinações e dinâmicas que permitem falar em geodiversidade, um valor assumido como património.

É esta geodiversidade que confere particularidades à paisagem, por vezes salientando determinados aspetos, fatores de diferenciação da envolvente, que definem a geodiversidade das unidades e que permitem a unificação entre as mesmas.

2. Geodiversidade e Paisagem

José Brilha (2005) questiona com frequência a inexorável interligação do mundo biótico e abiótico. Para o autor a biodiversidade está condicionada pela geodiversidade já que os organismos dependem da reunião de um conjunto de condições abióticas. Determinando ainda a evolução das civilizações pois, dela depende a disponibilidade de matéria-prima, disponibilidade de alimento e água, indispensáveis à sobrevivência e fixação do ser humano. O próprio património construído e técnicas utilizadas estão ligados à geodiversidade local.

Considera-se a geodiversidade como suporte da vida, resultando da lenta evolução da Terra. É a combinação e relação de fatores como os elementos químicos; as forças tectónicas; o clima; a existência de seres vivos e fósseis; os próprios solos (ponte entre a geodiversidade e biodiversidade); que condicionam as paisagens, atribuindo a alguns locais particularidades, símbolo da evolução da sua história (BRILHA, 2005; CALEGARI, FORTES, FREIRE e SILVA, 2011).

Geodiversidade é um termo, pode-se afirmar, recente, com bastantes divergências conceptuais associadas à atribuição de um carácter amplo ou, pelo contrário, restrito, consoante se tem em consideração os elementos abióticos, bióticos e culturais, ou se apenas se relaciona os elementos abióticos do meio (BRILHA, 2005; CALEGARI, FORTES, FREIRE e SILVA, 2011).

O interesse pela geodiversidade surgiu após as conferências de Estocolmo (1972) e do Rio de Janeiro (1992), das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (CALEGARI, FORTES, FREIRE e SILVA, 2011). Mas só no ano de 2004 o termo é apresentado e explorado numa publicação por Murray Gray, onde identifica a origem do termo com a Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada em 1993 no Reino Unido (BRILHA, 2005).

Segundo a Royal Society for Nature Conservation do Reino Unido,

“A geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos, fenómenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra” (BRILHA, 2005: 17).

Apesar da existência de divergências conceptuais de paisagem, todas as definições têm por base os fatores físicos e naturais, sobre os quais se desenvolve a ação humana. Pelo que,

ao se excluir a geodiversidade, a multiplicidade paisagística seria, de uma forma inevitável, mais limitada. Esta diversidade, do ponto de vista da Geografia, deriva também do tempo e ritmo das transformações, permitindo então falar numa geodiversidade diacrónica e geodiversidade sincrónica.

À primeira associa-se uma oscilação temporal, capaz de marcar um local pela passagem do tempo. Assim é analisada a geodiversidade diacrónica, ou temporal, afeta às mudanças cíclicas onde os sentidos são despertados pela cor, luminosidade, som, novos cheiros, que transmitem diferentes sensações e potenciam diferentes vivências, quer ao longo de estações do ano ou na alternância dia/noite (FERNANDES, 2009; 2012).

A relação entre os diferentes planos sensoriais estimulam e transmitem sensações distintas aos observadores e influenciam o seu estado de espírito e o comportamento. Na interpretação da paisagem, os observadores recorrem à memória das suas experiências na descodificação das suas mensagens, pelo que também esta está sujeita a uma variabilidade individual.

Os ciclos temporais afetam também os diferentes contrastes entre as qualidades da paisagem, como as diferenças cromáticas, onde a cor é responsável por diferentes efeitos (de distância, temperatura e psicológicos). Enquanto as cores frias transmitem uma sensação de frio e apelam à calma e frescura, as cores quentes, que provocam uma sensação de calor, suscitam a alegria, excitação e promovem ação. Também os sons e os cheiros provocam efeitos psicológicos, podendo acalmar, arrear, excitar ou causar irritação ou efeitos de distância, repulsivos ou de aproximação.

Deste modo encontramos pessoas a percorrer um trilho em determinada altura do dia ou do ano, consoante a experiência que procuram ou os interesses que os motivam. Enquanto uma atividade noturna pode proporcionar a observação e identificação de diferentes espécies de insetos, como as designadas borboletas noturnas, ou de aves de rapina, bem como observar o luar e o céu estrelado e sentir a frescura e silêncio da noite, ao longo do dia as experiências são outras. As alturas mais propícias para observação de aves, por exemplo, são o amanhecer e o fim de tarde, esta última, altura onde o pôr do sol se revela um recurso exímio, com a sua conjugação de cores e luminosidade quentes. Por outro lado, a flora característica desse trilho não terá um período de floração igual em todas as estações, mas distribuído ao longo do ano, nas nossas latitudes mais pontuado na primavera, e se se passar por campos agrícolas pode-se averiguar diferentes cultivos ao longo das mesmas, culturas de primavera – verão e de outono – inverno. Estas mudanças traduzem-se num fator de influência de comportamentos e manifestações quer de animais e quer da flora.

Também atividades sazonais, culturais ou desportivas, festividades religiosas e demais eventos permitem estas dinâmicas, deixando marcas nos territórios e comportamentos (FERNANDES, 2009; 2012).

Por sua vez, a presença de elementos identificadores e diferenciadores de lugares abrem espaço à geodiversidade sincrónica ou espacial. Esta é caracterizada pela presença de ícones, geossímbolos, aos quais se associam lugares e pelos quais são representados (FERNANDES, 2009). A estes geossímbolos são reconhecidos valores simbólicos e de identidade, podendo ser de origem natural – rugosidades físicas e naturais do território; ou antrópica – de relação biográfica, material ou imaterial e inclusive traduzindo relações de afirmação de poder.

Cada lugar é identificado por determinados elementos, marcas da sua paisagem, onde dependendo da escala de análise é atribuída uma maior ou menor representatividade. Estes elementos são, não só, pontos de referência, como se constituem fontes de inspiração, sendo alvo de apropriações que potenciam a replicação e utilização dos mesmos em outros contextos, de referir as “indústrias criativas de grande capacidade de difusão, como o cinema, a fotografia, a publicidade ou simples folhetos de promoção” (FERNANDES, 2009: 200).

São exemplo de geossímbolos de origem natural o Grand Canyon, nos EUA, as formações rochosas da Capadócia, na Turquia Central, os fiordes da Europa do norte, ou os canais de Veneza, em Itália, e à sua semelhança a Ria de Aveiro, em Portugal. Estes últimos, onde as embarcações tradicionais (Gôndolas e Moliceiros) se consideram também geossímbolos e neste sentido, de mencionar ainda o Comboio Transiberiano (Rússia) e o Titanic (Irlanda) também eles elementos identificadores. Já de origem antrópica há a considerar o património construído como o Big Ben em Londres, a Torre Eiffel em Paris, a Grande Muralha da China, ou o Cristo Redentor em Rio de Janeiro. Personalidades históricas e políticas e personagens fictícias podem ser associadas a determinados lugares como Napoleão Bonaparte, Lenine, Martin Luther King ou Nelson Mandela, o monstro de Loch Ness, na Escócia, ou as personagens da coleção “As mil e uma noites”, como Aladin e Ali Babá associadas ao Médio Oriente.

É a presença destes geossímbolos, marcas de uma paisagem, com capacidade de identificação de cada lugar que tornam possível a sua utilização em estratégias de afirmação de lugares e marketing territorial (FERNANDES, 2009; 2012). Estes elementos assumem a qualidade de recursos de especial valor para a criação e constituição de produtos turísticos, bem como em prol do seu desenvolvimento. Dado que traduzem particularidades de cada lugar, os mesmos requerem atenção e proteção.

A valoração da geodiversidade é também reconhecida por Gray (2004), (cf. BRILHA, 2005), defendendo que dela pressupõe a conservação, propondo um conjunto de seis valores enumerados abaixo.

- **Valor intrínseco ou existencial** – independente da sua utilidade para o ser humano ou outro ser vivo;
- **Valor cultural** – associado à relação entre o ser humano e o meio social, cultural e físico em que se insere (onde se inclui o folclore, o espiritual e o sentido do Lugar);
- **Valor estético** – associado à observação, lazer, arte;
- **Valor económico** – atribuído, por exemplo, às rochas e minerais e sua exploração;
- **Valor funcional** – considerado por um lado o carácter utilitário para o ser humano, e por outro lado o seu valor como substrato para a sustentação dos sistemas físicos e ecológicos na superfície terrestre;
- **Valor científico e educativo** – enquadrado na investigação científica e contacto direto com a geodiversidade

(BRILHA, 2005: 32-39).

O reconhecimento de valor à geodiversidade implica também um processo de proteção. Ideia complementada pelo aumento da preocupação para com este património, propício à deterioração e suscetível de desaparecimento.

A presença de elementos, geossímbolos, de interesse geológico de elevado valor científico, raridade e beleza, ou que sejam representativos de uma região ao nível cultural, histórico, ecológico e arqueológico, em determinado território permite falar em geossítios ou geomonumentos. Um expoente máximo de conservação e proteção destes sítios confluem na implementação de geoparques, onde num território bem definido são abrangidos diferentes geomonumentos (RODRIGUES, 2009).

Neste seguimento cabe ainda apresentar uma definição de geossítio ou geomonumento

“A ocorrência de um ou mais elementos da Geodiversidade (aflorantes quer em resultado da ação de processos naturais quer devido à intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outro” (BRILHA, 2005:51).

A importância de proceder ao levantamento e identificação da geodiversidade, passa por determinar o património geológico existente, antecedendo o processo de geoconservação. Este, segundo José Brilha (2005: 53), tem por objetivo “a conservação e gestão do Património Geológico e processos naturais a ele associados” e onde se deve ter em consideração o interesse, relevância e vulnerabilidade desse património.

Por outro lado, à que identificar a geodiversidade como recurso turístico de enorme potencial, por norma ligada ao geoturismo e ecoturismo (CALEGARI, FORTES, FREIRE e SILVA, 2011), também extensível a outras modalidades de turismo, como o turismo cultural.

O geoturismo é um segmento turístico, onde o principal atrativo é a geodiversidade, em particular o património geológico, que procura assegurar a geoconservação (onde se inclui a sensibilização do turista e divulgação do património) e sustentabilidade dos locais (RUCHKYS, 2007 cf. RODRIGUES, 2009). Joana Rodrigues (2009: 39) defende que este “deve ser desenvolvido numa abordagem integrada das paisagens, como um único mosaico onde existem características geológicas, biológicas e culturais” e que se pode considerar como um nicho do ecoturismo, ao atribuir valor económico ao património geológico.

Em consequência do relevo dado a determinado património, o mesmo torna-se alvo de procura em qualquer lugar, por grupos de massas ou por nichos específicos. Esta capacidade de gerar receitas e mobilizar populações, tornam-no num recurso turístico, por vezes o foco principal de destinos e produtos turísticos.

3. Paisagem e turismo

3.1 Abordagem preliminar do turismo

O turismo é um setor estratégico para a competitividade da economia portuguesa e segundo o Turismo de Portugal (2012), no ano de 2011, foi dos poucos setores económicos onde se verificou um crescimento, com um aumento das receitas turísticas a nível nacional na ordem dos 7% e ao nível internacional de 6%. É também detentora de um efeito multiplicador, capaz de movimentar e implicar os diversos domínios da sociedade, quer pela criação de emprego, quer por promover o investimento e inovação e criar novas oportunidades de desenvolvimento. Assume importância pela sua capacidade multifacetada de gerar riqueza e contribuir para a melhoria do bem-estar do cidadão (CUNHA, 1997).

Representa um ponto estratégico para o desenvolvimento nacional, com vantagens competitivas pela diversidade de recursos e características próprias do país. Contudo, verifica-se que nem sempre se tira partido do turismo da melhor forma. Como refere João Vieira (2007: 11), não é “convenientemente considerado nem nas políticas globais, nem nas políticas sectoriais, nomeadamente nas que dizem respeito ao território”.

Turismo é mais um dos conceitos em que não há consenso, nem uma definição clara. No entanto, e sendo uma referência internacional, segundo a OMT¹² este é definido como

“as atividades das pessoas viajando para e permanecendo em lugares fora do seu ambiente usual por não mais do que um ano consecutivo, por lazer, negócio ou outra razão” (OMT, 2003: 20).

Mas muitas outras existem e João Vieira (2007: 18) refere-se ao turismo pela sua capacidade de despertar e provocar sensações, entendendo-o como “a vivência das emoções proporcionadas pelas características dos recursos existentes fora do local de residência habitual do turista e o conjunto de atividades socioeconómicas indispensáveis para que essa vivência se concretize”.

O termo turista, numa fase inicial definido por “aqueles que viajavam por prazer”, também tem gerado controvérsia, pela dificuldade que se sente em aglomerar diferentes aspetos num só conceito (CUNHA, 1997: 3). Havendo ainda a distinção entre turista, visitante

¹² OMT/ UNWTO – Organização Mundial do Turismo. Agência especializada das Nações Unidas, sediada em Madrid, visa o debate de questões da política de turismo. Congrega, na atualidade, 155 países, onde Portugal é Membro Efetivo, desde 1976, (Turismo de Portugal, 2012).

e excursionista¹³ (substituído por visitante por um dia), conceitos em constante atualização (VIEIRA, 2007).

João Vieira (2007: 20), refere que “o turista procura maximizar a vivência temporária das emoções proporcionadas pelas características dos recursos turísticos” colocando ainda ênfase na qualidade, quer da experiência quer do território. Toda a dinâmica envolta no turismo, o seu desenvolvimento e crescimento, manifestar-se-á sempre no próprio território.

Carmina Cavaco (2003: 25) mostra como esta atividade económica atua em diferentes vetores, afirmando que “o turismo exprime, uma nova relação com o tempo, com o espaço, com os lugares e com o corpo, novas estruturas e relações sociais, essencialmente efémeras, novas liberdades, (...). Assim se criam novas oportunidades regionais e locais e se alimentam novas dinâmicas de desenvolvimento”.

Um outro conceito a ter em consideração é o de recurso turístico, que constitui a parte fundamental da oferta turística e se define por

“elemento natural, elemento artificial ou atividade humana capaz de motivar a deslocação de pessoas, por permitir a ocupação de tempos livres ou a satisfação de necessidades decorrentes da sua permanência, através de atrativos naturais ou culturais” (CUNHA, 2001: 178).

A paisagem para Meneses (2002) (cf. MARUJO e SANTOS, 2012: 40) é um dos “motores fundamentais do turismo”, pelo que constitui um exemplo claro de recurso turístico, “quer pela sua procura deliberada quer por ser capaz de gerar receitas” (ALMEIDA, 2006: 37) encontrando-se no centro de destinos e produtos turísticos.

Considerado o fenómeno do séc. XX, o turismo desenvolveu-se em torno da necessidade de viajar e de conhecer, acompanhando a evolução dos tempos e tendo-se adaptado à modernização e exigências de regulamentação e qualidade.

A sua evolução enquanto atividade económica, e apesar de a viagem estar presente ao longo da história, remete para a *Grand Tour* do séc. XVIII – viagem associada a um processo social, reservada à aristocracia e como complemento da educação dos jovens, defendendo ser uma forma de aquisição de novos conhecimentos e de desenvolvimento linguístico. Aliada à criação do primeiro pacote turístico no séc. XIX, inventado por Thomas Cook, constituíram o ponto de partida na evolução do turismo.

¹³ Conceitos em constante atualização, podendo contudo ser definidos como viajante a pessoa que se desloca por um período temporário para fora da sua área de residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada; e visitante por um dia o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual.

Para a sua estruturação enquanto prática comercial contribuíram os desenvolvimentos do pós-guerra, como o surgimento de multinacionais e grandes cadeias hoteleiras, maior exploração e comercialização de petróleo, inserção de direitos do trabalhador como o direito a férias pagas, tornou-o massificado, standardizado e rígido (POON, 2003).

Este tipo de turismo é característico das décadas de 50-70, em que a principal motivação era o lazer e a recreação. A ele se associa, por exemplo, a ideia de “areia, sol e mar”, pois levou ao desenvolvimento turístico de zonas costeiras de forma indiscriminada. Neste período as paisagens não só foram modificadas no sentido de satisfazer necessidades básicas e de consumo do turista, como foram uniformizadas já que os elementos únicos e diferenciadores não eram valorizados, mas sim um padrão paisagístico que se procurou alcançar. Desta forma se constitui o que Auliana Poon (2003) designa por ‘*old tourism*’, onde há uma homogeneização de produtos e comunidades, defendendo ainda que o setor, ao nível internacional, se encontra em profunda transformação, caminhando para um ‘*new tourism*’.

A expansão e desenvolvimento das diferentes atividades económicas, sem obedecer a qualquer forma de regulamentação, conduziram a graves consequências económicas, sociais e ambientais. Daí derivaram a imposição de mudanças de atuação, também alargadas à atividade turística, onde uma das grandes falhas consiste no facto de não ser ponderado em questões de planeamento, ordenamento do território e sistemas e instrumentos de gestão territorial.

Deste modo, a partir da década de 90 sentiram-se transformações no setor, na forma como este respondia e aderira aos avanços tecnológicos e a um mundo cada vez mais globalizado; onde a informação se tornou mais acessível e com uma crescente internacionalização da economia e uniformização de padrões de vida.

Em contraposição ao turismo de massas, surgem novos paradigmas, novas procuras e tendências turísticas, verificando-se um aumento do consumo especializado. A atividade aposta na diferenciação dos produtos recorrendo à cultura e ao património, a partir dos quais se desenvolveu o turismo cultural. Aqui a motivação turística baseia-se na procura de novos conhecimentos, novas culturas, costumes e tradições, mas como observador e consumidor passivo. Esta segmentação levou à descentralização do turismo e à exploração de novos centros de atração. No entanto, a proliferação de ícones identitários e de produtos de turismo cultural colocou este tipo de turismo na iminência da massificação, levantando novas questões e necessidade de aplicação de novas estratégias (GONÇALVES, 2008).

O turismo cresceu em dimensão e importância, a par com o incremento da sua regulamentação, posicionando-se no centro do debate político. O próprio turista assume novas

exigências, torna-se mais atento e preocupado com o que o rodeia. Este procura ainda um turismo mais responsável e de elevado valor de autenticidade, que exalte os sentidos e permita novas experiências, aumentando a competitividade no setor (POON, 2003; FERNANDES, 2011).

Daí advém o que Auliana Poon (2003) designa por ‘*new tourism*’, caracterizado por uma maior flexibilidade, segmentação, integração diagonal e experiências turísticas mais autênticas. Neste, o turista surge como agente integrante e que pratica a ação, em que sofre uma transformação quer na postura, quer em exigências, e que leva a autora a identificar características que distinguem o ‘*old tourist*’ do ‘*new tourist*’, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 Old Tourist versus New Tourist (adaptado de Auliana Poon, 2003: 132).

<i>‘Old Tourist’</i>	<i>‘New Tourist’</i>
Grupo	Individual
Sol e praia	Experiência
Seguir as massas	Afirmar a individualidade
Apenas para mostrar que se foi	Apenas por diversão
Ter/ Posse	Ser
Escapar	Realização

Ainda de salientar os diferentes graus de interesse que os turistas podem atribuir a uma experiência turística e sobre a qual é desenvolvida uma avaliação pessoal, o que leva ao reconhecimento da importância das múltiplas motivações possíveis. Estas dependem da influência de disponibilidade económica e de tempo, de fatores sociais e demográficos, entre outros. Então, com o turista a procurar a afirmação da sua identidade e de novas experiências, a busca de realização pessoal e aquisição de conhecimentos abre espaço a uma maior segmentação turística e aparecimento de nichos mais específicos (POON, 2003; GONÇALVES, 2008).

Na procura de alternativas a um turismo massificado e de soluções a problemas gerados pelo setor, também se desenvolvem opções de experiências turísticas com base na natureza, associado ao Turismo de Natureza. Passam, então, a ser valorizados não só os recursos culturais mas também os naturais e outros segmentos emergem, onde se interligam as duas componentes embora em diferentes proporções, consoante as motivações turísticas, ou as estratégias em desenvolvimento e vocação dos destinos. Por outro lado, aumenta a

preocupação ambiental e sustentabilidade dos recursos e destinos, o que exige um planeamento turístico mais sustentável.

Assim é possível falar em Ecoturismo, entendido como um tipo de turismo baseado na natureza, que procura a sua conservação, fomenta a educação ambiental e se apoia nos princípios de sustentabilidade, em prol do desenvolvimento e benefício das comunidades. Neste são valorizados aspetos naturais e culturais, bem como a participação local tendo ainda uma função educativa.

Segundo The International Ecotourism Society (adaptado de TIES, consult. 2013) assume como princípios o seguinte:

- Desenvolver atividades de mínimo impacto para o ambiente e comunidade;
- Construir uma consciência de respeito ambiental e cultural;
- Garantir experiências positivas tanto aos visitantes como às comunidades recetoras;
- Proporcionar benefícios financeiros diretos para a conservação;
- Proporcionar o desenvolvimento económico da população local;
- Aumentar a estabilidade de climas políticos, ambientais e sociais dos países.

Apresentando outro exemplo, o Turismo Industrial possui uma vertente cultural, científica e tecnológica, também assente em princípios de sustentabilidade. O desenvolvimento desta tipologia tem sido uma forma de recuperação por um lado de antigos espaços industriais em ruínas e decadência, de revitalização cultural de áreas afetadas pelo encerramento e abandono da atividade produtiva, bem como opção estratégica de complexos e empresas ainda em laboração. A sua prática envolve a criação de infraestruturas museológicas associadas a relíquias e monumentos industriais, itinerários e rotas (urbanas, regionais ou temáticas), bem como o desenvolvimento de uma oferta baseada no interesse e curiosidade sobre processos de produção (ABAD, 2004).

Este tipo de turismo permite conhecer um legado da história industrial, não só económica, mas também técnica, humana e social, com impacto nos modos de vida e em dinâmicas territoriais, onde os vestígios industriais são considerados parte da identidade cultural.

Uma outra dimensão consiste em visitas a empresas operacionais onde se oferece aos visitantes uma experiência relacionada com o produto, o processo de produção, as aplicações

e os seus antecedentes históricos. Aqui os benefícios passam pela criação de uma imagem positiva da empresa e das suas operações; por cimentar a fidelidade à marca, publicidade e marketing gratuito; obter benefícios económicos extra, com a criação de lojas de merchandising e restaurantes; bem como uma forma de atrair novos colaboradores e aproximação do cliente e dos seus interesses (ABAD, 2004).

Neste processo evolutivo de conceitos e modos de turismo, a cultura surge como um dos principais recursos, pelo que o Turismo Cultural não deixa de ser um dos segmentos com maior expressão. Para além de assumir o papel de uma das principais motivações para viajar, ela tornou-se num recurso e fator de desenvolvimento económico e social, muito utilizada em estratégias de posicionamento na hierarquia dos lugares (RICHARDS, WILSON, 2006; GONÇALVES, 2008).

Contudo, com a crescente concorrência entre destinos e a adoção de estratégias semelhantes na distinção cultural, surgem problemas associados e é questionada a viabilidade do seu desenvolvimento isolado ser suficiente na criação de distinção (RICHARDS, WILSON, 2006). Por outro lado, os hábitos de consumo alteraram-se e a um produto tangível sobrepõem-se elementos intangíveis e o consumo de experiências. O turista já não se satisfaz em conhecer e observar elementos caracterizadores e diferenciadores de culturas e lugares, quer desenvolver o autoconhecimento. Estes procuram um contacto mais próximo com as comunidades e uma participação e interação ativa, valorizando o capital cultural individualizado (GONÇALVES, 2008).

Esta situação obriga a uma maior criatividade na produção de experiências turísticas, entendida como a faculdade de encontrar soluções diferentes e originais face a novas situações (Dicionário da Língua Portuguesa), também associada à originalidade, inovação e potencial criativo.

A esta transformação há que considerar o facto de as indústrias criativas e a exploração de propriedade intelectual terem vindo a expandir-se e a constituírem-se como uma condição de desenvolvimento, atuando em diversas áreas, inclusive no turismo. Assim emerge o Turismo Criativo apresentado por Alexandra Gonçalves (2008) como:

“Tipo de turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em experiências de aprendizagem que são características do destino de férias onde são levadas a cabo (tradução a partir de Richards, 2001)” (GONÇALVES, 2008: 12).

Aqui, o turista assume um papel ativo e procura o autodesenvolvimento, valorizando a interação, aprendizagem e execução. Este quer participar da inovação na experiência turística, sendo-lhe reconhecido potencial criativo.

Deste modo é-lhe possível fazer a sua interpretação da cultura que presencia, ao invés do consumo de um produto preconcebido, que induz uma interpretação trabalhada e direcionada. Esta oportunidade é considerada a chave do desenvolvimento de experiências criativas, pois é o próprio participante que cria e desenvolve suas próprias narrativas, com base no seu potencial criativo e tendo a cultura como matéria-prima (RICHARDS, WILSON, 2006).

Valoriza-se a experiência como sinónimo de autenticidade, onde conhecimento e capacidades são aprimorados através do desenvolvimento de atividades conjuntas e benéficas entre turistas e comunidades locais, das quais resultam produtos criativos. Por outro lado, os recursos turísticos não se baseiam apenas em aspetos tangíveis como o património construído, museus e monumentos, mas também nos intangíveis como o património imaterial, a imagem, identidade, os estilos de vida, narrativas e criatividade (RICHARDS, WILSON, 2006; GONÇALVES, 2008).

A evolução das diferentes abordagens do turismo, e dos aspetos valorizados, até à emergência do Turismo Criativo, encontra-se esquematizada na Figura 2.

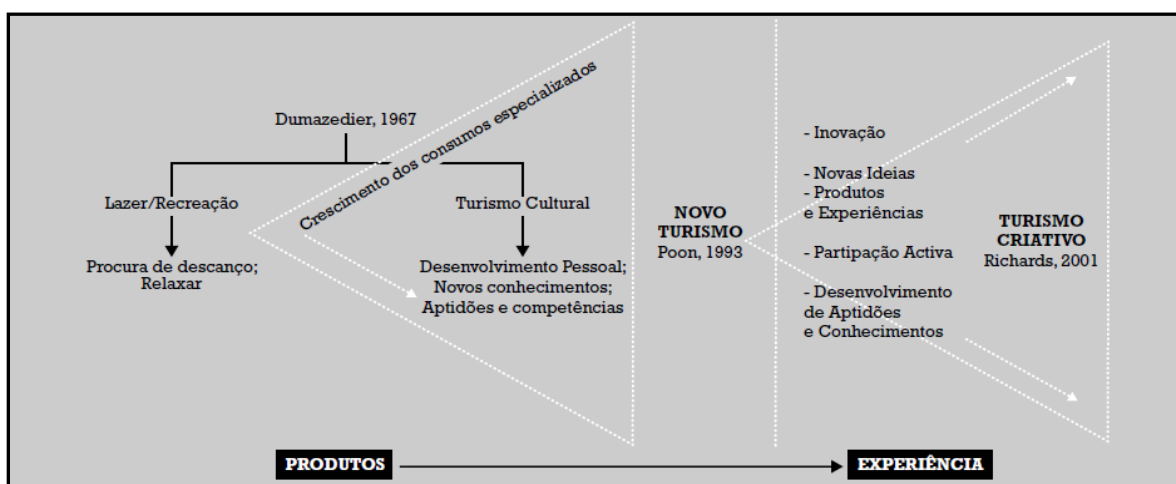


Figura 2 A emergência do Turismo Criativo (GONÇALVES, 2008: 13).

No turismo criativo convergem, como fatores principais, o talento, a tecnologia e a tolerância, resultando numa alternativa ao desenvolvimento cultural para os destinos. Este apoia-se em temas como artes, design, gastronomia e vinhos, saúde, linguagem, espiritualidade, natureza e paisagem, desporto; e promove espetáculos criativos,

desenvolvimento de espaços criativos e a participação dos turistas em diferentes atividades criativas e interativas. Os workshops e ateliers educativos constituem exemplos de técnicas e processos através dos quais resultam produtos criativos.

As vantagens passam pela capacidade de criar valor; pela rapidez com que os destinos conseguem inovar e desenvolver novos produtos; e por os recursos criativos serem mais sustentáveis e a criatividade ser móvel (RICHARDS, WILSON, 2006; GONÇALVES, 2008).

Ao longo deste percurso, o turismo assume novas funções e explora outras dimensões culturais e paisagísticas, diminuindo as barreiras entre cultura, património e criatividade.

3.2 Paisagem no contexto do novo turismo criativo

O turismo, como atividade económica, recorre a recursos transformando-os em produtos mercantilizáveis, mas a competitividade no setor exige criatividade e mudanças paradigmáticas. Deste modo, assume novas funções e explora outras dimensões.

Os motivos que levam um turista a deslocar-se a determinado lugar podem ser diversificados: partir do desejo de usufruir de um espaço distante e/ou diferente do local que em norma frequenta ou estar na base a existência de determinado património ou quaisquer recursos disponíveis. Aqui, a paisagem revela-se indispensável, onde o turista tem a possibilidade de tirar proveito do seu carácter multidimensional e sensorial para a satisfação de desejos e vontades, na procura de novas paisagens turísticas, de novas experiências e vivências de emoções e sensações no seu limite.

Embora a perceção estética e visual da paisagem seja importante e ponto de partida para o seu consumo, o seu interesse recai também sobre os valores culturais. A sua valorização engloba o seu enquadramento estético e belo, bem como a sua simbologia e capacidade de gerar emoções distintas, num território “cada vez mais sentido e apropriado como espaço de vivências e narrativas” (FERNANDES, 2011: 3).

O turismo cria sinergias, aproveita-se de territorializações, alia-se aos avanços tecnológicos e cria novas paisagens ao utilizar tecnologias da informação. Mas as paisagens ideológicas e políticas são também um recurso de valor pela sua capacidade de apelar ao passado e despertar memórias, associadas a acontecimentos e personagens reais ou fictícias (FERNANDES, 2011).

A valorização da paisagem cultural pode revelar-se uma forma de densificar lugares e otimizar esforços para o seu desenvolvimento, assumindo novas posições na hierarquia dos lugares (FERNANDES, 2011; STIGLIANO, RIBEIRO e CÉSAR, 2011), pelo que num sentido de evolução decorrem novas dinâmicas na paisagem.

“As paisagens são também resultado dos diversos modos de apropriação do espaço ou território que as diferentes estruturas políticas, económicas, culturais, sociais e ambientais imaginaram para criar significados” (MARUJO E SANTOS, 2012: 42).

Verifica-se pois, uma relação clara entre paisagem e turismo, como refere Marujo e Santos (2012) quer pelas transformações que se infligem sob a paisagem decorrente do seu

desenvolvimento, quer pelo crescente interesse pela paisagem, sua política e valores, e ambiente em geral, bem como as inter-relações entre “turismo e a construção, reconstrução e consumo da paisagem” (MARUJO e SANTOS, 2012: 39), onde fica clara a atuação do turismo como agente consumidor e modelador de paisagens, com impactos sobre os recursos, território e comunidades.

Do ponto de vista turístico, o aproveitamento da paisagem e a forma como o turista interage com ela, delimita a percepção da mesma. Deste modo, pode constituir-se como um local de desenvolvimento de uma atividade específica, podendo tirar partido do seu valor estético do seu enquadramento. Estas atividades podem-se desenvolver, também, tendo por objetivo a experimentação de processos ou técnicas tradicionais, como as desenvolvidas no mundo rural.

Associado à emergência de novas formas de turismo, caso do turismo criativo, caracterizadas pela procura de experiência e emoção, são desenvolvidas atividades turísticas numa relação próxima com o território e suas gentes e que vão muito para além da observação, das quais podem surgir produtos criativos.

Sob diferentes pontos de observação é possível encontrar matéria-prima de valor para uma reportagem fotográfica que, dependendo do seu objetivo, pode variar entre os aspetos naturais ou os aspetos socioculturais, a força da natureza e as emoções e tradições que nela se escondem, inserindo-se aqui o Turismo Fotográfico. A paisagem pode ser fonte de inspiração a muitos artistas, da pintura à literatura, motivando turistas a visitar diferentes locais, quer pela procura de inspiração a novos trabalhos, quer para visitar a origem de determinada obra.

As geodiversidades diacrónicas da paisagem podem condicionar determinada atividade e associar-se à sazonalidade turística. Por outro lado podem resultar numa fonte de inspiração a artistas plásticos, designers e a estilistas, por exemplo. As oscilações existentes potenciam diferentes sensações a serem utilizadas no desenvolvimento espiritual e terapias alternativas, em encontros e eventos das especialidades.

A paisagem pode-se traduzir numa ferramenta educacional, quer pela aquisição de conhecimentos associados às características dos elementos que as compõem, quer por permitirem uma maior tolerância e respeito por diferentes culturas e formas de estar, quer pela aprendizagem de novas técnicas e processos através da organização e participação em workshops didáticos. Qualquer técnica ancestral materializada num objeto pode constituir um motivo de visita a esse território, podem até surgir réplicas e funcionar como geossímbolos porém, participar no processo de criação permite entender e perceber o seu sentido e atribuir-lhe o devido valor. A organização de workshops, que pressupõe um número reduzido de

participantes, facilita o processo de transmissão e manutenção de uma técnica marcante dessa paisagem e possibilita a integração da mesma num processo de desenvolvimento de produtos criativos.

No âmbito do turismo criativo, a paisagem pode ser considerada numa perspetiva de ferramenta ou meio de alcançar algo, de espaço de aprendizagem ou de fonte de inspiração e de desenvolvimento pessoal, para além da sua valência como espaço de encenação ou palco de uma atividade específica pelo seu enquadramento estético.

Também o reconhecimento ou atribuição de valor ou estatuto a um determinado património e recurso, como é exemplo o trabalho desenvolvido pela UNESCO (tema já abordado em ponto anterior), pode suscitar no turista novos interesses. Em consequência surgem novos movimentos e fluxos turísticos em determinada região, levando ao seu desenvolvimento sustentado ou não e onde o turismo pode revelar a sua capacidade de manter ou alterar paisagens. Torna-se necessário gerir pressões existentes no local, minimizar efeitos de degradação a longo prazo, manter o equilíbrio estético e ambiental e o bem-estar da população, o que implica considerar aspetos como a capacidade de carga dos locais e reportando a questões de planeamento, sustentabilidade e ordenamento do território e do turismo (ALMEIDA, 1997).

3.3 Desenvolvimento turístico sustentável

Conhecer os limites do crescimento turístico nem sempre foi uma questão discutida e ponderada. De facto, o desenvolvimento turístico tem sempre impactos positivos e negativos a diversos níveis, quer ao nível dos recursos e do próprio território, quer da população, e em consequência da própria paisagem.

É um facto que numa fase inicial não se questionava o esgotamento dos recursos, mas tornou-se incontestável que o turismo terá que passar por um crescimento orientado e regulado. A preocupação pela qualidade do turismo tornou-se fundamental e com ela surgem novas questões. Como refere João Vieira (2007: 53) “a qualidade do turismo só pode ser garantida com a sustentabilidade do seu desenvolvimento”.

Neste sentido, o Relatório da Comissão de Brundtland sobre «O nosso futuro comum», em 1987, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, revelou-se de grande importância. Nele se propôs, pela primeira vez, um desenvolvimento sustentável, definido como:

Desenvolvimento Sustentável é aquele que “atende às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (OMT, 2003: 23).

Já em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, *Rio 92*, surge a Agenda 21 em resultado de uma análise mais detalhada do tema, onde se trata das principais questões ambientais e de desenvolvimento ao nível global, e a partir da qual a sustentabilidade é reconhecida por governos nacionais como política essencial de desenvolvimento (OMT, 2003).

A Organização Mundial do Turismo transpõe para o turismo a abordagem do desenvolvimento sustentável, onde se entende que:

“O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões recetoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos

ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida” (OMT, 2003: 24).

As suas diretrizes podem ser aplicadas a qualquer modalidade de turismo e a todo o sistema turístico. Esta organização elaborou ainda o relatório Agenda 21 para Viagens e Turismo. E em 1995, na Conferência Mundial de Turismo Sustentável de Lanzarote, é elaborada a Carta do Turismo Sustentável, assente no desenvolvimento sustentável (VIEIRA, 2007).

Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, devendo-se manter um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Os objetivos do desenvolvimento turístico sustentável, de forma resumida, passam por garantir e melhorar a qualidade do território; promover e sustentar a qualidade e eficiência do tecido socioeconómico com as suas valências cultural, económica e política; conservar e salvaguardar a qualidade dos recursos e equilíbrios naturais; manter um alto nível de satisfação dos turistas (OMT, 2003; Vieira, 2007).

O turismo “é mais do que uma atividade económica, mas é, antes de tudo, uma atividade económica” (VIDAL, MÁRQUEZ 2007: 5), podendo apresentar-se como um setor-chave do desenvolvimento, em especial em zonas onde o tecido económico e produtivo tem menor competitividade. Contudo, e para que este não passe apenas por uma monocultura, desrespeitadora dos recursos naturais e das comunidades locais e seus costumes, é preciso combinar estratégias, aliar o desenvolvimento turístico ao desenvolvimento local sustentável e ter em consideração um planeamento estratégico (VIDAL, MÁRQUEZ 2007).

Implementar um plano de desenvolvimento turístico implica considerar a participação e colaboração dos setores público e privados, cada qual com respetivas responsabilidades. Reconhecer o papel das comunidades locais e a necessidade de estas atribuírem a devida importância do setor e como a colaboração no seu desenvolvimento se traduz num processo facilitador. É essencial um compromisso político e uma legislação e regulamentos apropriados ao setor (OMT, 2003), associado a sistemas e instrumentos de gestão e ordenamento territorial, onde se incluem políticas de paisagem, promovendo a sua proteção e gestão. Importa ainda, não descorar as diferentes possibilidades de financiamento e uma implementação devidamente programada e planeada, nem esquecer a educação e formação dos recursos humanos, que atuam de forma direta ou indireta e utilizar processos de marketing e promoção turística adequada (OMT, 2003).

Apesar dos fundos comunitários (europeus) disponibilizados e incentivos a esta atitude para com o turismo, ainda está patente o seu realce sem outras atividades económicas associadas. Por outro lado, descora-se a interação das comunidades locais, quando estas podem desempenhar um papel fundamental em todo o processo, como mencionado pela UNEP¹⁴ e UNWTO, (2005, cf. site OMT, acedido em fevereiro 2013), “requer a participação informada de todos os interessados, bem como uma forte liderança política para garantir uma ampla participação e construção de consenso”.

Assim, deixa de ser suficiente uma oferta baseada na riqueza patrimonial e natural de um território. É preciso criar um produto tendo em conta tudo o que está subjacente a uma atividade turística rentável, mas que seja sustentável e contribua para o desenvolvimento também ele sustentável desse território (VIDAL, MÁRQUEZ 2007), pois alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitorização constante dos seus impactos (UNEP e UNWTO, 2005, cf. site OMT, acedido em fevereiro 2013).

Considerando que o desenvolvimento de um território deve apoiar-se numa estratégia sustentável e que o turismo pode deter um papel preponderante neste processo, devem ser ponderadas todas as suas vertentes. Acrescendo-se a sua capacidade de modelador e modificador de paisagens, bem como o potencial que esta oferece para a atividade turística. Por outro lado, ter em consideração a paisagem, os seus elementos diferenciadores e identificadores e a sua interpretação, é uma forma de valorizar o património, a memória, a identidade e a cultura, já que refletem a cultura e a evolução das populações.

Abre-se espaço ao estudo empírico, enquadrado no espaço territorial do Município de Pombal. Neste a análise e apresentação da paisagem que o caracteriza constituirá o ponto de partida para a estruturação de uma proposta de desenvolvimento turístico. Procurar-se-á tirar partido da paisagem como um recurso, fonte de inspiração e de informação, mas também do seu potencial educativo.

14 UNEP – United Nations Environment Programme, ou Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Trata-se de uma agência para o ambiente do sistema das Nações Unidas, que tem por objetivo coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável (site UNEP, acedido em fevereiro 2013).

CAPITULO II: PAISAGEM CULTURAL DE POMBAL

1. Enquadramento Geográfico do concelho de Pombal

Pombal, representado na Figura 3, é descrito como “terra de história, de lendas e de gente ilustre. Do grande Marquês de Pombal, do historiador e escritor João de Barros, do político Mota Pinto, da poetisa Martel Patrício, do médico e escritor Amadeu da Cunha, entre tantos outros” (cf. site oficial Câmara Municipal de Pombal, acedido em abril de 2013).

No que respeita à divisão administrativa, o município de Pombal (ver Figura 3) situa-se na Região Centro de Portugal Continental (NUT II), na sub-região do Pinhal Litoral (NUT III), pertencendo ao distrito de Leiria. O município ocupa uma área geográfica de 626,1 km², repartida pelas 17 freguesias¹⁵: Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Carriço, Guia, Ilha, Louriçal, Mata Mourisca, Meirinhas, Pelariga, Pombal, Redinha, Santiago de Litém, S. Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã.

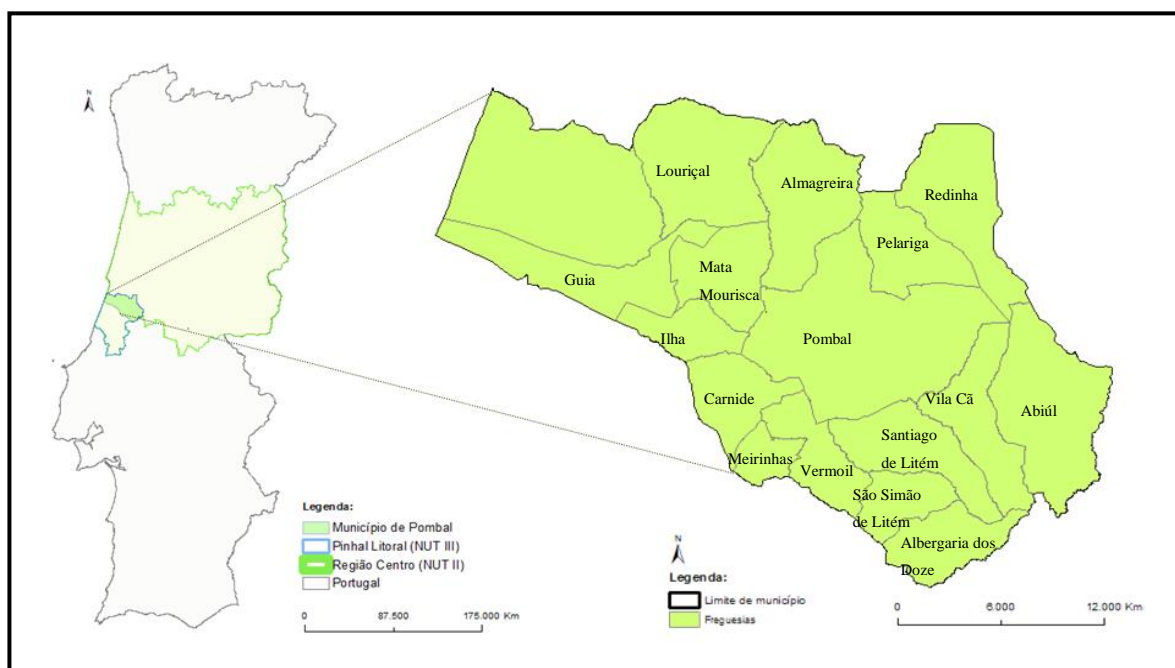


Figura 3 Localização geográfica do Município de Pombal (Elaboração própria).

¹⁵ De acordo com a Lei nº11 –A/2013 de 28 de janeiro, publicado em Diário da República, que define a reorganização do território, o município de Pombal passará a compor-se por 13 freguesias. Número resultante da agregação das freguesias de Albergaria dos Doze, Santiago de Litém e S. Simão de Litém, numa única freguesia agora com a sede em Santiago de Litém; e da agregação das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, cuja sede passa a ser na Guia.

É confinado a norte pelos municípios da Figueira da Foz e Soure, a este por Ansião e Alvaiázere, a sudeste por Ourém, a sudoeste por Leiria, prolongando-se a oeste até ao Oceano Atlântico.

Sede de concelho e freguesia, o lugar de Pombal foi elevado a cidade em 16 de agosto de 1991. Situado no corredor que liga as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, beneficia de acessibilidades que lhe permitem adquirir uma importante centralidade. De acordo com o PNPOT (2007), o município insere-se no Sistema Metropolitano do Centro Litoral, representado na Figura 4 pelo que constitui um eixo de grande dinamismo industrial, entre Leiria – Aveiro – Viseu.

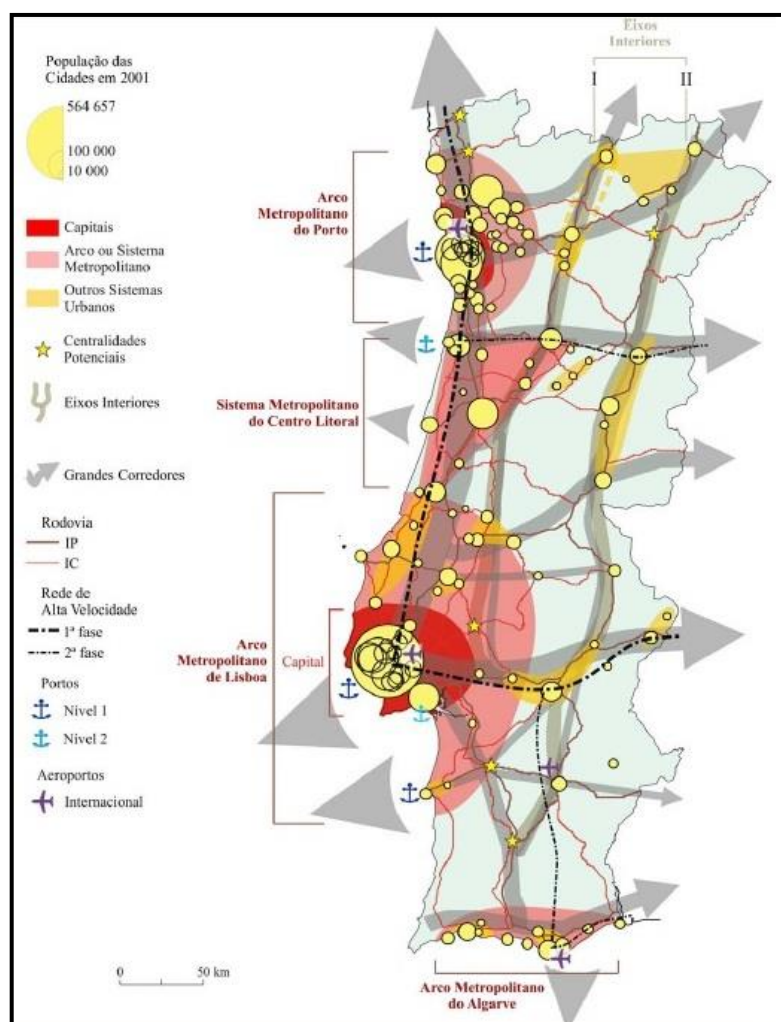


Figura 4 Sistema urbano e acessibilidades em Portugal Continental (PNPOT, 2007: 149).

No município, o sistema urbano desenvolve-se em torno da cidade de Pombal, em função das principais acessibilidades. Este dispõe de importantes eixos viários, quer em termos rodoviários (A1, IC1, IC2, IC8, EN109), quer em termos ferroviários (Linha do Norte

e Linha do Oeste), que se traduzem em três eixos fundamentais, (ver Figura 5). Dois corredores Norte – Sul, um a fazer a ligação Figueira da Foz – Marinha Grande pela EN109 e A17 e outro Coimbra – Leiria pela IC2 e A1. E ainda um corredor Litoral – Interior que é concretizado pela IC8 e que tem nós de ligação com importantes troços viários do país, como as autoestradas A1, A17, A13 e A23.

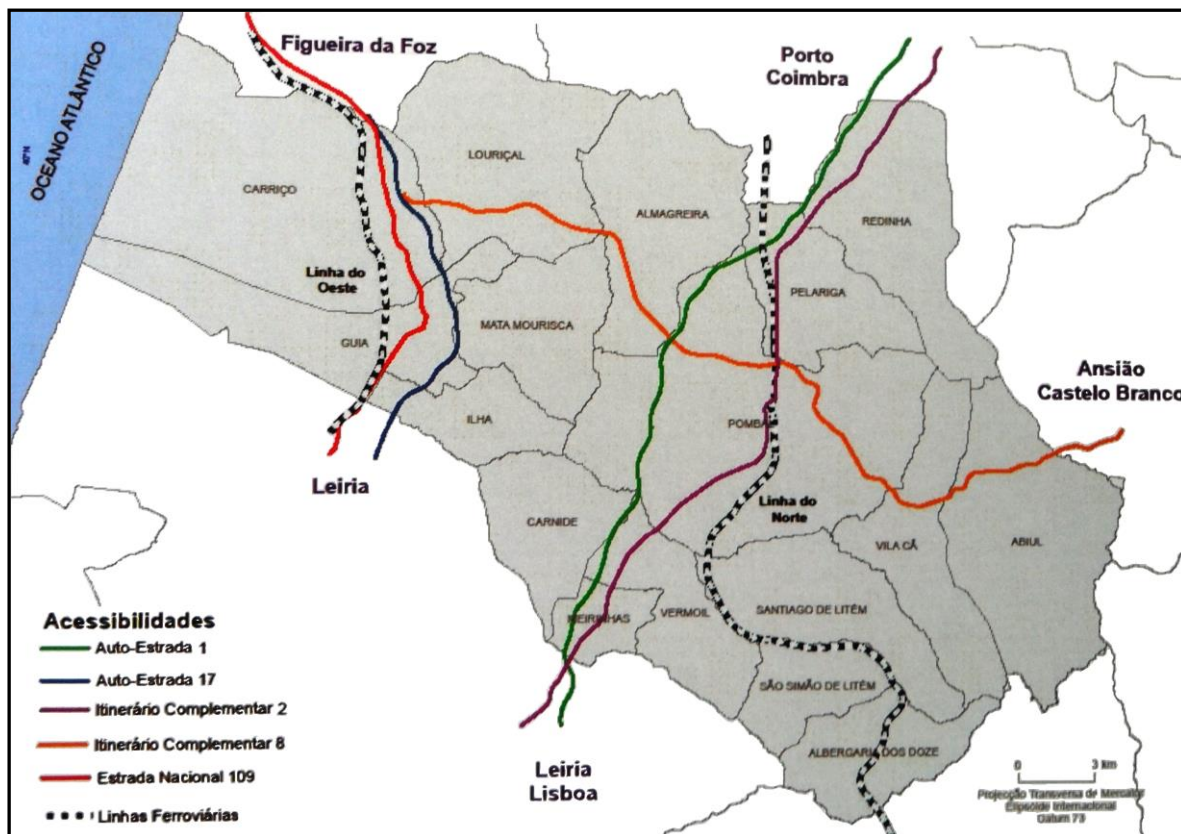


Figura 5 Principais eixos viários do município de Pombal (GONÇALVES, 2012: 38).

De caráter regional existe ainda a Estrada Atlântica, na zona oeste atravessando as freguesias do Carricho e Guia, que liga Pombal à Nazaré. Esta resulta de um projeto de requalificação e desenvolvimento turístico do Pinhal Litoral, onde se tira partido da paisagem como recurso turístico.

Paisagem marcada por uma matriz rural já muito transformada, com a fixação de população e empresas a dar-se junto dos principais eixos viários onde se encontra o espaço urbano e o espaço industrial. Trata-se de uma característica comum do povoado da região centro litoral e que permite beneficiar da sua centralidade e das acessibilidades disponíveis, para uma melhor transferência de fluxos.

A caracterização paisagística e as transformações territoriais são temas abordados e desenvolvidos nos pontos seguintes.

2. Paisagem: Caracterização do município de Pombal

A sua toponímia remete para a figura lendária do mouro Al-Par-Omar que, segundo a lenda, habitava num palácio subterrâneo e nas noites de luar encantava as donzelas com os seus olhos verdes. Sobre o seu palácio foi construído o castelo de Pombal aquando da chegada dos Templários e sua derrota perante estes, impedindo-o para sempre de sair e usar o seu poder de sedução.

Da origem do povoado pouco se sabe, mas é certa a presença dos Templários¹⁶ e da inclusão deste lugar na linha de defesa de Coimbra, motivo pelo qual se edificou a fortaleza militar por volta de 1147, século XII. O primeiro foral da povoação foi concedido por Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários, em 1174, renovado no ano de 1176 e também em 1512 pelo Conde de Castelo Melhor.

No lugar de Abiúl estabeleceram-se os Duques de Aveiro, entre o início do séc. XVI e 1759, altura em que por envolvimento no atentado contra o D. José I foram espoliados de todos os bens. No seguimento dos acontecimentos, o Duque de Aveiro de então foi condenado à morte, por ordem do Marquês de Pombal.

Em Pombal exilou-se o Marquês de Pombal, onde viveu a partir de 1777, falecendo no ano de 1782. A ele se deve o ordenamento da parte baixa da vila e a construção da Praça Velha, a cadeia e o celeiro.

Na última década do século XVIII, a estrada real foi desviada para dentro de Pombal e foi construída uma ponte sobre o rio Arunca, numa obra dirigida pelo coronel-engenheiro Joaquim de Oliveira, dando à vila e a toda a região um novo incremento.

Após um período de desenvolvimento da região, o mesmo é travado pelas invasões francesas. Assim, no ano de 1811, as tropas comandadas pelo general Massena, saquearam e incendiaram toda a povoação deixando um rasto de destruição. Sem hipótese de inverter as circunstâncias da região, em 1833 a cólera avassalou Pombal, provocou uma elevada mortandade e deixou este território marcado pelo abandono. Só em 1855, com a construção do caminho de ferro, deixa o isolamento num processo lento de desenvolvimento.

Legado histórico e patrimonial que ao longo dos tempos tem deixado, de alguma forma, marcas na paisagem e memória pombalense.

¹⁶“Os Templários, a primeira das ordens militares que se instalou em solo português, e que ocupou os pontos mais expostos aos ataques almorávidas, nas paragens de Soure, Ega e Pombal, onde se fazia a defesa de Coimbra. Os castelos que se constituíram nesta área marcaram a futura fronteira entre a Beira Litoral e a Estremadura” (MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2010: 287).

Hoje, o município possui um efetivo de 55 217 habitantes, população residente, com uma variação populacional de -1,92% em relação a 2001 (dados definitivos dos censos 2011) distribuídos pelas freguesias conforme apresentado na Figura 6. A densidade populacional é de 87,9 hab/km², valor inferior aos restantes municípios do Pinhal Litoral, sendo a média da sub-região de 149,6 hab/km² e nacional de 114,5 hab/km² (dados provisórios, INE, abril de 2013). A freguesia de Pombal é onde se concentra maior número populacional, com 17 187 habitantes à data de 2011 (segundo os censos 2011), seguindo-se as freguesias do Louriçal e Carriço, embora com elevada diferença numérica.

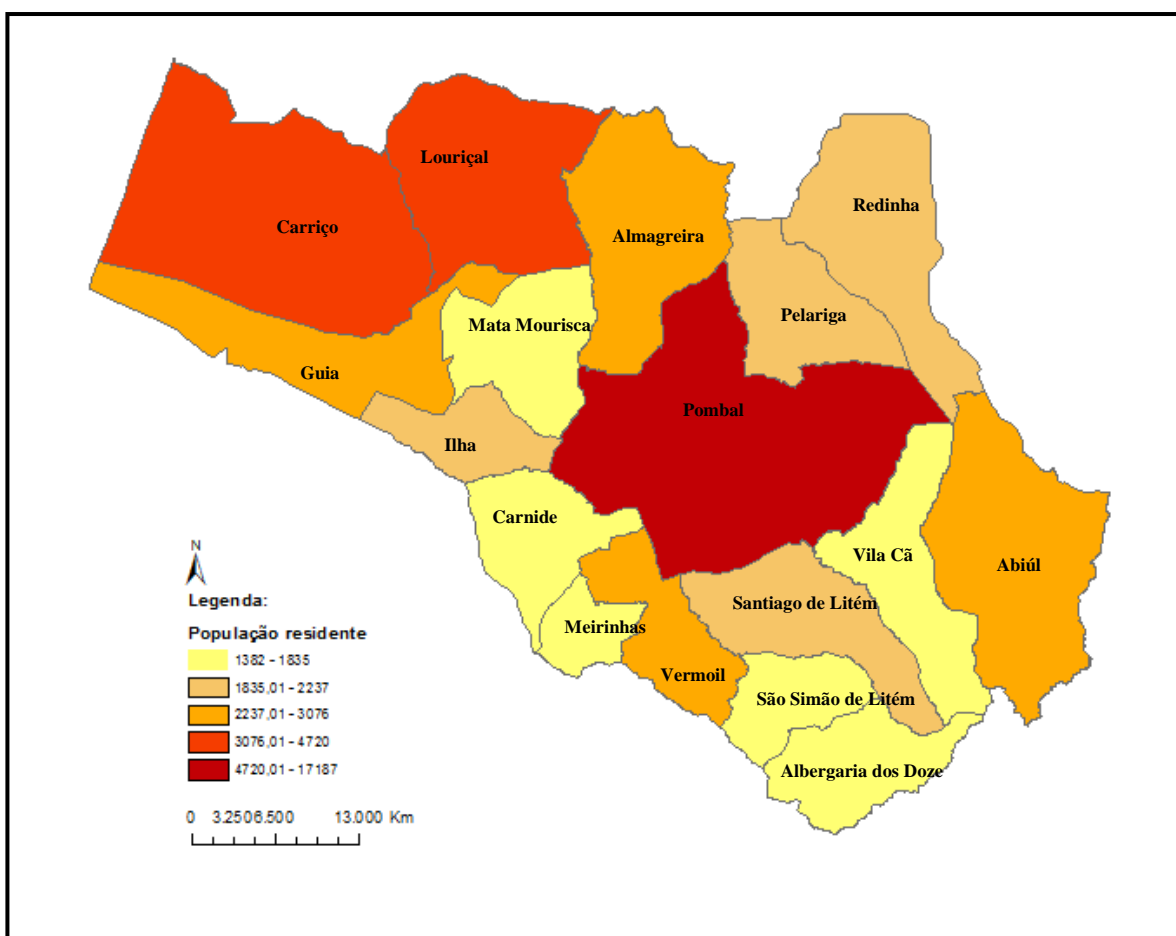


Figura 6 Distribuição da população residente por freguesia (Elaboração própria, a partir de dados definitivos dos censos 2011, INE).

No que respeita à estrutura etária da população, verifica-se que o município acompanha o fenómeno de envelhecimento da população com que o país se debate, mantendo-se as assimetrias regionais, com a situação concelhia representada na Figura 7.

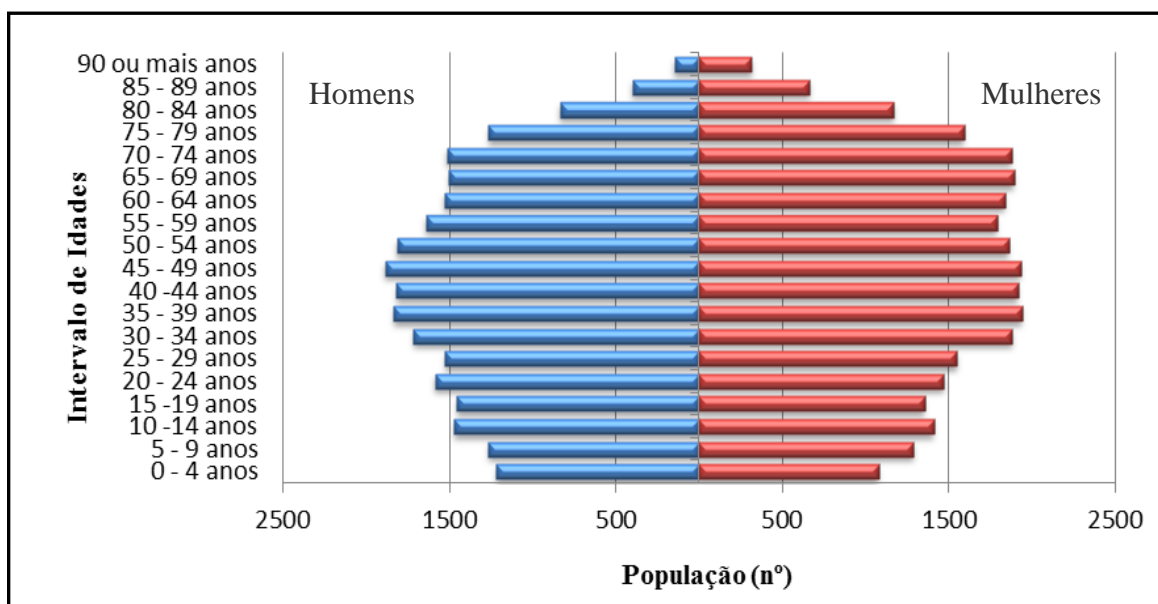


Figura 7 Pirâmide etária da população residente do município de Pombal, 2011 (Elaboração própria, a partir de dados definitivos dos censos 2011, INE).

A pirâmide etária representada acima apresenta uma base mais estreita, o que evidencia uma diminuição da população mais jovem, derivado de valores de natalidade baixos, e um topo que sugere o aumento da população mais idosa, reflexo do aumento da esperança média de vida e diminuição da mortalidade. As questões migratórias também têm que ser consideradas na análise da estrutura etária, muito sentida neste município, com destaque para os escalões mais jovens da população ativa em idade fértil.

A análise da população residente por grupos etários, ao nível de freguesia, revela que as que possuem maior percentagem de população jovem são as freguesias de Pombal, Meirinhas, Carnide, Carriço e Vermoil. Por sua vez, as que apresentam uma população mais envelhecida são as de Abiúl, Santiago de Litém, São Simão de Litém e Vila Cã.

De acordo com os Censos 2011 a taxa de analfabetismo apresentou uma descida em relação a 2001, quer a nível nacional, quer a nível regional e do município. Facto que se justifica tendo em conta os esforços e políticas que têm sido desenvolvidos nesse sentido, não sendo contudo suficientes.

Embora a taxa de analfabetismo a nível nacional se estabeleça nos 5,2%, verifica-se que nas unidades territoriais inferiores, nas quais Pombal se insere, os valores apresentam-se superiores. No caso da Região Centro com 6,4% e da sub-região Pinhal Litoral de 6,03%, mas com uma diferença significativa no município de Pombal. Neste, a população apresenta um nível de instrução mais reduzido, com um valor de 10,32% de população analfabeta.

A Figura 8 permite comparar a distribuição da população residente segundo o nível de instrução atingido no município de Pombal, na sub-região do Pinhal Litoral e na Região

Centro. Da sua análise é possível verificar que, a par com grande parte da população portuguesa, no município há uma elevada percentagem de indivíduos (38%) que completaram apenas o 1º ciclo do Ensino Básico, sendo ainda considerável a percentagem que não frequentou nenhum grau de ensino, valor superior face à da sub-região. Ao nível do 2º ciclo os valores entre as diferentes unidades territoriais aproximam-se, contudo nos níveis de ensino seguintes a variação entre unidades inverte-se. Assim, em diplomas mais avançados é verificado que Pombal se encontra abaixo das médias regional e sub-regional, bem como da nacional.

Em última análise, as taxas de escolarização refletem as diferentes políticas na educação ao longo das décadas, onde o nível de instrução exigido como obrigatório se foi alterando, a par com as oportunidades de ensino criadas. As diferenças nos valores apresentados justificam-se também com nível de envelhecimento da população e pela existência de situações de abandono e desvalorização da educação.

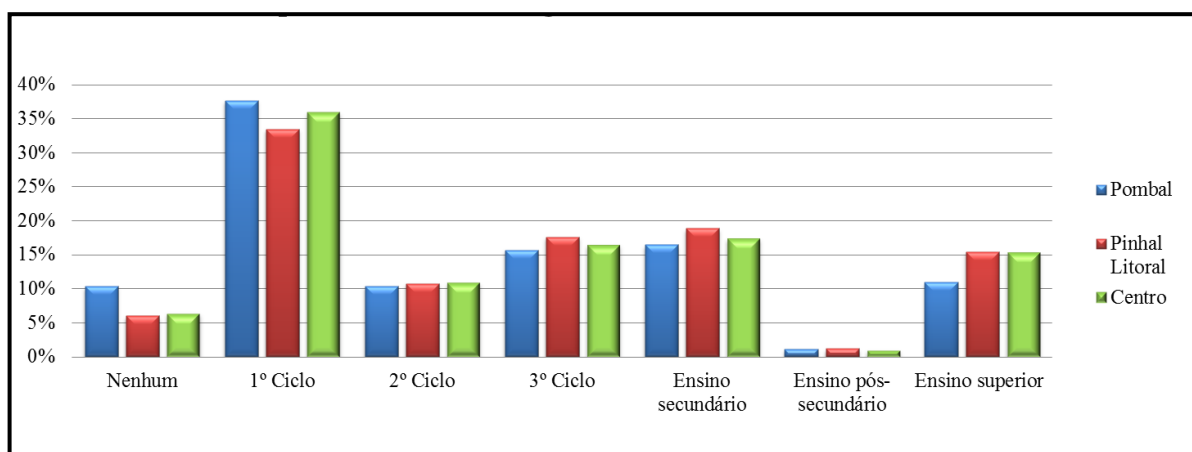


Figura 8 Nível de instrução da população residente no município de Pombal, na sub-região do Pinhal Litoral e na Região Centro (Elaboração própria, a partir de dados definitivos dos censos 2011, INE).

O grau de instrução e de qualificação da população afeta em muito a capacidade de resposta aos diferentes desafios a que as comunidades estão sujeitas, influenciando o seu desenvolvimento económico e a sua competitividade.

A população residente apresenta uma taxa de atividade de 42,72%, dados de 2011, distribuída pelos setores de atividade conforme apresentado na Figura 9.

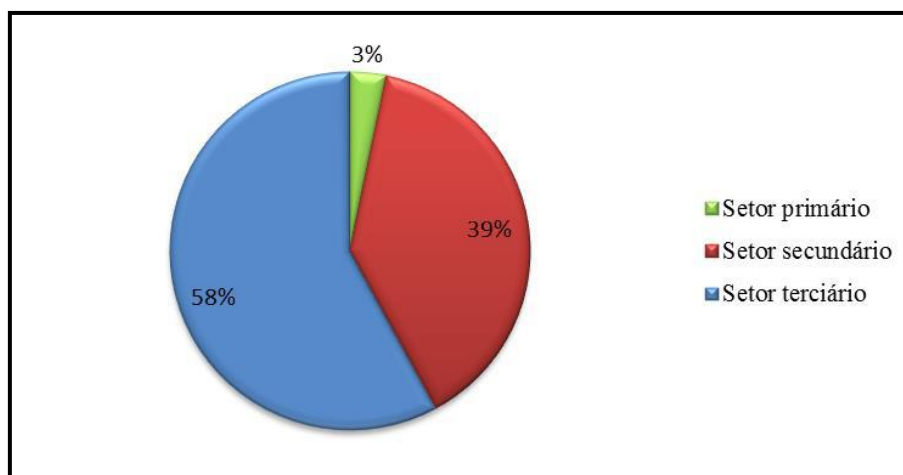


Figura 9 Distribuição da população ativa, por setor de atividade, no município de Pombal, 2011 (Elaboração própria, a partir de dados definitivos dos censos 2011, INE).

A nível nacional verifica-se uma tendência de terciarização da economia, processo comum nos países mais desenvolvidos e associado ao aumento da taxa de urbanização, incremento do número de mulheres inseridas na população ativa e ligado à melhoria das condições de vida da população. O que se reflete no aumento do número e da diversificação de serviços. Por outro lado, esta tendência acompanha a perda da importância da indústria e da agricultura, apesar de a região Centro se evidenciar pela representatividade das atividades ligadas à indústria, construção e agricultura.

Analisando o município de Pombal, verifica-se uma propensão para o predomínio dos setores secundário (39%) e terciário (58%) (INE, 2011), mas com importante representatividade dos ramos da indústria e construção. Este facto reflete a tradição industrial, que se criou durante o século XIX, num primeiro momento através de um processo de industrialização associado à exploração de recursos naturais, como a madeira, e um posterior pelos desenvolvimentos sentidos na década de 80 onde se difundem indústrias transformadoras e se verifica um incremento do ramo da construção. As estes períodos associam-se por um lado espaços abandonados e valores patrimoniais que marcam a paisagem, por outro a criação de zonas industriais no perímetro urbano, como o Parque Industrial da Formiga e o Parque Industrial Manuel da Mota, e zonas industriais rurais como as do Louriçal, Albergaria dos Doze e Meirinhas.

À semelhança de outros territórios, as acessibilidades e características físicas dos mesmos condicionam o desenvolvimento de atividades, como a indústria e exploração agrícola, bem como a ocupação do solo e a distribuição da população. É neste sentido que se procederá à identificação de aspetos físicos e sua relação com diversas atividades e diferenças paisagísticas do município.

No que concerne aos recursos hídricos do município destacam-se os rios Arunca e Anços e a ribeira de Carnide, que atravessam o município no sentido Sul-Norte, pertencem ao subsistema da bacia do baixo Mondego e a partir dos quais se organizam os restantes cursos de água. Existem ainda numerosas ribeiras, afluentes do Rio Arunca e da Ribeira de Carnide, cuja maioria possui caudais temporários. Porém, uma parte mais reduzida do território é abrangida a sul pela bacia hidrográfica do Lis e a este pela bacia hidrográfica do Tejo, onde se destaca o rio Nabão e as ribeiras que para ele confluem. Na zona litoral do município, os cursos de água organizam-se em função do oceano Atlântico, em sentido predominante nascente – poente (ver Figura 10).

O principal curso de água do município é o rio Arunca. Com nascente próxima de Albergaria dos Doze, tem uma bacia de 765km² e desenvolve-se ao longo de 57km. Este atravessa o perímetro urbano da cidade, num vale de fundo plano sujeito a inundações quando ocorrem picos de precipitação excepcionais, o que condiciona o uso do solo, pondo em causa o seu aproveitamento quanto à implantação de estruturas e equipamentos de apoio à população numa área bastante significativa do perímetro urbano da cidade (Agenda 21 Local; FERREIRA, 2008).

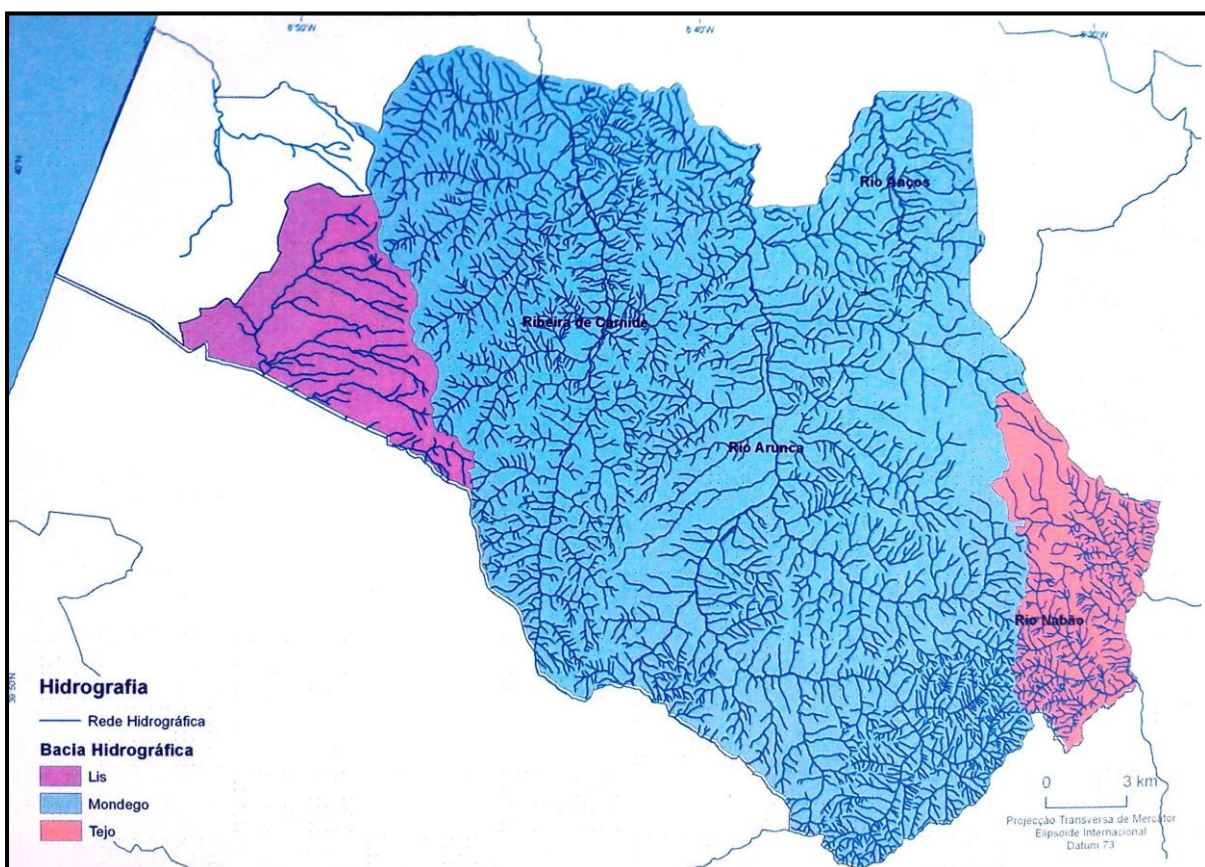


Figura 10 Principais bacias e rede hidrográfica do território (GONÇALVES, 2012: 69).

Estas linhas de água, permanentes ou temporárias, são não só sistemas de drenagem natural, como constituem importantes elementos modificadores da paisagem. A presença de cursos de água traduz-se numa maior disponibilidade hídrica, favorável ao desenvolvimento de diversos ecossistemas, influenciando o clima e propício a diferentes atividades antrópicas. Ao longo destes prospera uma vegetação própria, a vegetação ribeirinha, e que denuncia a presença de água, para além das marcas de erosão deixadas, mais ou menos visíveis.

A valorização deste recurso deve-se ao seu valor económico, científico e cultural, embora suscetível a transformações causadas pelo Homem, o que implica mudanças diretas para as paisagens. Por outro lado, assume diversas funções, fonte de alimento, fundamental ao desenvolvimento da atividade agrícola, um recurso para atividades desportivas, e entre muitas outras funções, elemento de eleição para a constituição de espaços recreativos e de lazer.

As características da rede hidrográfica e da densidade de drenagem estão dependentes do tipo de clima, da natureza do solo e dos acidentes tectónicos das áreas atravessadas. O que determina também o número e capacidade de aquíferos.

A área em estudo pertence à unidade geomorfológica da bacia sedimentar mesozóica, também denominada por Orla Ocidental ou Lusitânica. No que respeita à sua geologia, esta área pode ser subdividida em unidades incluídas nos períodos geológicos do Mesozoico e Cenozóico, predominando na sua constituição formações sedimentares, rochas carbonatadas, argilosas e areníticas (GONÇALVES, 2012). “Apresenta uma geomorfologia suave, com colinas calcárias e vales amplos, pouco profundos e com aluvionamento significativo” (Agenda 21 Local: 114).

Acompanhando as Figura 11 e Figura 12 pode-se proceder à leitura do território partindo da parte ocidental, de superfície mais aplanada, em direção à serra de Sicó, de relevo mais declivoso, bem como a uma apresentação sucinta das unidades litológicas mais representativas no município e sua geomorfologia.

Deste modo, a parte ocidental do município caracteriza-se pelas baixas altitudes e apresenta um conjunto de estruturas dunares, onde predominam as areias de praia, depósitos de terraços marinhos e dunas e areias eólicas.

Já a parte central do município, corresponde a uma extensa bacia terciária, com altitudes a variar entre os 90-100m e os 170-180m. Nesta destacam-se as unidades litológicas aluviões, terraços fluviais, arenitos, conglomerados, margas e argilas, que acompanham as principais linhas de água, ribeira de Carnide e rios Arunca e Anços (FERREIRA, 2008; GONÇALVES, 2012).

Na parte oriental do município afloram relevos acentuados de natureza calcária, da qual se destaca a serra da Sicó, onde se distinguem as Camadas de Alcobaça e os Calcários de Sicó, com calcários, bem como margas e arenitos margosos. Ainda, com menor representatividade as rochas eruptivas, na zona de Vermoil (FERREIRA, 2008).

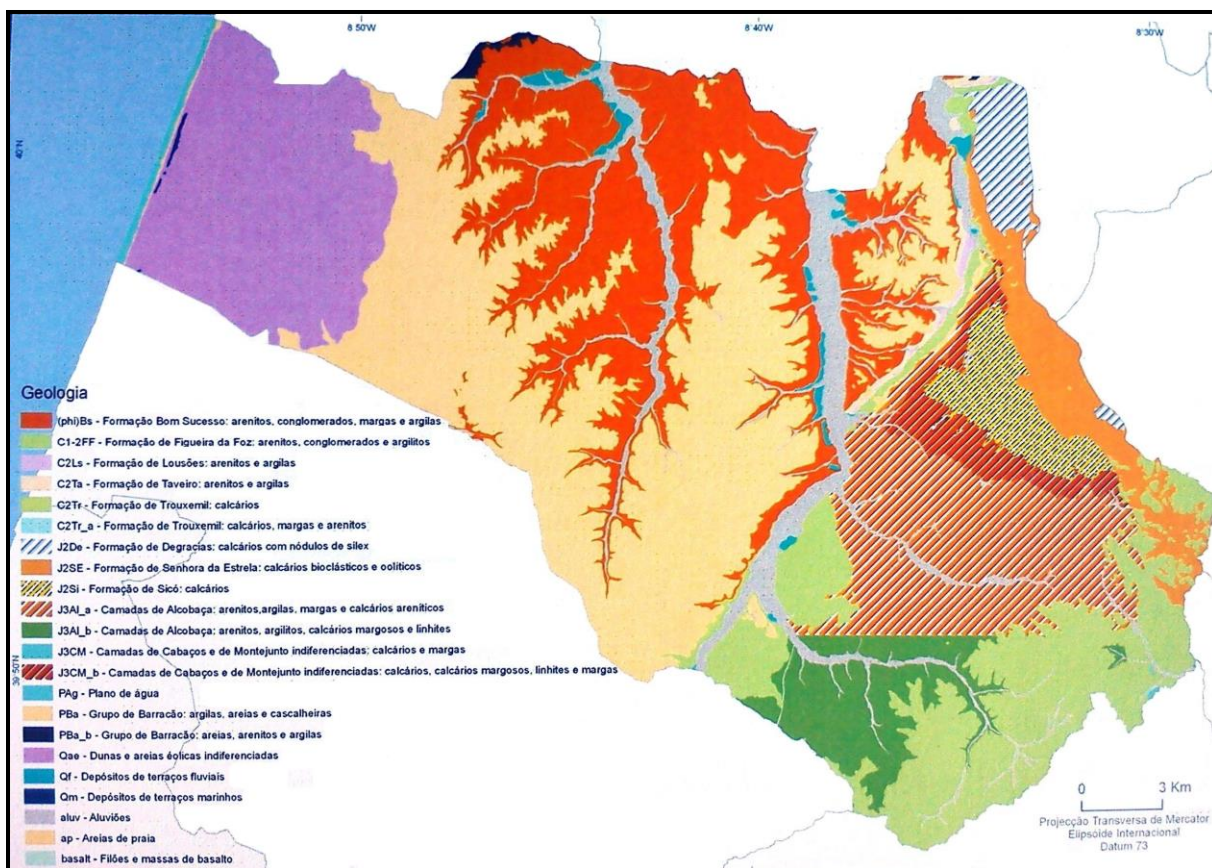


Figura 11 Carta Geológica simplificada do município de Pombal (GONÇALVES, 2012: 66).

“De oriente para ocidente, a altitude diminui progressivamente, à medida que os terrenos de Mesozoico passam aos do Cenozoico e estes por sua vez aos do Quaternário. Contudo, afloram ainda terrenos do Quaternário em discordância sobre o substrato mesozóico ao longo das principais linhas de água da região” (FERREIRA, 2008: 36).

A área do município de Pombal apresenta uma altitude baixa, se comparada com o território nacional, encontrando-se 96% da superfície do município abaixo dos 300m. O ponto de cota mais elevada situa-se a 553m de altitude, na freguesia de Abiúl, em oposição à freguesia do Carriço (ver Figura 12) (GONÇALVES, 2012).

As características biofísicas do território, e toda a análise apresentada, determinam e influenciam as relações homem-ambiente e por conseguinte o uso e ocupação do solo.

Ao nível da ocupação dos solos verifica-se o predomínio do espaço florestal e agroflorestal e uma dispersão urbana. Nas zonas incultas ou com capacidade de exploração florestal sobressaem os matagais, o pinhal e o eucaliptal e no setor agrícola predomina a policultura.

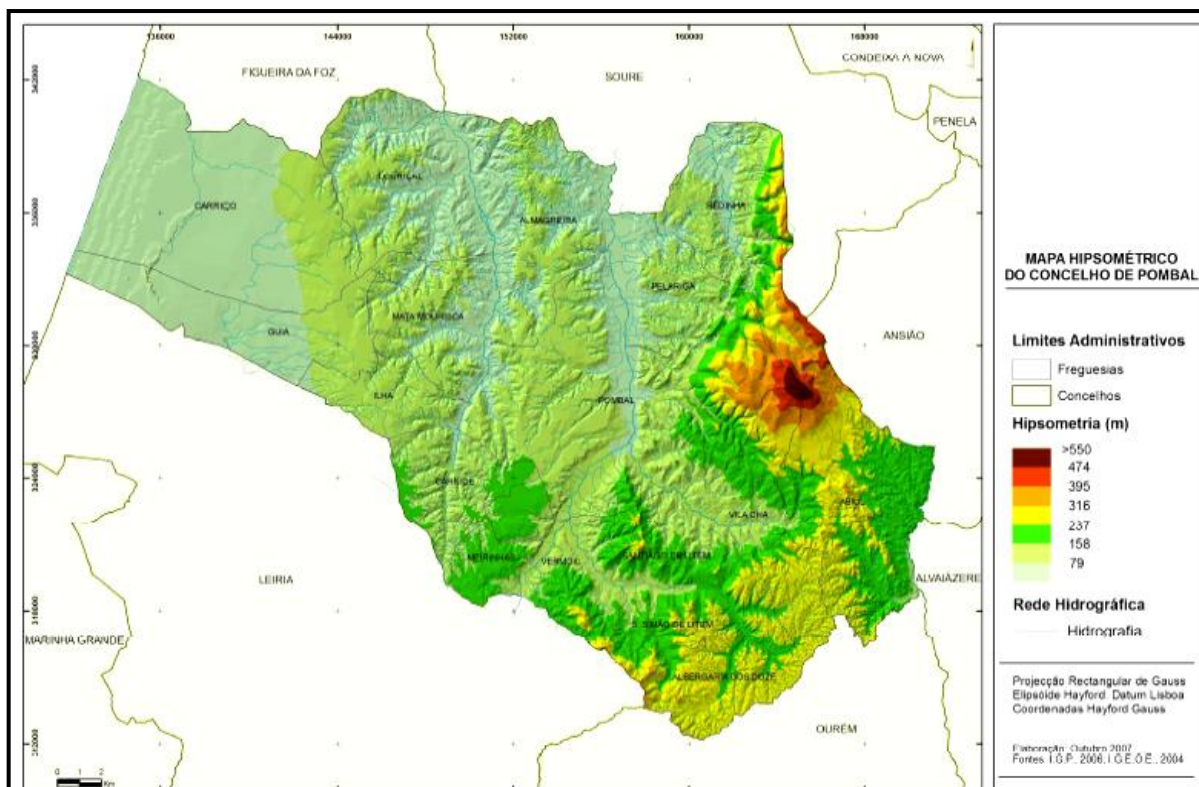


Figura 12 Mapa hipsométrico do município de Pombal (FERREIRA, 2008: 38).

É na parte mais ocidental, na zona de dunas, que se concentra a área mais florestada, coincidente com a Mata Nacional do Urso. Zona constituída por terrenos de areia sem possibilidade de aproveitamento agrícola estende-se para o interior até uma distância de 9-10km da costa.

Já as áreas de vale (Arunca e Carnide) dispõem de maior quantidade de água e de um solo com características mais propícias ao cultivo, sendo o mais comum a vinha, o olival, o milho e, nos terrenos com nível freático mais superficial, os arrozais. É ainda nestas áreas que se instauraram diferentes sistemas de gestão e exploração hídrica, que permitem controlar os caudais e tirar partido da sua força, como os açudes e estruturas tradicionais de que são exemplo moinhos e lagares.

A zona leste do município é abrangida pelo território da serra de Sicó, com bastantes afloramentos rochosos e uma paisagem marcada por processos cárscicos. Aqui sobressai a

paisagem agreste dos seus terrenos incultos, onde a fraca disponibilidade de águas superficiais constitui um dos principais problemas. No seu coberto vegetal encontram-se ainda vestígios de uma vegetação mediterrânica (CUNHA, 1988).

A Figura 13 ilustra contrastes existentes na paisagem do município, através da fotografia. Procurou-se salientar um litoral caracterizado pelas baixas altitudes, o seu sistema dunar e o pinhal característico dessa paisagem. Uma zona central, favorecida pelas linhas de água, que constituem os vales férteis e que beneficiam as atividades agrícolas. E um setor a este, caracterizado por altitudes superiores, onde se evidenciam a presença da oliveira e de elementos calcários, desde formas geológicas a criações de origem humana como os cercados de pedra.



Figura 13 Contraste de paisagem no Município de Pombal (junho 2013).

- 13 a) Dunas, praia do Osso da Baleia.
- 13 b) Pinhal instalado em solo arenoso, próximo da praia do Osso da Baleia.
- 13 c) Pinhal, com extração de resina. Freguesia do Carriço.
- 13 d) Arrozal, próximo da Ribeira de Carnide. S. João da Ribeira, Freguesia de Almagreira.
- 13 e) Produção em estufas, Freguesia de Mata Mourisca.
- 13 f) Moinho reconstruído, Parque de Merendas do Cotrofe. Freguesia de Pombal.
- 13 g) Olhos de Água do Rio Anços. Freguesia da Redinha.
- 13 h) Terreno inculto, com oliveiras e muros de pedra. Freguesia da Redinha.
- 13 i) Muros de pedra e oliveiras, Serra de Sicó. Freguesia de Abiúl.

Para uma melhor perceção dos contrastes paisagísticos do município, a localização dos elementos apresentado na figura anterior é apresentada na Figura 14.

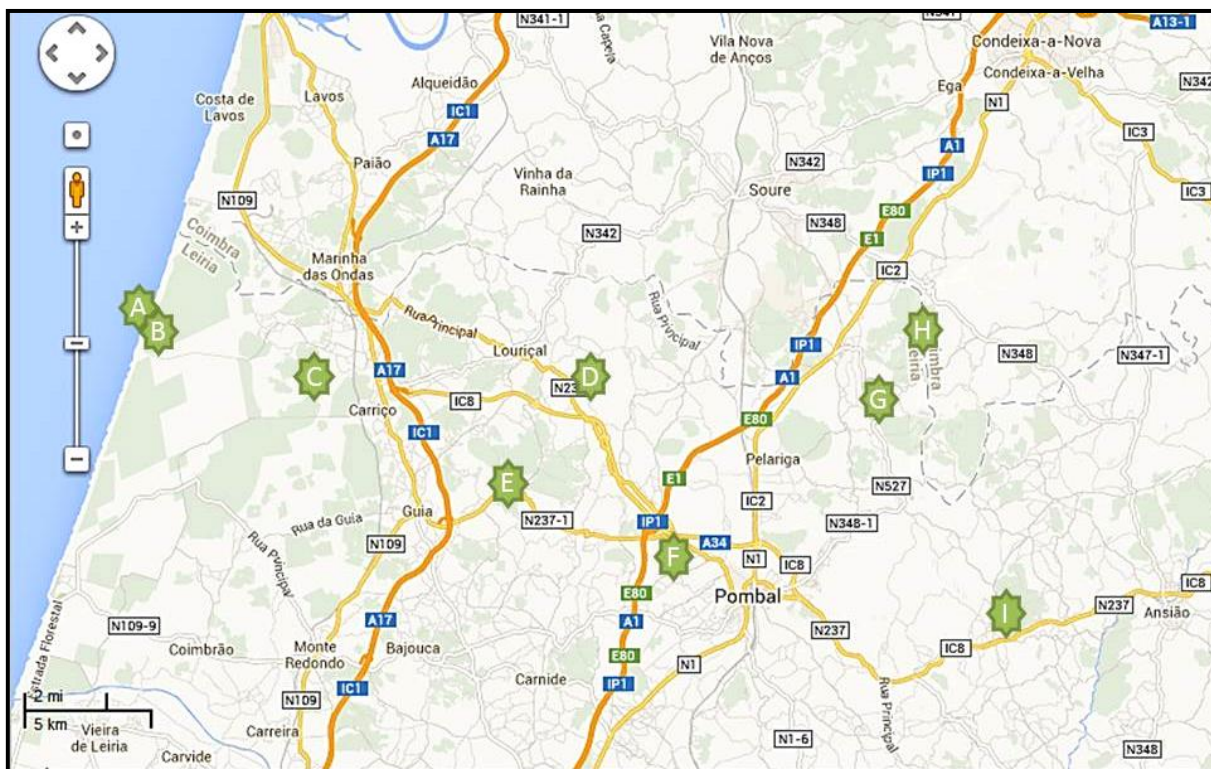


Figura 14 Localização dos diferentes contrastes de paisagem apresentados na Figura 13 (Google Maps, accedido em julho 2013).

- A – Referente à figura 13 a) – Dunas, praia do Osso da Baleia.
- B – Referente à figura 13 b) – Pinhal instalado em solo arenoso.
- C – Referente à figura 13 c) – Pinhal, com extração de resina.
- D – Referente à figura 13 d) – Arrozal.
- E – Referente à figura 13 e) – Produção em estufas.
- F – Referente à figura 13 f) – Moinho reconstruído.
- G – Referente à figura 13 g) – Olhos de Água do Rio Anços.
- H – Referente à figura 13 h) – Terreno inculto, com oliveiras e muros de pedra.
- I – Referente à figura 13 i) – Muros de pedra e oliveiras, Serra de Sicó.

As características já descritas auxiliam a percepção das dinâmicas da paisagem deste território e da sua relação com territórios vizinhos, num contexto atual. Por vezes, ao estudar determinada área procura-se agrupar elementos que definam determinada parte da mesma e que de alguma forma se diferencie de outra adjacente, no entanto coexistem e mantêm-se relações muito próximas com unidades vizinhas.

Neste seguimento enquadra-se agora o território com base no estudo «Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental», onde se identificaram 128 unidades de paisagem, reunidas em 22 grupos, conforme Figura 15. Para a sua identificação foram considerados critérios de identidade, coerência de usos, riqueza biológica, raridade dos elementos e, de carácter subjetivo, a sensação provocada no observador (PINTO-CORREIA, 2005).

O território do município de Pombal contempla dois grupos de unidades, a Beira Litoral (H), com as unidades Pinhal Litoral Aveiro – Nazaré (57) e Beira Litoral: Leiria – Ourém – Soure (60); e o grupo dos Maciços Calcários da Estremadura (K), com a unidade Maciço Calcário Coimbra – Tomar (67)¹⁷.

De uma maneira geral, a descrição que o estudo compõe de cada uma das unidades vai ao encontro de aspetos já referidos, sendo completada por diagnósticos e orientações para a gestão das paisagens.

Em relação ao grupo de unidades da Beira Litoral, estas orientações vão no sentido de manter os trabalhos de gestão e ordenamento desenvolvidos na área de pinhal, de que é exemplo o Pinhal de Leiria, a fim de proteger e valorizar recursos existentes, e tomar especial atenção para aspetos relacionados com a linha costeira como a expansão dos aglomerados e acessos às praias. Para a unidade da Beira Litoral: Leiria – Ourém – Soure (60), considerada uma paisagem de transição e de ligação, refere-se o desenvolvimento de centros urbanos a partir dos seus castelos, mas vista como possuidora de fraca identidade. Em relação ao uso do solo identificam-se problemas nos principais centros urbanos e problemas relacionados com a poluição e degradação dos leitos e margens das principais linhas de água.

¹⁷ As referências (H), (K), (57), (60) e (67) utilizadas para identificar as unidades, respeitam ao estabelecido no estudo «Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental» estando de acordo com a Figura 15.

E na unidade Maciço Calcário Coimbra – Tomar (67), da qual se destaca a Serra de Sicó, que se eleva a nascente de Pombal, onde o padrão de povoamento depende da fertilidade dos solos e das vias de comunicação, as orientações salientam deficiência de gestão e ordenamento dos sistemas florestais, à qual se associa a ocorrência de incêndios frequentes, e a construção desregulada de tipologias diferentes das tradicionais por norma associada à emigração. É então proposto que se estendam algumas das medidas e ações estabelecidas para o Sítio Natura 2000, a toda a unidade de paisagem e propõe ações de sensibilização e de regulamentação a novas construções (DGOTDU, 2004).

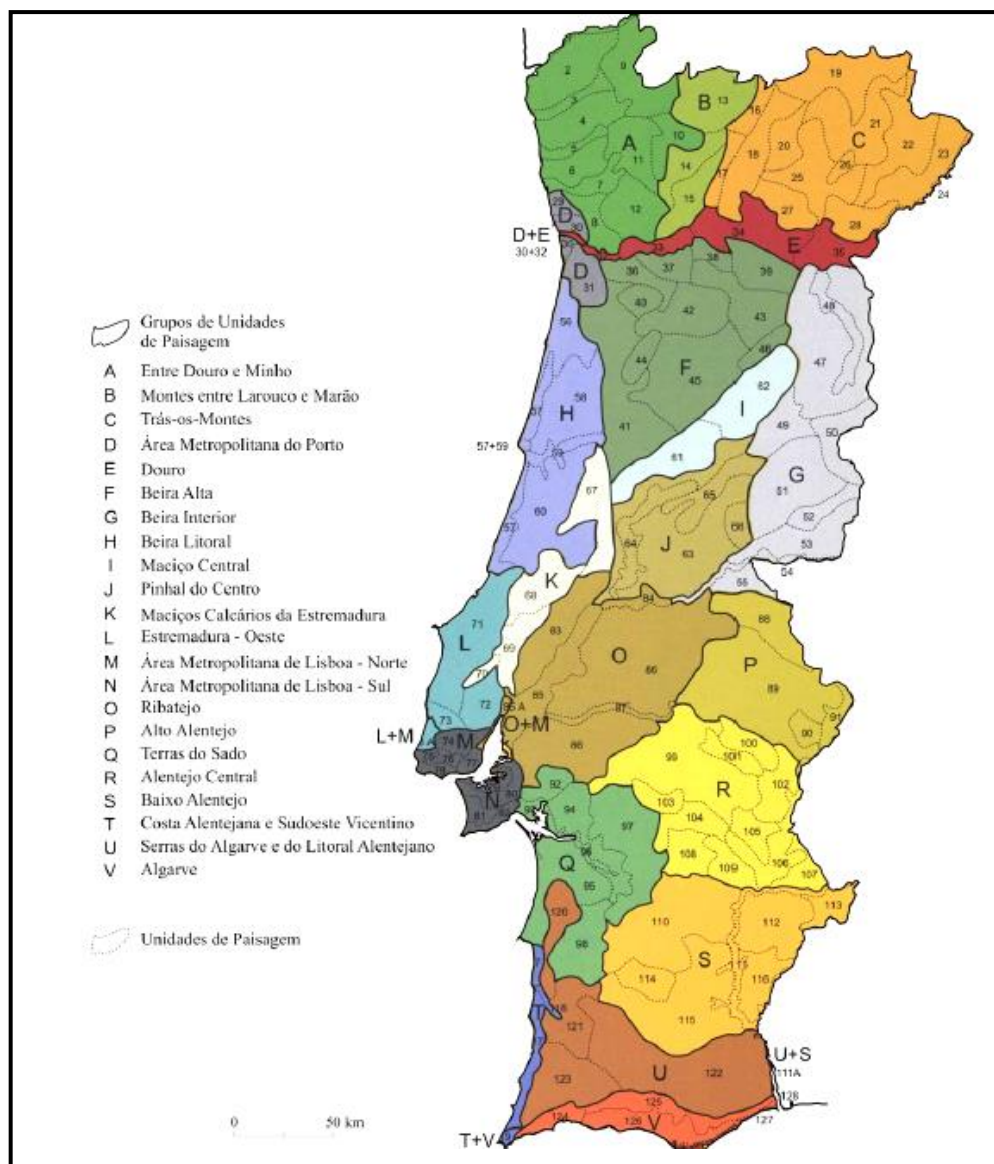


Figura 15 Unidades e grupos de unidades de paisagem em Portugal Continental (PINTO-CORREIA, 2005: 158).

3. Dinâmicas de paisagem em Pombal

Após um enquadramento do território em estudo e exposto diferentes aspetos da sua situação atual, há a perceber e explorar melhor as dinâmicas que têm ocorrido e que mais têm vincado a paisagem ao longo da sua trajetória. Esta análise será feita acompanhando a biografia do lugar e recorrendo a diferentes escalas, pelo que se focará não só ao nível do centro urbano de Pombal, como também abrangendo a totalidade do território concelhio.

De acordo com o mencionado no ponto anterior, as dinâmicas desta paisagem focalizam-se na trilogia agricultura, migração (em particular a emigração) e industrialização nas diferentes fases de desenvolvimento por que passou (Figuras 16, 17 e 18). Facto já considerado por João Fernandes (2013) e Andreia Gonçalves (2012), que também se pode depreender da análise de outros documentos como o Planeamento Estratégico de Pombal e estudos históricos.

Embora com alguns períodos de maior desenvolvimento, e apesar da sua localização geográfica vantajosa em relação a outros centros urbanos, trata-se de um concelho que durante muito tempo apresentou uma imagem débil e pouco consistente. Assim, até à década de 70 a população dependia da agricultura e da criação de gado, com 67% da população (ADILPOM, 1992) a dedicar-se ao setor primário, o que atribuiu uma matriz rural, ainda evidente, à paisagem.

Se o centro urbano se mostrava distante da evolução sentida em outros locais equiparáveis, a situação dos restantes lugares do município agravava-se pelas deficientes acessibilidades, muitas vezes escondidos entre manchas de pinhal. Na área rural, o homem tentando subsistir com os recursos que a natureza lhe dispunha, deixou marcas do seu esforço e gestão do território. As culturas mais exploradas dependiam das diferenças do território, conforme já analisado, e dividiam-se entre arrozais, olivais, vinhas e o pinhal, intercalado pelo eucaliptal, numa paisagem marcada pelos minifúndios, numa agricultura de subsistência que fragmentou o terreno agrícola. Deste esforço humano surgiram algumas edificações, hoje caídas ao abandono mas ainda presentes, em casos pontuais restauradas e a exercer a sua função, como os moinhos de água e lagares, junto das principais linhas de água; os açudes que constituíam a rede hidráulica que alimentava estas estruturas e permitiam a rega dos campos de pequenas dimensões, o que dificultava a mecanização; ou ainda os moinhos de vento e os muros e cercados de pedra em área serrana. Numa forma de conservação patrimonial e de atribuição de identidade a esta paisagem rural por vezes abandonada, hoje recorre-se à musealização destes espaços.

No centro urbano encontra-se presente este traço de ruralidade, quer pelas lojas da especialidade distribuídas ao longo da cidade e na feira bissemanal, quer pelo registo que se faz questão de assinalar na designada «Rotunda do Agricultor» (Figura 16), onde para além das imagens masculina e feminina, foi instalada uma vinha (FERNANDES, 2013).

Ainda que modesto, Pombal deve parte do seu desenvolvimento às acessibilidades de que dispõe, mas que em décadas passadas, como no final século XIX e início século XX, trouxe um dinamismo essencial.

Após décadas procedentes às Invasões Francesas, a instalação da linha do caminho de ferro, Linha do Norte em 1864, passando a via dupla em 1910, e a Linha do Oeste em 1890,



Figura 16 Rotunda do Agricultor (abril 2013).

abriu portas à atividade industrial. De registar que até início da década de 70, essa mesma atividade era incipiente e focada nos recursos naturais, como madeira e resina.

Os ciclos migratórios influenciaram muito a evolução demográfica, primeiro com o êxodo rural e migrações regionais temporárias, depois pelas emigrações permanentes tendo sido contabilizados 18199 pombalenses (ADILPOM, 1992) como emigrantes legais entre 1960 e 1984. Embora a emigração seja anterior a 1960, com o principal destino o Brasil, foi a partir desta data que mais se fez sentir, o que coincide com o início da Guerra Colonial. Segundo os dados apresentados em Eusébio (2007) foram registadas 4008 saídas entre 1960/64 e 4843 entre 1970/74, números correspondentes apenas à emigração legal. Sendo o período de maior emigração o compreendido entre 1965-69, com um registo de 8367 emigrantes legais, em que o principal destino era a Europa Ocidental, com maior incidência França (EUSÉBIO, 2007).

É pois, com a criação do Parque Industrial da Formiga, na década de 70, que se regista uma expansão industrial e uma diversificação da produção (alimentares, plásticos, cerâmicas), acrescentando um novo e importante dinamismo. “Irradiando para além da malha da própria cidade (...), gerou o desenvolvimento de alguns serviços, imprimiu mudanças em algumas áreas rurais e mobilizou a formação profissional especializada” (CEDRU, 1996: 19).

A paisagem é marcada pela exploração de inertes na serra calcária de Sicó, o que é visível da cidade. Também no espaço urbano, próximo do caminho de ferro e do rio, após deslocação da fábrica de resinas e com ações recentes de revitalização, surge a Urbanização das Cegonhas do Arunca. Aqui mantêm-se as chaminés originais da fábrica, local de eleição de

cegonhas para a nidificação, o que deu nome à urbanização, mas também um registo e memória do início do desenvolvimento industrial do lugar (Figura 17).

Nas décadas de 80/90 dá-se um aumento significativo da população em resultado do retorno dos emigrantes, mais acentuado na década de 90. Consigo trouxeram não só capital de investimento como novas ideias, conhecimentos técnicos, modas e valores que quiseram pôr em prática no seu território de origem. Os setores que mais beneficiaram com o seu regresso foram o da restauração e da construção, verificando um crescimento e criação de novas empresas e postos de trabalho. Esta hibridação do centro da diáspora deixa o registo destas mudanças na



Figura 17 Uma das chaminés ainda existentes, imagem de marca da urbanização aí estabelecida (abril 2013).

sua paisagem e estende-se à toponímia de estabelecimentos comerciais, bem como à construção de novas habitações, de tipologias pouco tradicionais, com utilização de uma grande variedade de materiais, por vezes com cores garridas e que se destacam das restantes residências. Mais uma vez, é na malha urbana que, assumindo-se como um território de forte emigração, surge numa representação geossimbólica a «Rotunda do Emigrante» (Figura 18). Contudo, é também a partir da década de 90 que Pombal se insere na rota da imigração, acolhendo comunidades da Europa de Leste, Brasil ou China.

Este período, final do século XX, tornou-se de facto um ponto de viragem com uma marcante expansão e progresso industrial, onde se tirou partido da sua localização e das disponibilidades de que o município dispunha. Assim se justificou a criação de novos espaços industriais como o «Parque Industrial Manuel da Mota», e também em outros pontos do município.



Figura 18 Rotunda do Emigrante (abril 2013).

Esta evolução é devida, em parte, à influência da consolidação da União Europeia, com adesão de Portugal a ocorrer em 1986. Este projeto ideológico e político permitiu, entre outros aspetos, recuperar o dinamismo económico e a competitividade.

Numa ordem natural de desenvolvimento, a forte terciarização da economia verificou-se no início do século XXI, embora já existisse uma tradição comercial centralizada na sede de concelho. A expansão urbana acentuou-se e os dilemas do ordenamento do território manifestaram-se a par com políticas nacionais e europeias, foram delineados diversos instrumentos de planeamento e estratégias.

Nos dias de hoje, devido às circunstâncias socioeconómicas do país, desenvolvem-se novos ciclos migratórios, na procura de condições de vida que o país não lhes permite.

As Figuras 19 e 20 compõem excertos de cartas militares datadas de 1947 e de 2007, Folha nº 274, a partir das quais é observável a evolução da malha urbana da cidade de Pombal. Numa primeira análise sobressai a diferença da densidade do aglomerado entre as duas cartas e o aumento da ocupação do solo.

A organização do território e respetivo uso do solo desenvolveu-se ao longo do vale do Arunca, junto das vias de comunicação existentes, que permitiam assegurar a relação com territórios vizinhos e mais distantes. Partiu da encosta do castelo e aos poucos houve uma apropriação do território, expandindo-se para além dos obstáculos naturais.

Ao longo dos anos, e acompanhando a expansão da malha urbana, conduziu-se a um zonamento funcional que permitiu distinguir novas zonas industriais e habitacionais. São exemplo disso, a Zona Industrial da Formiga e as Urbanizações Senhora de Belém e de São Cristóvão, identificadas no segundo mapa. Por sua vez, o centro da povoação acolhe atividades ligadas aos serviços e comércio.

Na mais recente (Figura 20) é nítido um núcleo central, onde se concentram os serviços e atividade económica, circunscrita pela encosta norte do castelo, caminho de ferro e a variante que faz a ligação entre a IC8 e a IC2. Esta área central estende-se ao longo de uma linha contígua para este e oeste, mais acentuada para oeste, mantendo-se a dispersão do aglomerado ao longo das vias de comunicação. É ainda demarcada a Zona Industrial da Formiga, sendo também visíveis os novos troços rodoviários.

Enquanto o primeiro excerto reflete uma pequena povoação com um eixo viário, o segundo apresenta uma povoação mais desenvolvida e de rede viária mais complexa, para uma melhor fluidez rodoviária. Esta expansão levou ao abandono, degradação e perda de funcionalidade da zona histórica. O que, por sua vez, implicou um processo de requalificação e recuperação deste espaço.

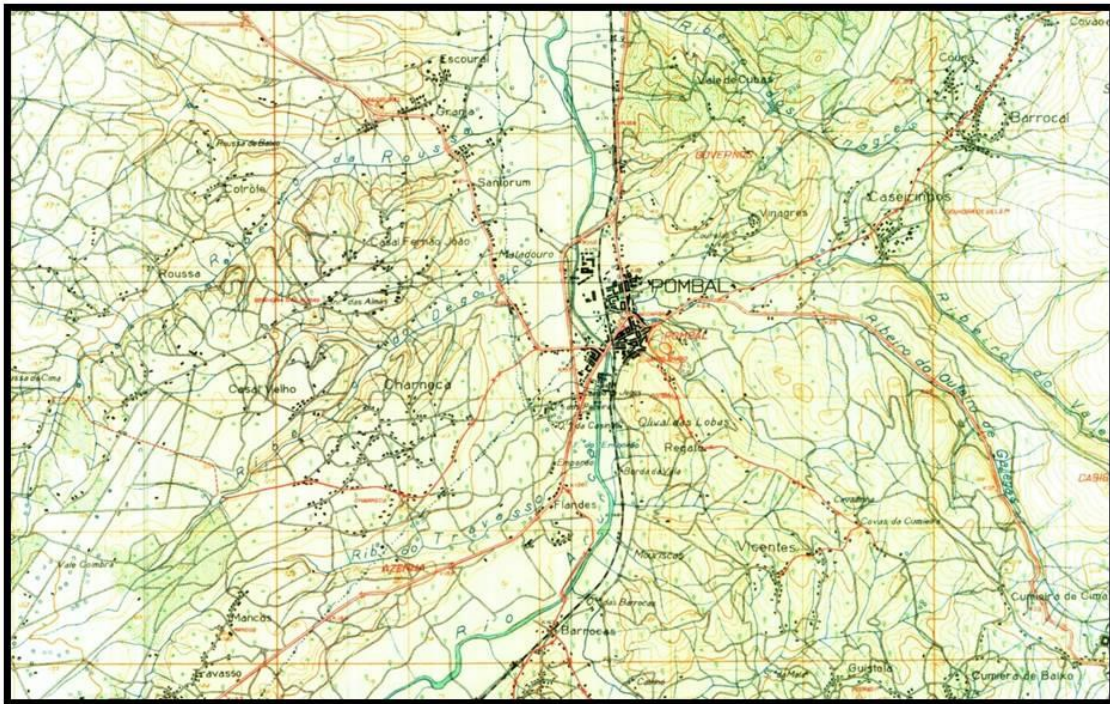


Figura 19 Excerto de Carta Militar 1947, Folha nº274. Escala 1: 56 250.

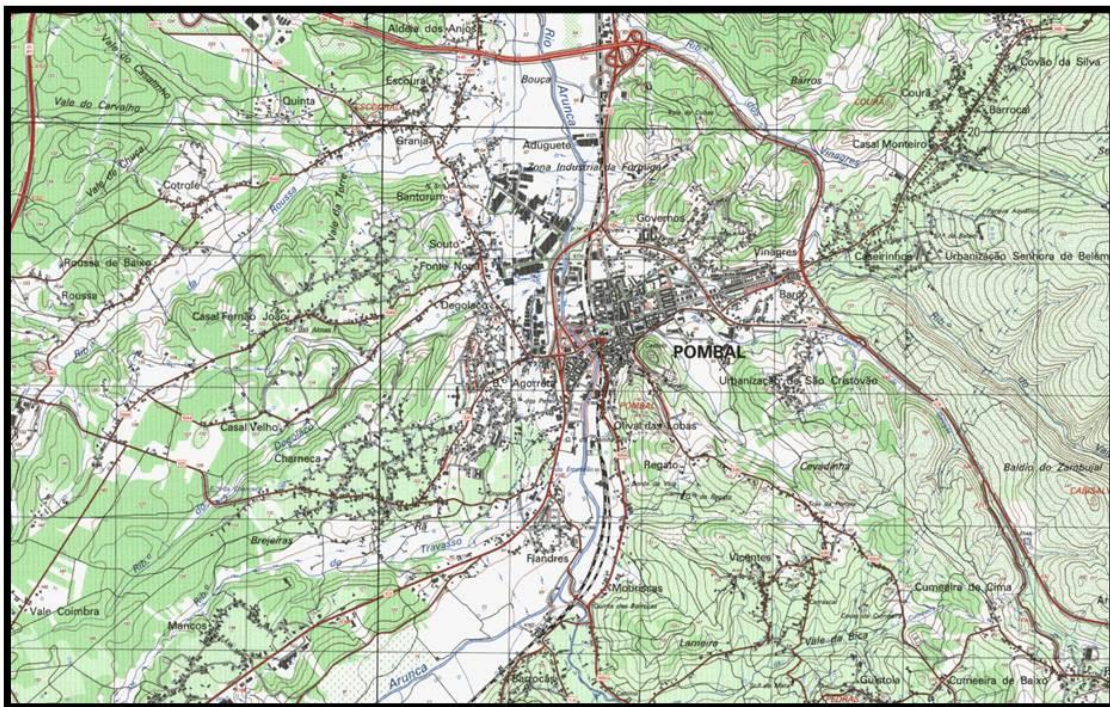


Figura 20 Excerto de Carta Militar 2007, Folha nº274. Escala 1: 56 250.

Em seguida podem-se analisar registos e transformações da paisagem urbana num processo de comparação entre fotografias antigas e atuais, repetindo o método de trabalho utilizado por Duarte Belo¹⁸ (2012). Apresentam-se imagens de data incerta, como referência próximas da década de 40, da cidade de Pombal, entre outras, imagens da coleção de postais «Pombal – Imagens do Passado», editada em 1997. Para termo de comparação procurou-se atualizar estas fotografias, procedendo à identificação de um ângulo e perspetiva semelhante.

Em cada par de fotografias apresenta-se uma breve descrição de elementos e transformações. Começa-se então, por expor uma vista geral sobre a cidade (Figura 21), a partir do castelo para noroeste, tendo como ponto de referência (R) a Igreja do Cardal. Estas fotografias complementam a visão transmitida pelas Figuras 18 e 19 (mapas), de uma cidade em evolução, de maior densidade urbana e onde a utilização do solo se faz mais intensa.

A Figura 21a) mostra uma malha urbana que se estende desde a encosta do castelo até ao caminho de ferro, mas já prolongando-se para norte. O canto inferior esquerdo corresponde a parte da zona histórica. Junto da linha ferroviária, do lado direito da imagem, no limiar da antiga vila, encontra-se a antiga fábrica de resina de que se distingue as suas chaminés.

Nos dias de hoje a área urbana é mais extensa e densificada, com um acréscimo de habitações e oferta de serviços, espaço industrial, comercial e de lazer. Na segunda fotografia (Figura 21b), da esquerda para a direita, a primeira seta indica um novo espaço, a Biblioteca Municipal de Pombal, próxima da rodoviária, complexo que se lhe segue. A seta seguinte identifica a «Zona Industrial da Formiga» separada do centro urbano pela IC2 (assinalada pela linha laranja) e a terceira indica o antigo espaço da fábrica de resinas, atual «Urbanização das Cegonhas do Arunca», de espaço ajardinado e de lazer, com as chaminés presentes e o único edifício construído de momento.

De uma povoação de limites bem definidos, passou a um centro urbano de limites difusos, onde a zona rural deu lugar a um espaço urbano, com novas construções e infraestruturas de apoio. Neste seguimento também a fruição do espaço público foi afetada, agora com novos pontos de encontro social, que muito dependem das motivações pessoais e disponibilidades várias.

¹⁸ Duarte Belo fotógrafo e autor da obra «Portugal – Luz e Sombra», O país depois de Orlando Ribeiro. Uma edição de Circulo de Leitores publicada em 2012, onde se revisitam territórios outrora fotografados por Orlando Ribeiro.

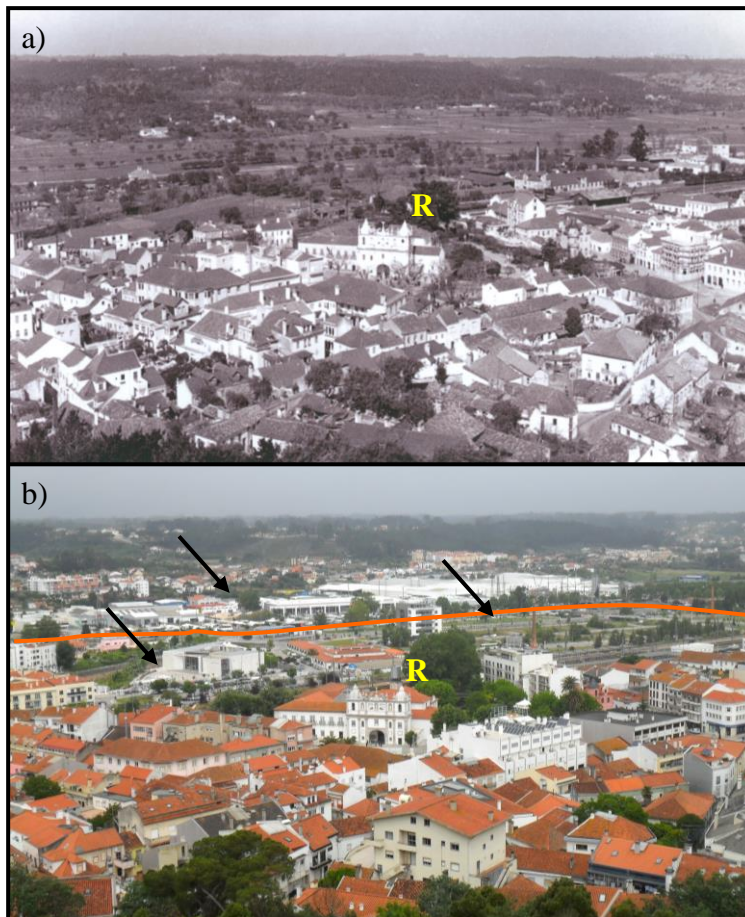


Figura 21 Vista Geral a partir do castelo. Ponto de referência (R) Igreja do Cardal.
21a) Vista Geral (data incerta)
21b) Vista Geral (junho 2013)

O próximo par de imagens (Figura 22) apresenta uma vista parcial de onde se destaca os elementos castelo, caminho de ferro e estação, e a antiga área industrial, agora em maior plano e pormenor. Reflete ainda os diferentes estádios de desenvolvimento pelos quais passou a atividade industrial em Pombal.

O primeiro surto industrial, favorecido pelo estabelecimento da linha ferroviária, baseava-se na exploração dos recursos naturais, uma indústria extrativa que entrou em declínio. Assim surgiram espaços devolutos e vestígios desta primeira fase industrial, que foi substituída nos alvares das décadas de 70/80/90 por novos espaços industriais, planeados, e com eles novas indústrias.

Por outro lado, estas imagens mostram um processo de repulsa em relação ao castelo, abandonado e em ruínas até ao século XX. Em contraposição à atual aproximação que se pretende proporcionar através de políticas da sua requalificação e reabilitação, extensível ao seu espaço envolvente.

Entre a fotografia 22a) e 22b) as grandes mudanças que se identificam são no espaço envolvente do castelo, agora requalificado como espaço de lazer, e no local onde se situava a antiga fábrica, hoje uma nova urbanização.

Com a reabilitação feita na envolvente do castelo procurou-se criar condições a um espaço verde e de lazer e criou-se uma nova infraestrutura, a Cafetaria do Castelo, de onde se pode obter uma vista panorâmica sobre a cidade, deixando o estatuto de elemento patrimonial abandonado e em ruínas, pouco atrativo. Na fotografia atual (Figura 22b) o caminho de ferro surge disfarçado, embora presente e com a estação já remodelada, e a habitação agora em edifícios mais altos. Também na área da antiga fábrica se procurou adicionar uma função de usufruto do espaço para o lazer, com a criação de uma pequena ciclovia, que acompanha a zona ribeirinha. O traçado pavimentado, em tonalidade avermelhada, visível no canto inferior esquerdo da segunda fotografia, respeita a esta ciclovia.

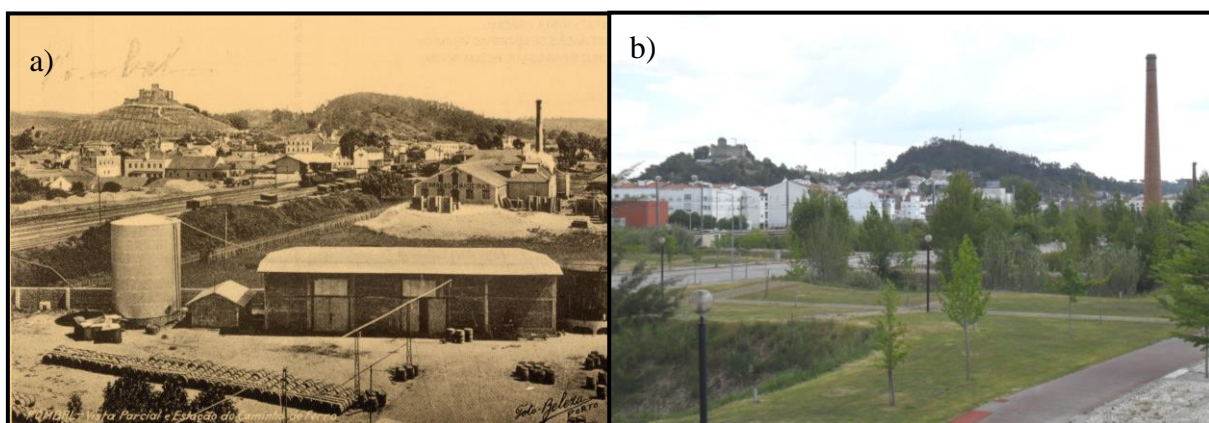


Figura 22 Vista parcial e estação do caminho de ferro.

22a) Antiga fábrica de resinas e caminho de ferro (data incerta)

22b) Atual «Urbanização das Cegonhas do Arunca» (abril 2013)

Na Figura 23 vê-se o ponto de contacto, norte, com o exterior da cidade, local de confluência da Rua Professor Doutor Carlos Mota Pinto, IC2 e IC8. A fotografia 23a) respeita à inauguração da variante que liga a IC2 e IC8. Já a fotografia 23b) apresenta-se mais densa, com maior número de elementos, bem marcado pelo posto de combustível neste vértice de acesso. A intervenção humana faz-se, também, sentir na paisagem pela significativa densidade de fios elétricos presente na fotografia, e que resultam da inserção dos postes de eletricidade. Facto que mostra o esforço feito em Pombal (cidade) e refletido também pelo município, de acompanhar os progressos nacionais na melhoria de condições de vida.



Figura 23 Vista sobre ponto de contacto com o exterior, saída norte.

23a) Inauguração da variante IC2 e IC8 (data incerta)

23b) Ponto de saída/entrada, norte, de Pombal – variante, IC2 e IC8 (abril 2013)

O Largo do Cardal, apresentado na Figura 24, foi e permanece como o ponto focal da população e, embora com diferentes ritmos, constitui-se como artéria principal da cidade. Aqui se mantém o edifício Paços do Concelho, adjacente ao jardim municipal. Contudo, a alameda que sobressai da Figura 24a) tem vindo a desaparecer ao longo das décadas. Por sua vez, surge um novo elemento na paisagem, visível no lado direito da Figura 24b), um hotel cujo edifício partilha com o pequeno centro comercial do Cardal. Este significa a maior abertura para o exterior e manifestando uma nova dinâmica, mas também como um reforço da ideia de se constituir como local de passagem. Uma nota mais para o facto de, a par deste hotel, existirem mais três estabelecimentos de alojamento no centro urbano.

Nos dias de hoje, possui passeios calcetados e, onde outrora se viam transportes de tração animal, circulam automóveis e transportes urbanos (os POMBUS a circular com três linhas distintas, que confluem para o Cardal), sendo zona de afluência rodoviária sujeita a congestionamento do trânsito. Por isso, na Figura 24b), se encontra uma cidade mais rápida e marcada pela circulação automóvel.

Com as atuais obras de requalificação do centro, de que há indícios no lado direito da Figura 24b) e das quais resultou o arranque dos plátanos existentes, novas mudanças surgirão na paisagem urbana.

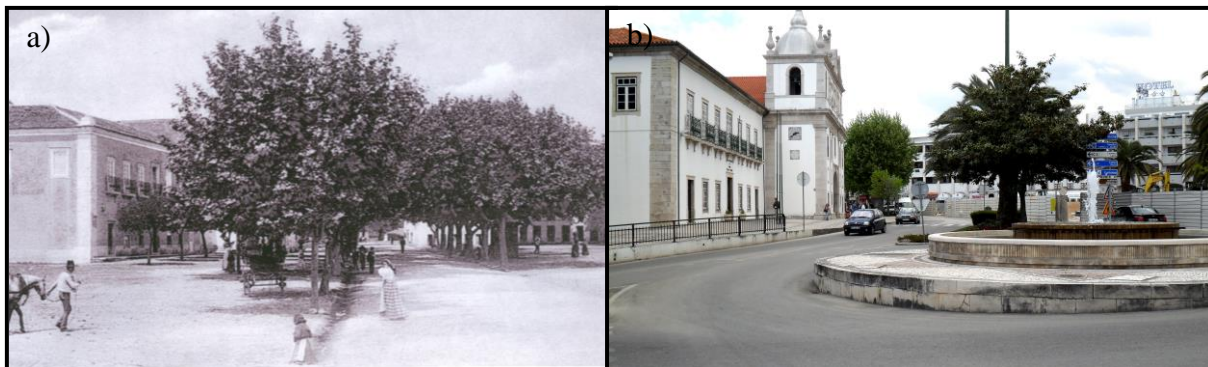


Figura 24 Largo do Cardal e Paços do Concelho.

24a) Largo do Cardal e Paços do Concelho (data incerta)

24b) Largo do Cardal e Paços do Concelho (abril 2013)

Nas próximas fotografias, Figura 25, o espaço da construção mantém-se, embora o edifício em si tenha sofrido várias alterações e tenha crescido em altura e as funções que aí se desenvolviam também mudaram. Antes foi o Hospital da Misericórdia (Figura 25a) agora com um piso térreo, onde se estabeleceram espaços para comércio local e uma agência bancária, andares de escritórios e gabinetes médicos e laboratoriais (Figura 25b).

Com um olhar mais atento percebe-se como o crescimento urbano criou oportunidade, para que o território fosse alterado em benefício humano. A parte inferior da fotografia 25a), onde apenas se identificam os muros, respeita a uma das ribeiras que atravessa a cidade, na altura a descoberto, hoje escondida por um túnel sobre o qual se desenvolveu um corredor central. Assim, a segunda fotografia (Figura 25b) no lugar da ribeira mostra o Largo 25 de Abril, com a sua rotunda, ao qual lhe procede a Avenida Heróis do Ultramar. Constitui, pois, uma apropriação de risco e ponto de vulnerabilidade urbana que exige atenção e manutenção para evitar danos de elevada gravidade.

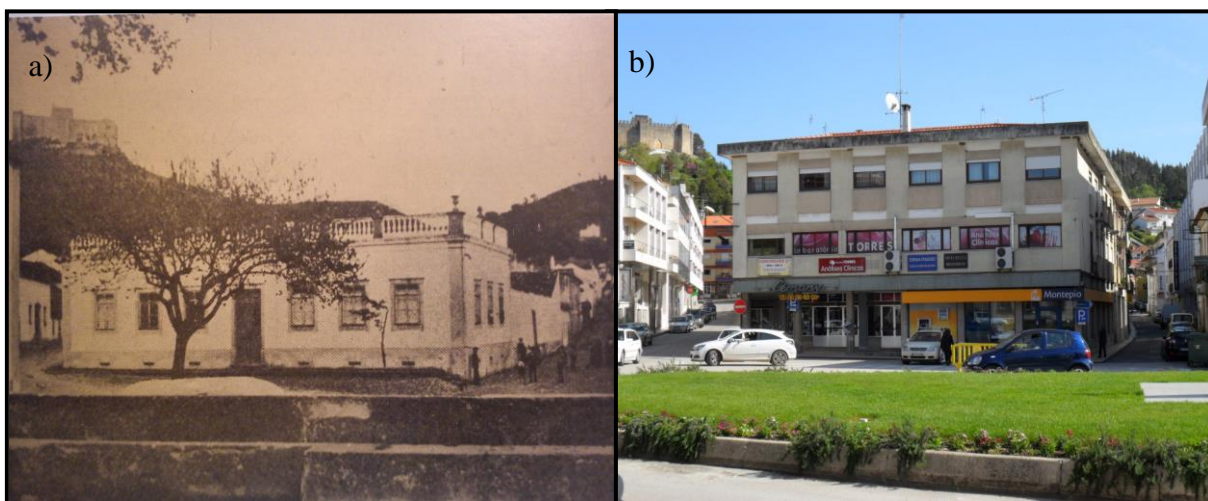


Figura 25 Hospital da Misericórdia, atual Largo 25 de Abril.

25a) Antigo Hospital da Misericórdia (data incerta)

25b) Atual Largo 25 de Abril (abril 2013)

A ponte D. Maria (Figura 26), sobre o rio Arunca, foi construída em 1793 e servia a Estrada Real que atravessava a cidade. Durante várias décadas foi local de acesso privilegiado a Pombal, intercetado pela passagem de nível da Linha do Norte, e fazia ligação ao Largo do Cardal, conforme se averigua no lado esquerdo da Figura 26a). Esta utilização regular manteve-se até ao início dos anos 90, época da construção do viaduto Guilherme Santos e encerramento da então passagem de nível.

A Figura 26b), embora revele um antigo ponto de acesso à cidade menos movimentado, mostra também o atual interesse pela patrimonialização e afirmação de uma memória coletiva. Por outro lado e apesar de se tratar de uma cidade que adquiriu velocidade, tem-se procurado criar canais mais lentos que privilegiem a circulação pedonal. Assim se justificam as mudanças visíveis neste espaço resultado das obras de requalificação da ponte, apresentando iluminação e um pavimento irregular granítico. Contudo, mantêm-se marcas do passado como os bancos embutidos no muro, os mesmos edifícios, mas restaurados, e perspectiva das ruas.

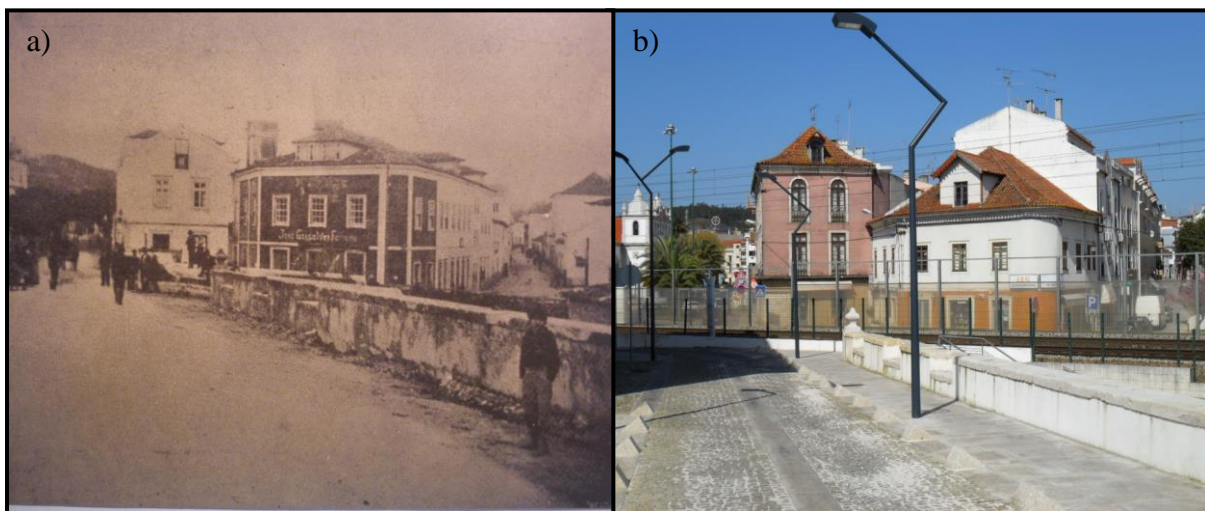


Figura 26 Vista a partir da ponte D. Maria.
26a) Antiga Rua Corredora (data incerta)
26b) (abril 2013)

A evolução do aglomerado urbano desta localidade foi durante séculos limitada por obstáculos, primeiro pelas ribeiras e o rio Arunca, ao qual se juntou no século XIX a via-férrea e mais tarde pela IC2. A leste criaram-se condições para que a expansão se desenvolvesse para lá das ribeiras, enquanto que a oeste após ultrapassadas as barreiras das três vias estruturais, com a construção do viaduto Guilherme Santos “os limites urbanos diluíram-se e criaram frentes de periurbanização no encontro da cidade com o rural de proximidade” (FERNANDES, 2013).

No centro urbano encontram-se alguns pontos de observação que permitem a visualização e perceção da forma como se estrutura e dos seus pontos de contacto com o exterior. Deste modo

se destaca o castelo, um local exímio para a observação desta paisagem de contrastes e heterogeneidade. Mas outros existem na cidade, juntando-se a este o miradouro junto da escola Gualdim Pais (Figura 27), do qual se visualiza a serra, com uma das pedreiras, e o castelo medieval, ou, em sentido oposto, a vista a partir de Nossa Sr.^a de Belém (Figura 28), sendo a via que se destaca um troço da IC8.

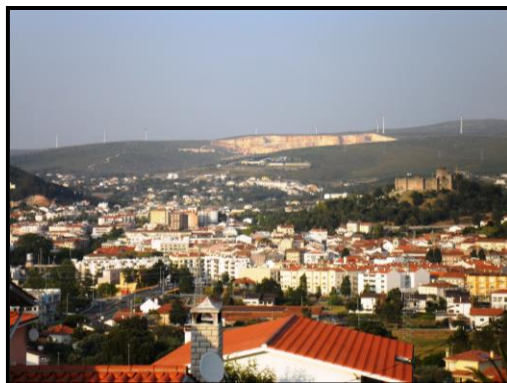


Figura 27 Vista sobre a cidade, para leste, a partir do miradouro junto à Escola Gualdim Pais (junho 2013).



Figura 28 Vista sobre a cidade, para oeste, a partir da Capela de Nossa Sr.^a de Belém (junho 2013).

Na atualidade, o acesso à cidade faz-se por três vértices principais, a norte na confluência da IC2 e IC8 (como já referido), a sul pela IC2 e a leste pela IC8, o que revela a forma como Pombal se encontra marcado pela existência de vias nacionais, de ligação regional e nacional. Ainda neste seguimento, remete-se à Figura 29 onde é possível visualizar a vista sobre o novo troço da IC8, que surge a leste e já revelado na Figura 28.

Mas para o viajante que por Pombal passa, percorrendo a IC2, tem da cidade a percepção de que se trata de uma localidade pequena, pouco apelativa, com os seus limites compreendidos entre os dois vértices de acesso a norte e a sul, que distam não mais de 1Km e da qual sobressai o seu castelo medieval. Na Figura 30 é apresentada uma planta da cidade, que permite ter uma percepção visual da estruturação destas vias de comunicação e da sua relação com o centro urbano. Nela estão assinalados os pontos, a partir dos quais foram fotografados os elementos apresentados ao longo desta parte do trabalho e dos diferentes pontos de observação acima referidos, bem como a Praça Marquês de Pombal ilustrada na Figura 31.



Figura 29 Vista sobre o novo troço da IC8 (junho 2013).

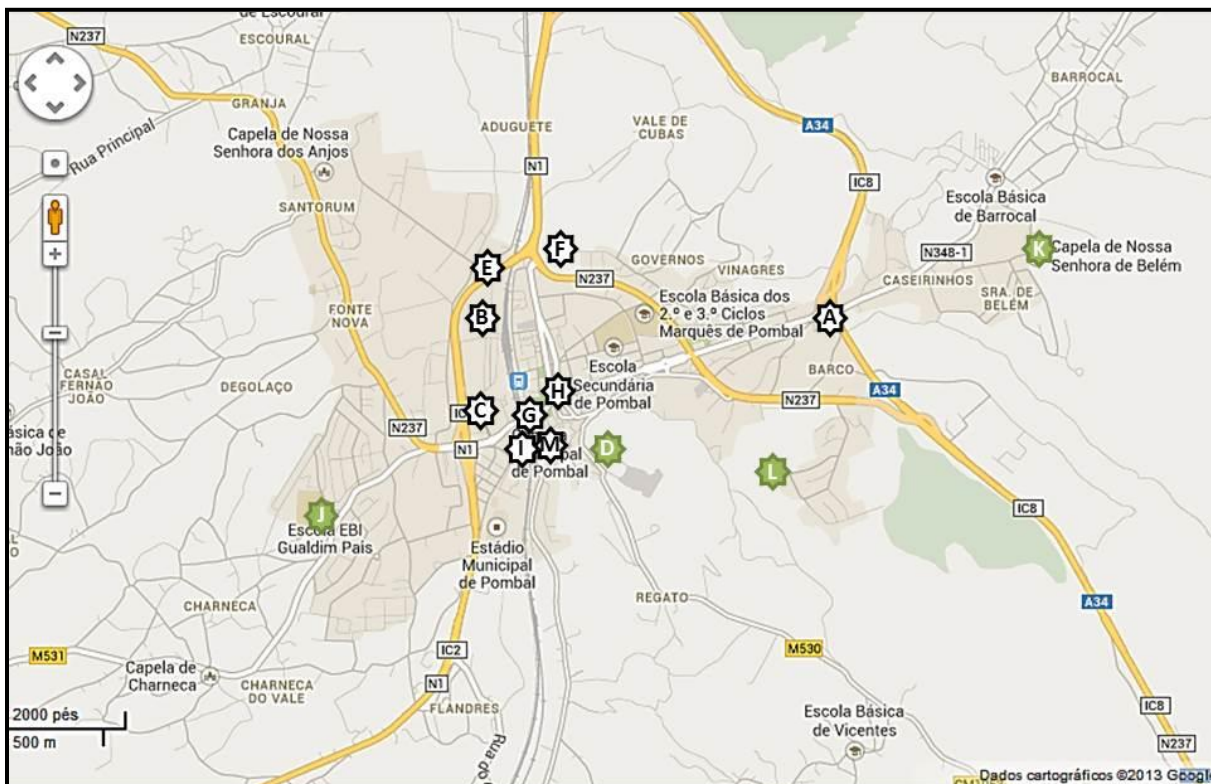


Figura 30 Planta da cidade Pombal, com localização das fotografias apresentadas (Google Maps, acedido em julho 2013).

- A** – Rotunda do agricultor, apresentada na Figura 16.
- B** – Urbanização das Cegonhas, chaminé apresentada na Figura 17.
- C** – Rotunda do emigrante, apresentada na Figura 18.
- D** – Castelo de Pombal, ponto de observação da cidade, com vista apresentada na Figura 21.
- E** – IC2, vista parcial da cidade e estação do caminho de ferro, apresentada na Figura 22.
- F** – Local de observação do ponto de contacto com o exterior, apresentada na Figura 23.
- G** – Largo do Cardal e Paços do Concelho, apresentados na Figura 24.
- H** – Largo 25 de Abril, apresentado na Figura 25.
- I** – Ponte D. Maria, com vista apresentada na Figura 26.
- J** – Miradouro da Escola Gualdim Pais, com vista apresentada na Figura 27.
- K** – Capela de Nossa Senhora de Belém, ponto de observação da Figura 28.
- M** – Praça Marquês de Pombal, apresentada na Figura 31.
- L** – Ponto de observação da cidade referente à Figura 28.

A par com a evolução do aglomerado urbano, as representações geossimbólicas foram sendo incluídas, sobretudo, nesta paisagem urbana.

Para além da “apropriação simbólica e estética do centro das rotundas” (FERNANDES, 2013), onde se afirma a identidade do concelho e se registam e evocam momentos e acontecimentos marcantes na história local e nacional, esta paisagem também se refugia em representações topobiográficas, tema desenvolvido por João Fernandes em «A paisagem urbana de Pombal» (2013).

Por este território passaram e viveram diversas personalidades históricas e políticas, que de alguma forma se firmaram na memória coletiva. Hoje lembradas e celebradas através da

arte pública, como a estatuária presente no espaço público e pela toponímia associada a ruas e edifícios de que são exemplo os estabelecimentos de ensino. Assim existem escolas que adotaram nomes de personalidades históricas como a E.B. 2,3 Marquês de Pombal, a escola e agrupamento de escolas Gualdim Pais, o edifício Conde de Castelo Melhor (onde funciona parte do 1º Ciclo do Ensino Básico de Pombal), ou ainda o Colégio João de Barros, nas Meirinhas. As ruas, em muitos casos, apresentam uma toponímia associada a personalidades como políticos, médicos e escritores, de que são exemplo a Rua Professor Carlos Alberto Mota Pinto, Rua Martel Patrício, ou Rua Aníbal Blanc Paiva.

Andreia Gonçalves (2012) desenvolveu e aplicou um inquérito onde, entre outros aspetos, pretendia apurar a imagem que os munícipes têm do concelho através da identificação de palavras que melhor o definissem. O que, para a análise da paisagem cultural pode ser tido em consideração, já que à partida revelam os aspetos com que os munícipes mais se identificam e constam da sua memória coletiva. Segundo os resultados obtidos e apresentados, os elementos de maior representatividade são os associados a aspetos naturais como a Serra de Sicó e o Osso da Baleia, os associados à sua localização como a centralidade e as acessibilidades, os elementos iconográficos como o castelo e o Marquês de Pombal e ainda as Festas do Bodo e as pombas.

A figura do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, é a que manifesta maior representatividade de entre as personalidades celebradas neste território. No perímetro urbano existe um conjunto de património arquitetónico a ele associado, a Cadeia Velha e o celeiro do Marquês, localizados no centro histórico hoje reservados a espaço museológico (Figura 31), e o busto do Marquês, a primeira estátua no país erigida ao estadista e da autoria de Ernesto Korrodi, localizada no Jardim do Cardal. Ainda associado a esta figura histórica e política de referir a existência da Quinta da Gramela¹², propriedade privada no lugar de Estrada a 3km de Pombal.



Figura 31 Praça Marquês de Pombal, situada no centro histórico e onde se encontram o Celeiro do Marquês (à esquerda), Igreja Matriz (ao centro) e Cadeia Velha, hoje Museu Marquês de Pombal (à direita) (abril 2013).

¹² A Quinta da Gramela tornou-se propriedade do Marquês de Pombal em 1724, sendo herança de seu tio Paulo de Carvalho e Ataíde. De início constituída por casas térreas, tornou-se num solar de dois pisos, acrescido de uma capela adjacente. Foi aqui que, em 1759, o Marquês instalou a Real Fábrica de Chapéus.

Já as Festas do Bodo compõem o período do ano mais movimentado e dinâmico, envolto de enorme simbolismo e motivo de regresso da diáspora à origem, ainda que temporário. Provenientes numa promessa feita a Nossa Senhora do Cardal e associada a uma lenda e à personagem de D^a. Maria Fogaça, as festas surgem como forma de agradecimento por uma epidemia ter desaparecido, segundo a lenda uma praga de gafanhotos e lagartas, pelo que possuem um cariz religioso. À cerimónia religiosa prosseguida de procissão juntava-se o ritual de cozedura de um bolo num forno no Cardal, há muito inexistente. Nos dias de hoje a celebração religiosa decorre no último domingo do mês de julho, embora as festividades já se desenvolvam desde a quinta-feira antecedente e aliadas a diversos acontecimentos desportivos, exposições e espetáculos.

Por elas anseiam os comerciantes, como forma de equilibrar as suas contas, os emigrantes, que estando longe da sua terra vêm uma oportunidade de acalmar a saudade e avivar costumes, e toda a comunidade, em nome individual ou coletivo, uns para festejar e pela diversão, outros para mostrar o trabalho que têm desenvolvido.

Este ambiente festivo prolonga-se pelo mês de agosto em que, com a presença de emigrantes, as festas e romarias se distribuem pelas freguesias. Em Abiúl, por exemplo, celebra-se no primeiro domingo do mês as Festas do Bodo de Abiúl, em honra de Nossa Senhora das Neves, de origem idêntica às festas na cidade de Pombal, à qual se associa o forno tradicional (Figura 32). Ligada a esta festa estão as touradas que se realizam no primeiro fim de semana de agosto, naquela que é considerada a praça de touros mais antiga do país.

É neste seguimento que, também nas áreas rurais, a paisagem se preenche por representações simbólicas e patrimoniais. No caso da freguesia de Abiúl conserva-se algum do património pertencente aos Duques de Aveiro, de que é caso o Palanque (Figura 33), a partir do qual os Duques assistiam às touradas realizadas durante as festividades, mais tarde

transferidas para a praça de touros. Os espetáculos tourinos enraizaram-se na cultura desta freguesia, são muito apreciados pela população e representam um momento de celebração.



Figura 32 Forno tradicional das Festas do Bodo de Abiúl (março 2012).

Já na vila da Redinha o elemento simbólico mais representativo é a sua ponte Românica (Figura 34), sobre o Rio Anços, como vestígio da romanização. Contudo, na memória da população residem as lembranças das Invasões Francesas e da Batalha da Redinha de 1811, materializadas no painel de azulejos representado na Figura 35. A lembrança deste período levou à comemoração do seu Bicentenário da Guerra Peninsular, com um conjunto de atividades e reconstituição histórica da batalha, em março de 2011. O programa desenvolvido inseriu-se no Festival de Animação na Rede Leiria, Pombal e Batalha. É neste âmbito, que surge mais uma representação simbólica à entrada da povoação, a imagem de um soldado.



Figura 33 Palanque dos Duques de Aveiro, situado na mesma praça do forno tradicional (março 2012).



Figura 34 Ponte Românica sobre o Rio Anços (junho 2013).



Figura 35 Painel de Azulejos, comemorativo da Batalha da Redinha, situado na Praça da Guerra Peninsular (junho 2013).

Envolto no património imaterial, de origem lendária, surge nesta freguesia a Capela de Nossa Senhora da Estrela. Esta encontra-se a 350m de altitude, embutida na rocha e constitui uma atração a diferentes públicos, não só pela vista que daí se obtém, como por escolas de escalada.

Também o espaço florestal tem sido alvo de transformações ao longo dos tempos. Com um papel importante na consolidação de paisagens, ocupa cerca de um terço do território nacional e possui uma das maiores fontes de riqueza que o país tem à sua disposição, contudo nem sempre foi esta a realidade.

As suas dinâmicas não são muito diferentes das ocorridas em grande parte do território nacional, em especial da Região Centro. Deste modo, durante muito tempo estas áreas e o seu potencial foram menosprezados, sendo utilizadas apenas para diversão associada à caça e abastecimento dos centros urbanos. Mais tarde, desenvolveu-se um plano de povoamento florestal em zonas de baldio, reduzindo a zona de pastoreio (MEDEIROS, 2005).

O setor expandiu-se aquando o desenvolvimento industrial do século XX, já que fornecia matéria-prima a muitas indústrias, tendo sido considerado o mais dinâmico e promissor da economia portuguesa. Na época, à mancha florestal em Pombal, foi reconhecida a potencialidade a explorar e incrementar, constituindo-se já a matéria-prima de várias indústrias locais. A presença de pinheiro-bravo era a espécie que melhor caracterizava as florestas da região centro, sendo ainda nos dias de hoje uma das espécies predominantes. Associado à exploração florestal desenvolveram-se indústrias resinosas e de madeira, o que atribuiu o título de maior centro resineiro do país e da Europa a Pombal. Também o ramo das indústrias de papel apresentava boas possibilidades de expansão, facto ainda verificado.

No entanto, por razões económicas e preferência de espécies de crescimento rápido deu-se uma reconversão de terreno agrícola em áreas florestais, a qual foi acompanhado por uma forte plantação e substituição de pinhal por eucaliptal. Contudo, é de referir a forte controvérsia que esta espécie tem gerado em todo o território português pois, apesar do seu elevado valor económico, tem conduzido ao esgotamento de solos e de reservas hídricas.

Um outro aspeto modelador de paisagens e que exige o desenvolvimento de novas dinâmicas é o flagelo dos incêndios florestais. Embora constitua um problema antigo, este continua na atualidade e para o qual têm contribuído a falta de ordenamento florestal, as dificuldades de acesso à floresta, o abandono de terrenos e a falta de cuidados de manutenção e limpeza, desenvolvendo condições favoráveis à deflagração e propagação do fogo.

Qualquer que seja a origem das transformações na paisagem, estas terão influência no desenvolvimento de diversas atividades, sendo exemplo o turismo. Neste sentido, o próximo capítulo aborda a relação da paisagem com esta atividade, não só pelas dinâmicas ocorridas como também pela sua potencialidade enquanto recurso.

CAPITULO III: A PAISAGEM E O TURISMO EM POMBAL

1. O turismo no município de Pombal

No capítulo anterior, fez-se um enquadramento do território em estudo e análise da paisagem do município de Pombal, suas particularidades, dinâmicas e elementos diferenciadores. No entanto, falta analisar em que sentido esta tem sido, ou pode vir a ser, aproveitada enquanto recurso turístico.

Deste modo, pretende-se fazer uma síntese de como se encontra o setor turístico em Pombal, começando por uma abordagem ao contexto turístico regional e programas em que participa; ponderação das ambições do município; uma breve apresentação da diversidade dos recursos disponíveis, naturais e culturais, suas potencialidades; e apresentação de algumas propostas para o seu desenvolvimento.

O município de Pombal, no âmbito do setor turístico e ao nível institucional, a par com os concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém (onde se insere Fátima) e Porto de Mós, pertence à Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, integrado pelo antigo Pólo de Desenvolvimento Leiria-Fátima. Como forma de divulgação e promoção do Pólo é utilizado o web site representado na Figura 36.

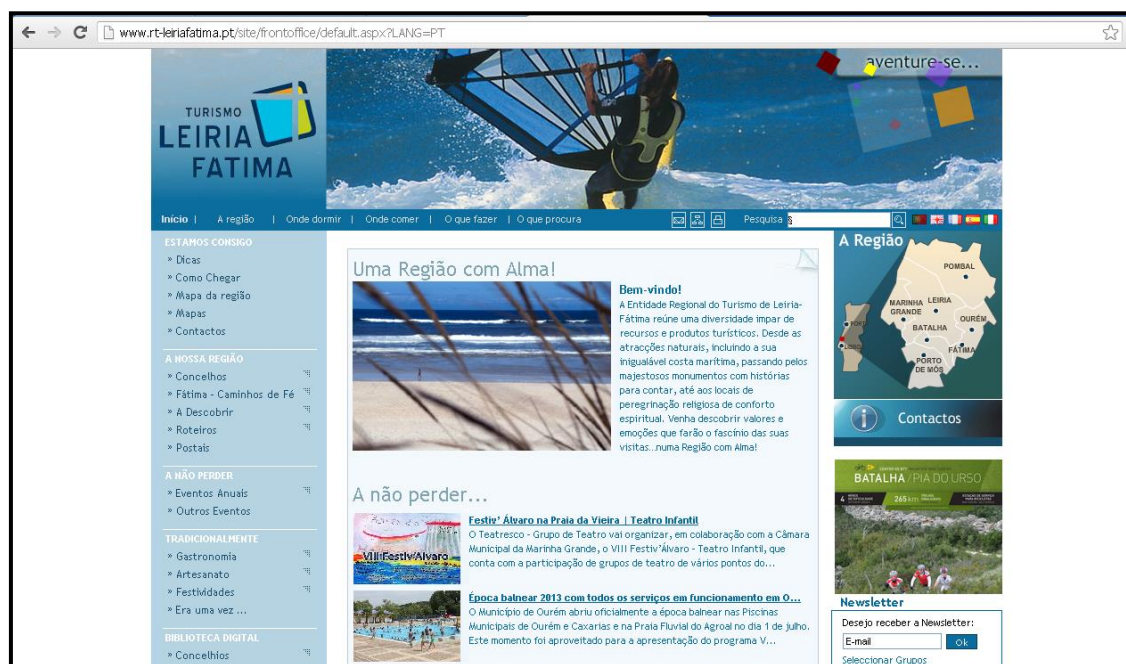


Figura 36 Homepage Pólo de Desenvolvimento Leiria-Fátima (site Turismo Leiria-Fátima, acessido em julho 2013).

De acordo com o Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), este Pólo de Desenvolvimento, à semelhança da Região de Turismo do Centro, tem como produto estratégico o *Touring* Cultural e Religioso, muito associado ao destino Fátima e sua componente espiritual e religiosa. No documento de Revisão do PENT para 2015, propõe-se como produtos em desenvolvimento o Turismo Natureza e Turismo de Saúde e Bem-Estar.

Deste modo, o Pólo enquanto destino turístico tem promovido, para além da religião, o seu património construído e de interesse cultural, com especial destaque para os seus castelos: Castelos de Leiria, Pombal, Ourém e de Porto de Mós; e monumentos como o Mosteiro da Batalha.

Já o desenvolvimento do produto Turismo Natureza conta com a existência de recursos como a Mata Nacional do Urso (Carricho-Pombal) e o Pinhal de Leiria; Serra de Sicó (Pombal), com o sítio classificado Sicó/Alvaiázere da Rede Natura2000 e Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, onde ambos os casos apresentam diversas formações cársicas; Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios e Praia Fluvial do Agroal.

Neste sentido surgiu o Ecoparque sensorial da Pia do Urso (pensado para invisuais) e o projeto da Estrada Atlântica, que liga a praia do Osso da Baleia (Pombal) à Nazaré, que passou pelo aproveitamento de antigas estradas florestais e criação de uma pista ciclável. Este último permite tirar partido das praias da região, não só pela sua envolvente natural e como produto de Turismo Natureza, como também pelo produto Sol e Mar.

Um outro recurso e ponto de interesse turístico são as Termas de Monte Real, mais próximo do produto Saúde e Bem-Estar. De forma pouco explorada são ainda considerados o artesanato e a gastronomia, bem como algumas festas e eventos, mas de pouca visibilidade.

Os recursos enumerados atrás não resultam de uma escolha ou seleção aleatória, mas sim de uma síntese de pontos de interesse divulgados e promovidos pelo Pólo de Desenvolvimento Turístico a que Pombal pertence. Dentro de cada concelho inserido no pólo, existem diversos recursos mais ou menos explorados e considerados no processo de estimular o turismo local, para além de cada um seguir uma linha estratégica específica para o setor. Neste seguimento, e como exemplo, o município da Marinha Grande surge agora com uma aposta no Turismo Industrial, acompanhando novos desafios e segmentos turísticos.

O município de Pombal responde ainda a programas de cooperação e estratégias de outras entidades em que participa e pertence. Caso do programa Rede Urbana para a Competitividade e Inovação (RUCI), participando na rede de proximidade da Comunidade Intermunicipal do Pinhal

Litoral, de que fazem parte os municípios de Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós (web site apresentado na Figura 37).



Figura 37 Homepage Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (site RUCI, acessido em julho 2013).

O plano de ação desenvolvido por esta comunidade intermunicipal, para a área de intervenção Turismo, considera como áreas potenciais o Turismo Cultural, o Turismo Balnear, o Turismo Empresarial, o Turismo Rural e o Turismo Desportivo. Neste sentido, tem procurado desenvolver um plano de marketing turístico, numa estratégia integrada e considerando o turismo sustentável. Um dos seus objetivos a longo prazo passa por integrar a rede urbana em redes internacionais de turismo temático (site Pinhal Litoral, acessido em julho 2013).

Desde o ano de 2010 que têm sido desenvolvidos projetos como o PROTUR – Programa de Intervenção na Rede do Turismo e das Pistas Cicláveis, com os seus objetivos gerais enumerados abaixo.

PROTUR – Programa de Intervenção na Rede do Turismo

Os objetivos gerais são:

- Promover e valorizar ofertas turísticas da rede;
- Afirmar a rede como um destino para o turismo diferenciado e de qualidade;
- Dar a conhecer a forte identidade das cidades e vilas da rede;
- Consolidar os espaços e serviços de apoio ao turismo;

- Desenvolver o potencial e valorizar o aproveitamento turístico;
- Envolver a população local e os diferentes agentes locais no desenvolvimento e animação das Cidades e Vilas;

(Página oficial Pinhal Litoral, acedido em julho 2013).

Pistas cicláveis

Os objetivos gerais são:

- Qualificar a área de intervenção e melhorar a qualidade visual do centro urbano das cidades e vilas de Leiria, Batalha e Pombal, através da dotação de pistas cicláveis e pedonais;
- Melhorar a qualidade do ar;
- Dar prioridade ao peão e aos utilizadores de meios de transporte alternativos face ao automóvel privado;
- Incentivar uma vida urbana mais saudável;

(Página oficial Pinhal Litoral, acedido em julho 2013).

A Associação de desenvolvimento local Terras de Sicó é outra entidade a que Pombal pertence e que também atua ao nível do turismo (web site apresentado na Figura 38). Neste caso, o território de atuação engloba o Maciço Calcário de Sicó, com o Sítio Classificado Sicó/Alvaiázere, e os municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.



Figura 38 Homepage Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (site Terras de Sicó, acedido em julho 2013).

A sua atividade atua no sentido do desenvolvimento local, por via de dinamização e esforços em diferentes áreas. No que respeita ao turismo estabeleceu-se como objetivos gerais os seguintes:

- Qualificação e promoção do alojamento disponível;
- Qualificação da restauração;
- Requalificação e valorização de espaços públicos e património natural;
- Requalificação e valorização do património construído;
- Requalificação e valorização do património arqueológico;
- Constituição de uma empresa de promoção e comercialização.

(Página oficial Terras de Sicó, acedido em julho 2013).

Ainda com poucos projetos em desenvolvimento, a associação tem divulgado o território através da sua página de Internet, onde disponibiliza um vasto conjunto de informação sobre os seus pontos naturais e culturais de atração, características do território e os seus produtos. É através do projeto AGRO SICÓ, que tem procurado valorizar os produtos endógenos, na sua maioria do setor agroalimentar, como azeite, vinho, queijo e mel, bem como através da criação da marca “Terras de Sicó” e organização de eventos associados ao setor, também apelativos ao turismo.

Faz parte das suas intenções o aproveitamento de outras facetas e elementos paisagístico, característicos do maciço calcário, e que constituem oportunidades para a elaboração de rotas e programas temáticos, como a romanização, também pelos seus vestígios; os indícios e marcas do jurássico; a sua geomorfologia e flora; ou a hipótese do termalismo no concelho de Soure. Isto, em benefício do desenvolvimento local e aproveitamento de recursos, bem como da promoção turística, através de parcerias e programas de cooperação.

No que respeita ao turismo, a aposta centra-se no Turismo de Natureza e Desporto Aventura, divulgando a potencialidade para a prática de espeleologia, escalada, BTT e pedestrianismo. Acresce ainda a divulgação feita a alguns pontos de interesse cultural e patrimonial, também por parcerias com museus e núcleos museológicos.

Qualquer uma das atividades enunciadas pode ser praticada no concelho de Pombal, quer a espeleologia, que permite a exploração de diversas formações cárnicas como grutas e algares, a escalada, muito praticada no sítio de Poios (Sr.^a da Estrela e Vale dos Poios), quer a prática de BTT e pedestrianismo, em atividades organizadas ou por iniciativa própria em trilhos já marcados.

Em termos de rotas, o território Terras de Sicó promove a Grande Rota 26, com nove percursos (dois no município de Pombal), percursos do Guia QUERCUS (dois referentes ao município de Pombal) e da Liga dos Amigos de Conímbriga, bem como a rota dos Castelos e Fortificações.

Embora existam diversos projetos perspectivados, alguns já se encontram implementados, dentro dos quais merecem destaque “Flora de SICÓ... NATURALMENTE!” e “Villa Sicó”, apresentados abaixo.

Flora de SICÓ ... Naturalmente!

Trata-se de um projeto gerido e coordenado pela Terras de Sicó, em articulação com um conjunto de entidades, em especial os municípios da área de intervenção. O seu enfoque recai sobre o sítio “Sicó/Alvaiázere” (Rede Natura 2000 - PTCON0045) e a sua flora.

O programa pressupõe um conjunto de ações de animação e sensibilização, assim como de divulgação e disseminação. É neste âmbito que se organiza um programa sazonal de Passeios Pedestres Temáticos sobre a Flora de Sicó, os “Dias de Sicó” e oficinas e atividades pedagógicas.

PROVERE “Villa Sicó”

Constitui um “Programa de Valorização económica dos espaços da romanização”, onde se considera, para além dos vestígios de romanização presentes ao longo do território de intervenção, o rio Nabão, como elemento geográfico unificador não só da paisagem, mas também das próprias vivências humanas. Este projeto abrange o território constituído pelos municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Pombal, Condeixa-a-Nova e Tomar, em parceria com a entidade Terras de Sicó (líder do consórcio).

Vocacionado para o turismo, instiga ao descobrimento do património romano, mas também de todo o seu enquadramento. É através da sua página de Internet (apresentada na Figura 39), que mais uma vez é dado a conhecer o seu património cultural e natural, os produtos regionais e outras particularidades do território e vivências das populações.

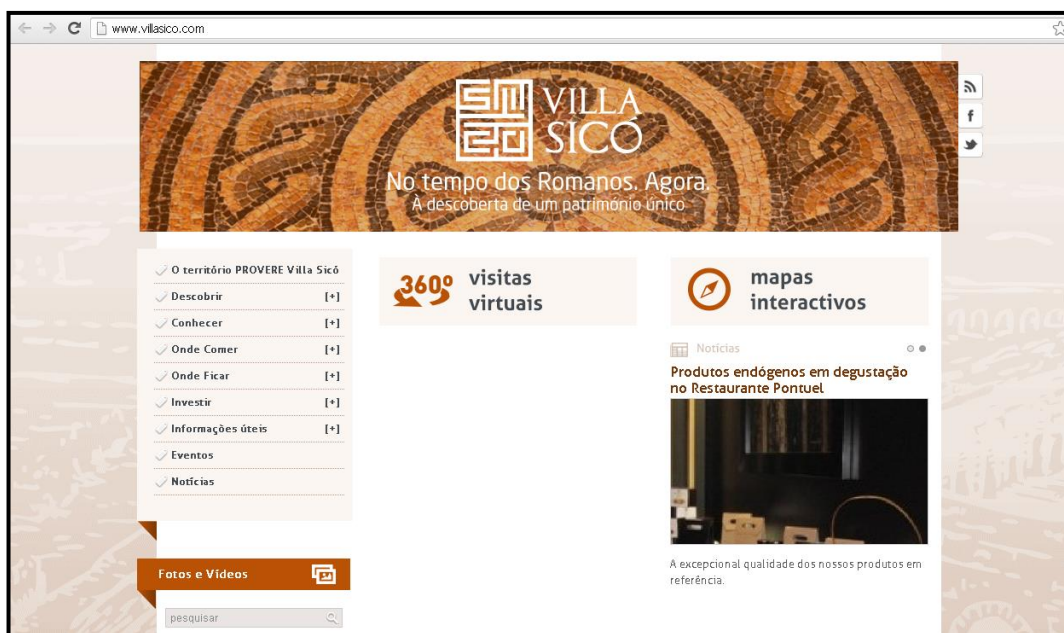


Figura 39 Homepage Projeto Villa Sicó (site Villa Sicó, acedido em julho 2013).

Resta ainda apresentar um outro programa em que o município está associado, o Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas Medievais, cooperação da qual resultou a criação da Agência para o desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas Medievais

Projeto de cooperação que visa a recuperação e valorização de antigos castelos e muralhas medievais, utilizados na linha de defesa do Mondego aquando a Reconquista Cristã, de forma a potenciar a competitividade territorial e a inovação. Deste modo a rede engloba os Municípios de Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, como cidades âncora; os municípios de Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela e Soure, como núcleos tradicionais; em parceria com a Direção Regional de Cultura do Centro; o Turismo Centro de Portugal; o Instituto Pedro Nunes e a Universidade de Coimbra.

Este programa, valorizando o potencial criativo e considerando o património histórico e cultural palco para a inovação, está vocacionado para o Turismo Cultural e tem por objetivos o seguinte:

- Afirmar um produto turístico de escala;
- Desenvolver projetos criativos e inovadores;
- Aplicar o conhecimento e novas tecnologias ao serviço da promoção cultural e patrimonial.

A fim de atingir os seus objetivos desenvolve um conjunto de nove sub-projetos:

1. Plano de marketing territorial/Branding;
2. Criação da agência para o desenvolvimento dos castelos e muralhas medievais do Mondego;
3. “Fronteiras de Coimbra”: Grande evento internacional;
4. Programa de valorização dos castelos e muralhas e envolvente;
5. Plataforma colaborativa para a experimentação de novas abordagens ao turismo e à história;
6. Programa estratégico para a valorização da economia da cultura e criatividade;
7. Programa Didático – Aprender no Castelo;
8. Comércio com História;
9. Rede de Mobilidade – Mobilidade sustentável inter e intra centros históricos;

(RCMM, disponível na página CM Pombal, acedido em julho 2013).

Torna-se também indispensável a consulta de documentos estratégicos, respeitantes ao município de Pombal, que possam abordar a temática do Turismo, a fim de se considerar os objetivos e ambições da autarquia.

No Plano Estratégico de Pombal, embora não seja discutido um eixo específico do turismo, são propostas algumas infraestruturas e projetos ligados ao setor, em particular enquadráveis no âmbito do Património e Cultura e do Ambiente, Lazer e Urbanismo, conforme Tabela 4.

À sua semelhança, no Plano Diretor Municipal de Pombal (PDM) também não é apresentada uma estratégia delineada para o turismo. No entanto, as referências aos recursos naturais e questões de ordenamento interferem no desenvolvimento da atividade e insinuam o interesse pelo Turismo Natureza.

Tabela 4 Propostas apresentadas no Planeamento Estratégico de Pombal, enquadráveis no âmbito dos eixos Património e Cultura e do Ambiente, Lazer e Urbanismo (Plano Estratégico, 1996: 51, 55).

Património e Cultura	Ambiente, Lazer e Urbanismo
Centro Cultural de Pombal	Recuperação do rio Arunca e criação de espelho de água
Museu Marquês de Pombal	Criação de um corredor de Lazer Ribeirinho
Museu da Arte Popular e Centro de Artes e Ofícios Tradicionais	Alargamento do Jardim do Cardal
Museu do Pinhal e da Resina	Recuperação e beneficiação da Mata do Castelo
Museu do Emigrante	Parque urbano do Casarelo
Cine-Teatro de Pombal	Piscinas municipais
Castelo de Pombal	Pousada da Juventude
	Ordenamento do corredor da EN1 (IC2)
	Planos de urbanização das Cegonhas e de Abreu e Mota
	Plano Pormenor do Casarelo
	Portas da cidade
	Estudo de reabilitação arquitetónica e funcional do centro histórico de Pombal
	Plano de urbanização de Pombal

Posterior ao Plano Estratégico surge a Agenda 21 Local, onde se assume a inexistência de um plano concreto para o desenvolvimento do turismo, mas também onde se apresentam alguns objetivos para este eixo.

O Turismo de Natureza constitui a aposta do município, com especial enfoque para a zona da Serra de Sicó e o setor correspondente à praia do Osso da Baleia e Mata Nacional do Urso. Neste documento salienta-se ainda o potencial para o desenvolvimento do turismo rural e de habitação e como uma solução às necessidades de alojamento.

As propostas apresentadas para exploração de iniciativas nestes espaços naturais listam-se abaixo:

- Ecoturismo na Mata Nacional do Urso (ECOMATUR);
- Dinamização e implementação de Percursos pedestres;
- Criação de Centro de interpretação Ambiental;
- Ligação dos projetos à Estrada Atlântica – 22km de estrada em Pombal – com ligação a Leiria;
- Prática de espeleologia, rappel, escalada, parapente, paramotor e pedestrianismo;

- Possibilidade de exploração de uma quinta privada para a prática de turismo rural, na Redinha; quinta de Sant'Ana
- Candidatura a uma pousada da juventude;
- Candidatura para o programa AGRIS (na Redinha) num projeto de índole paisagística e de aproveitamento das suas potencialidades.

(Agenda 21 Local: 95).

2. Análise crítica à estratégia de Turismo para Pombal

Pombal não possui uma estratégia bem delineada para o desenvolvimento do setor turístico, encontrando-se muito dependente de programas cooperativos e entidades regionais, mas apresentando-se pouco dinâmico fora desse contexto. Todavia, ao longo dos anos tem reconhecido algum do seu potencial e criado objetivos de curto/médio prazo e concretizados alguns projetos. Em parte os desenvolvimentos têm ido ao encontro de propostas já mencionadas, em especial no referido na Agenda 21 Local.

Posto isto, no município, esta atividade estrutura-se em torno da aposta no Turismo de Natureza, com especial atenção para a Serra de Sicó e praia do Osso da Baleia; e no Turismo Cultural centralizado na figura do Marquês de Pombal e no Castelo Medieval da cidade. Elementos intrínsecos à formação da identidade cultural pombalense e que justifica o que aqui se tem defendido, considerar a paisagem cultural no desenvolvimento turístico.

Em termos de marketing faz-se uso do mote “Pombal, um concelho do Mar à Serra” que revela o interesse em desenvolver o Turismo de Natureza, explorando marcas da geodiversidade concelhia. De destacar a especial atenção concedida à praia do Osso da Baleia, galardoada com os títulos de Praia Dourada, Bandeira Azul e Praia Acessível a Todos, e à Serra de Sicó com as suas particularidades geomorfológicas, usufruindo da classificação de Sítio da Rede Natura2000.

Ainda no contexto deste processo de criação de valor e comunicação/promoção surgiu a marca Pombalíssimo, com o seu selo apresentado na Figura 40. Trata-se de uma marca regional, com um período de vida recente numa iniciativa promovida e desenvolvida no âmbito de um projeto do curso profissional técnico de marketing, por alunas da Escola Tecnológica e Artística de Pombal, que tem por missão promover os produtos e serviços da região e conta com um conjunto de parcerias entre diversas empresas – como produtores locais, restauração, comércio tradicional; a Associação comercial e de serviços de Pombal entre outras entidades. À data contam com o auxílio da rede social Facebook para promover e divulgar os seus objetivos, a marca e produtos associados.



Figura 40 Selo marca Pombalíssimo.

No que respeita a infraestruturas e equipamentos de animação têm-se sentido esforços para a sua criação ou melhoria dos espaços existentes, o que propicia melhores condições de espaços públicos e de lazer para a população. A melhoria dos acessos à praia, a criação da Estrada Atlântica e de pistas cicláveis, ou a marcação de trilhos/percursos pedestres constituem alguns exemplos concretizados e com benefícios diretos para o setor turístico. E embora num contexto distinto do turismo, têm surgido parques e zonas de lazer que poderão vir a desempenhar funções essenciais no âmbito de atividades de animação, como parques de merendas, espaços verdes e parques de lazer, por vezes já instalados parques infantis. As Tabelas 5 e 6 listam algumas infraestruturas e equipamentos existentes, com informação da respetiva freguesia em que se encontra e dados relevantes, em alguns casos resultado da implementação de projetos já mencionados.

Tabela 5 Percursos/ Trilhos e Ciclovias existentes no município de Pombal (elaboração própria).

Rota/Promotor	Designação	Local de partida – notas
Trilhos/Percursos Pedestres		
GR26	Percorso PR-1 “Rota do Paleolítico”	Pombal – Redinha
GR26	Percorso PR-2 “Rota da erva de Sta. Maria”	Redinha – Degracias
Guia Quercus	Percorso P6 "O Vale dos Anços e as Aldeias Serranas"	Olhos de água do Rio Anços (exsurgência)
Guia Quercus	Percorso P7 "O Canhão do Vale do Poio"	Aldeia de Poios
ECOMATUR	Trilho da Lagoa de S. José	Guarda Norte – Carriço
ECOMATUR	Trilho da Baleia Verde	Parque de merendas Osso da Baleia
	Trilho do Picoto	S. Simão de Litém
Ciclovias		
	Ciclovía/trilho do Arunca	Jardim do Arunca – Açude (Pombal)
	Ciclovía Cegonhas	Urbanização das Cegonhas (Pombal)
	Ciclovía Estrada Atlântica	Osso da Baleia – Nazaré
	Ciclovía do Carriço	Carriço – Osso da Baleia

Tabela 6 Parques de merendas e lazer (elaboração própria).

Parques de merendas	Freguesia
Parque do Açude	Pombal
Parque do Cotrofe	Pombal
Panorâmico Aquaparque	Pombal
Parque de Carnide	Carnide
Parque do Osso da Baleia	Cariço
Parque da Lazer da Ilha	Ilha
Parque da Fonte da Pedra	Louriçal
Parque de Lazer do Vale da Sobreira	Mata Mourisca
Parque dos Roques	Santiago de Litém
Parque de merendas de Stº António de Pinheiras	Vermoil

Um projeto promovido e desenvolvido pelo município é o ECOMATUR – Ecoturismo na Mata Nacional do Urso, que pressupõe a implementação de trilhos de interpretação da natureza, já concretizados o Trilho da Lagoa de S. José e o Trilho da Baleia Verde, e numa outra fase, ECOMATUR II, a construção do Parque de Campismo Ecológico, no Juncal Gordo. E ainda ligado ao Turismo de Natureza, um outro trilho de interpretação, a Estação da Biodiversidade de Vale dos Poios e em fase de projeto o Cimu-Sicó – Centro de Interpretação e Museu da Serra da Sicó.

No que respeita ao Turismo Cultural centra-se no espaço urbano da sede de concelho, tirando partido de diferentes projetos cooperativos e programas, já mencionados, bem como de programas de regeneração urbana e recuperação de antigos edifícios. São exemplo de estruturas recuperadas o Cine-Teatro e a designada Casa Cor de Rosa – arquitetura de Ernesto Korrodi. O centro histórico foi também alvo destes processos, onde se situa a Praça Marquês de Pombal, com o antigo Celeiro e Cadeia Velha, em que funcionam os Museus Marquês de Pombal e da Arte Popular e Centro de Artes e Ofícios. Também o Castelo tem sido alvo de transformações, quer da sua estrutura, quer da envolvente, através da participação em programas como Parcerias para a Regeneração Urbana e Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas Medievais.

Algumas destas edificações, como já aqui se tem referido, possuem um inestimável valor cultural encontrando-se associado às origens, memória e identidade da população. Deste modo, se justifica a atribuição de classificação e proteção a valores patrimoniais presentes no município, totalizando catorze imóveis classificados e dois em vias de classificação, conforme apresentado na Tabela 7, dos quais três se lhes atribui a designação de Monumento Nacional. A

classificação de bens culturais imóveis¹³ é feita a partir de um procedimento de classificação que responde a um conjunto de imposições e requisitos, sendo atribuída pela atual Direção Geral do Património Cultural¹⁴, mas até à data responsabilidade do IGESPAR.

Tabela 7 Listagem do património classificado no município de Pombal (IGESPAR, acedido julho 2013).

Designação	Categoria de proteção (classificação)	Categoria/Tipologia
Igreja do Convento do Louriçal	Monumento Nacional	Arquitetura Religiosa/Igreja
Torre do relógio Velho	Monumento Nacional	Arquitetura Civil/Torre
Castelo de Pombal	Monumento Nacional	Arquitetura Militar/Castelo
Casa Arte Nova	Monumento de Interesse Público	Arquitetura Civil/Casa
Igreja Nossa Sr. ^a das Neves	Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja
Ermida de Nossa Senhora da Guia	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Ermida
Pelourinho do Louriçal	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Pelourinho
Capela da Misericórdia Louriçal	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Capela
Pelourinho de Pombal	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Pelourinho
Celeiro do Marquês (antigo)	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Celeiro
Pelourinho da Redinha	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Pelourinho
Igreja Nossa Sr. ^a da Conceição	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja
Arco Manuelino em Abiúl	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Arco
Abrigo com gravuras rupestres no vale	Interesse Municipal	Arqueologia/Arte rupestre
Antiga Escola Industrial e Comercial de Pombal	Em vias de classificação	-
Igreja de São Tiago, matriz do Louriçal	Em vias de classificação	-

Subsistem ainda outros valores patrimoniais no município, que embora possuam um valor relativo diferente são reconhecidos pela população e até símbolo de referência de uma localidade. Por outro lado são divulgados como ponto de interesse turístico, pelo que na Tabela 8 se apresenta uma breve lista por freguesia, onde se cruzam também os bens classificados.

¹³ De acordo com o decreto-lei nº309/2009 compete ao Estado a proteção e valorização do património cultural. Como tal, um bem imóvel é classificado nas categorias de monumento, conjunto ou sítio (art. 2º), podendo classificar-se como de interesse público, interesse municipal ou interesse nacional (art. 3º). O ponto 3 do art. 3º refere ainda que a designação de Monumento Nacional é atribuída aos bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios.

¹⁴ A Direção Geral do Património Cultural resulta da fusão do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico), do IMC (Instituto dos Museus e da Conservação) e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

Tabela 8 Património de interesse turístico no município de Pombal, por freguesia (elaboração própria a partir de site CMP, acessido julho 2013).

Legenda: **Negrito** – Património classificado; Sublinhado – Património em vias de classificação.

Freguesia de Abiúl	
Arco Manuelino	Nicho Seiscentista
Forno tradicional do Bodo	Palanque dos Duques de Aveiro
Igreja Paroquial de N^a Senhora das Neves	
Freguesia de Guia	
Ermida N^a Senhora da Guia	
Freguesia de Louriçal	
Aqueduto de águas	Igreja do Convento do Louriçal
Capela da Misericórdia	<u>Igreja Matriz de S. Tiago</u>
Capela Relicário	Pelourinho do Louriçal
Convento do Santíssimo Sacramento	
Freguesia de Pombal	
Aspetos da arquitetura de Ernesto Korrodi	Praça Marquês de Pombal
Casa Arte Nova	Cadeia
Castelo	Celeiro do Marquês
Igreja de N ^a Senhora do Cardal	Igreja Matriz de S. Martinho
Pelourinho de Pombal	Quinta da Gramela
	Torre do relógio Velho
Freguesia de Redinha	
Capela N ^a Senhora da Estrela	Ponte Românica
Igreja matriz N^a Senhora da Conceição	Pelourinho da Redinha

À existência deste património estão associados outros elementos históricos e culturais, desde acontecimentos e personalidades marcantes no território, ao património imaterial e tradições. Como já referido em capítulos anteriores, alguns acontecimentos históricos deixaram a sua marca no território, quer sob forma patrimonial, quer no imaginário da comunidade. Assim se destacam a Presença dos Templários, ao qual estão associados a figura de D. Gualdim Pais e o Castelo Medieval; a reconciliação¹⁵ mediada pela Rainha Santa Isabel, entre D. Dinis e seu filho D. Afonso IV no ano de 1323, cena representada no painel de azulejos da Igreja Matriz de S. Martinho em Pombal; as Invasões Francesas e a Batalha da Redinha; a passagem da Estrada

¹⁵ Num contexto de conflitos internos e discórdias com seu filho herdeiro D. Afonso, facto que terá originado a guerra civil de 1319 a 1324, a Rainha Santa Isabel pôs em prática as suas competências diplomáticas e apaziguadoras. Deste modo, enquanto decorriam as conversações de paz, e para que não houvesse hostilidades entre as tropas, D. Dinis estabeleceu-se em Leiria e D. Afonso em Pombal (uma opção que se justifica pela localização geográfica de que beneficia). “O ato de juramento público da paz decorre em Pombal em junho de 1323 na igreja matriz de S. Martinho” (EUSÉBIO, 2007: 66).

Real. Mas outras personalidades históricas há a referir como o Conde de Castelo Melhor, o Marquês de Pombal, os Duques de Aveiro e João de Barros.

E embora de pequena dimensão existem ainda alguns núcleos museológicos e museus (Tabela 9), de entre os quais se destaca o Museu Marquês de Pombal. Em sua maioria encontram-se instalados em património construído recuperado, desde a antiga cadeia a moinhos e lagares abandonados. Outras infraestruturas culturais que importa referir são o edifício do Teatro Cine de Pombal que, para além da sala de espetáculos e mini auditório, dispõe de um café e espaço de exposições; e a Expocentro (Centro Municipal de Exposições de Pombal), local de acolhimento de diversos eventos e encontros de cariz cultural, desportivos, de lazer, entre outros.

Tabela 9 Museus e Núcleos museológicos no município de Pombal (elaboração própria).

Museus e Núcleos museológicos	Freguesia
Memorial Museu Madre Maria do Lado	Louriçal
Museu de Arte Popular Portuguesa	Pombal
Museu Marquês de Pombal	Pombal
Museu do Rancho Folclórico da Redinha	Redinha
Núcleo museológico da Arte Contemporânea e Etnografia	Meirinhas
Núcleo museológico João de Barros	Vermoil

Continuando a análise ao setor turístico em Pombal será também necessário averiguar a oferta de atividades e dinamização sócio-cultural, onde se devem considerar as festividades e diversos eventos.

Neste âmbito, com uma programação pontual, na sua maioria de escala local, ocorrem eventos culturais e de entretenimento ao longo do ano utilizando as diferentes infraestruturas disponíveis. Ao nível de festividades, tal como já referido em ponto anterior, os meses de estio são os mais dinâmicos. Já ao nível desportivo, este período é o menos concorrido, embora ao longo do ano o município acolha campeonatos de diferentes modalidades, em particular de atletismo.

Com uma periodicidade anual, ocorrem ainda os seguintes eventos:

Janeiro	
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none">○ Cortejo de Carnaval – desfile pela cidade com a participação das crianças das escolas do município;
Março	
Abril	<ul style="list-style-type: none">○ Semana da juventude de Pombal – direcionado aos jovens;
Mai	<ul style="list-style-type: none">○ Feira do Livro○ Encontro de literatura infantojuvenil (encontrando-se na 10ª edição) – espaço dedicado à leitura, à escrita e à exploração de diferentes tipos de textos;○ Milha urbana da cidade de Pombal (encontrando-se na 10ª edição) – prova de estrada que faz parte do circuito nacional de milhas urbanas;○ Festival de Teatro – promovido pelo Teatro Amador de Pombal que dinamiza festivais de Teatro na região;○ Festival de Teatro Juvenil (encontrando-se na 12ª edição);
Junho	<ul style="list-style-type: none">○ Campeonato Nacional de perícia automóvel em Pombal;
Julho	<ul style="list-style-type: none">○ Festas do Bodo;
Agosto	<ul style="list-style-type: none">○ Touradas de Abiúl;
Setembro	<ul style="list-style-type: none">○ Feira de Artesanato e Tasquinhas de Pombal – mostra de arte popular e gastronomia regional;
Outubro	
Novembro	<ul style="list-style-type: none">○ FisioSaúde – mostra de bens e serviços de fisioterapia, saúde e reabilitação;○ Comemorações do dia do município.
Dezembro	

Em termos de disponibilidade de recursos, mais se devem considerar não só ao nível dos atrativos naturais e culturais, mas também no que refere ao alojamento, a outras infraestruturas e serviços de apoio e facilidades.

Assim, elementos como os jardins e espaços verdes; parques de merendas e de lazer (culturalmente aceites); miradouros; capelas e ermidas (frequente a sua existência junto de miradouros); e estruturas tradicionais como os moinhos podem constituir recursos interessantes

para a atividade turística. A par destes, de referir ainda a importância do artesanato e gastronomia, elementos listados na Tabela 10.

Tabela 10 Levantamento de artesanato e gastronomia local (a partir do site CMP, acedido em julho 2013).

Freguesia	Artesanato	Gastronomia
Abiúl	Cestaria e quadros decorativos.	Carneiro guisado, forninhos e bolos de redilha.
Albergaria dos Doze	Trabalhos em madeira e cestaria.	Presunto tradicional.
Almagreira	Cestaria, mobiliário em pinho, sapataria.	Carneiro cozido e migas.
Carnide	Olaria vermelha, bordados e tapeçaria.	
Cariço	-	-
Guia	-	Couves migadas com feijão-frade e carneiro cozido.
Ilha	Cestaria, olaria, pintura em cerâmica, artesanato de bracejo e tapeçaria.	Torresmos, sopa de vaca e carneiro cozido.
Louriçal	-	Biscoitos do Louriçal e leitão do Louriçal.
Mata Mourisca	Cestaria	Carneiro cozido e torresmos.
Meirinhas	Cerâmica.	-
Pelariga	Cestaria.	-
Pombal	-	-
Redinha	Cestaria e louças.	Bacalhau à poios e tigeladas.
Santiago de Litém	-	Tortulhos, migas e carneiro guisado.
São Simão de Litém	Cerâmica.	Tortulhos de carneiro e carneiro guisado.
Vermoil	Tanoaria, trabalhos em madeira, tecelagem, cestaria e esculturas.	Borrego e tortulhos.
Vila Cã	Tecelagem.	Tortulhos.

Quanto à disponibilidade de alojamento e suas tipologias, embora se verifiquem sete registos na página do Turismo Portugal, encontrando-se ainda em atualização, de acordo com informação disponibilizada em diferentes pontos de divulgação sabe-se que existem mais, distribuídos pelas categorias de hotel, turismo em espaço rural, casas de campo, alojamento local e parque de campismo.

Por outro lado, apesar da intenção de promover o turismo de habitação e turismo rural, trata-se de um campo pouco explorado, embora já existam algumas casas de campo no concelho e tenha sido recuperada a Quinta de Sant'Ana, na Redinha, para eventos, restauração e turismo de habitação.

3. Propostas de desenvolvimento turístico

3.1. Algumas linhas orientadoras

Após breve análise de recursos disponíveis e recursos potenciais, pretende-se que deste trabalho surjam propostas, numa tentativa de criar ofertas competitivas e de qualidade. No entanto, estas devem ter por base as características e dinâmicas da paisagem do território em causa.

É ainda importante referir que uma possível implementação não abdica de uma estratégia pensada sob orientação e análise de uma equipa competente e multidisciplinar. Nesse sentido, aqui serão apresentadas algumas ideias, passíveis de serem executadas, e das quais surgem três ações específicas. Estas serão apresentadas em maior detalhe e baseiam-se nos produtos Turismo Natureza, Turismo Cultural, com destaque para os segmentos específicos do Ecoturismo e Turismo Industrial.

Para o progresso deste setor da economia há necessidade de articulação entre diferentes entidades, população, planeamento e desenvolvimento. Assim, reconhece-se a importância da existência de uma estratégia global onde concorra uma cooperação entre municípios, embora o proposto neste trabalho se centre apenas no município de Pombal.

Assumindo a dificuldade de considerar e planificar todas as variáveis, serão estabelecidos objetivos, apresentadas as devidas justificações e ideias de atividades a desenvolver.

No setor turístico em Pombal é identificável a carência de ritmo na atividade turística, com falta de programas e animação que se complementem e propiciem uma maior atratividade como destino. Entende-se, portanto, a necessidade de um maior dinamismo oferecendo uma oferta de qualidade e mais ativa. Deve ser pensado e estruturado um plano a longo prazo, baseado numa visão estratégica e colaborativa, considerando os novos desafios e tendências turísticas.

Assim, não se pode menosprezar o facto de o turismo ser cada vez mais seletivo e exigente, com incremento da procura de experiências mais enriquecedoras e mais intensas. Por outro lado, devem ser estudadas propostas que permitam aumentar a hipótese de repetição da visita e que se desenvolvam em prol da população local, para que esta possa ter a oportunidade de reconhecer e valorizar recursos e elementos significativos da sua cultura.

O município deverá acompanhar e adaptar-se aos novos paradigmas do turismo pelo que, com essa finalidade, entende-se que numa primeira análise seria importante considerar as seguintes propostas:

- Valorização dos elementos diferenciadores e unificadores das unidades territoriais constituintes do município e sua Paisagem Cultural;
- Programação anual;
- Criação de uma atração temática;
- Melhor aproveitamento e valorização de novas tecnologias.

No que se refere ao lema utilizado pelo município, um concelho do Mar à Serra, constata-se a não existência de uma rota, ou programa, que mostre a geodiversidade a ele associado e que permita ao visitante conhecer o território nesse sentido. Deste modo se justifica a importância da valorização dos elementos diferenciadores e unificadores das unidades territoriais constituintes do município e sua Paisagem Cultural.

Neste contexto poderiam ser desenvolvidas ações que ressaltassem as diferenças entre unidades de paisagem, de fácil distinção num percurso que tome a direção entre este – oeste. Sendo o turismo uma atividade tão versátil, várias são as possibilidades a serem desenvolvidas, de ações simples a mais complexas com envolvimento de diferentes atividades, desde as mais comuns a outras mais criativas e inovadoras.

Trabalhar em torno dos diferentes elementos da paisagem cultural pode passar por opções como dinamização de centros culturais das freguesias, como pela organização de percursos interpretativos, por exemplo. Neste seguimento, uma outra hipótese consistiria na criação de uma rede de pequenos percursos, que no seu conjunto atravessariam o concelho, ou na identificação de elementos de interesse, pontos-chave e de potencial paragem, constituindo uma rota.

Este levantamento implicaria recorrer a diferentes recursos de interesse natural, associados à sua geomorfologia, hidrografia, vegetação, uso e ocupação dos solos, valorizando a floresta e campos agrícolas, bem como remeter a pontos de interesse histórico culturais de diferentes povoações. Seria uma forma de dar a conhecer a paisagem cultural e os seus geossímbolos.

Como pontos difusores podem ser aproveitados espaços cuja utilização é frequente e aceite como prática comum, de que são exemplo os parques de lazer e de merendas. O recurso a estas infraestruturas já constitui uma tradição enraizada na população, onde se juntam para convívios familiares ou em grupos de amigos, por diversão ou pequenas celebrações familiares e

onde por arrasto ou curiosidade despertam o interesse a novos visitantes. Em alguns casos surgem apontamentos culturais recuperados, como moinhos, e equipados por estruturas de apoio como pequenos bares e parques infantis.

A criação de uma programação anual surge como forma de dinamização do território através de um conjunto de atividades, de planeamento e divulgação prévia, por exemplo com uma periodicidade trimestral ou bimensal. Esta opção permitiria passar uma imagem de um concelho mais ativo, mas também mais atrativo. Por outro lado exigiria um grau de compromisso maior para com a população, turistas e visitantes.

A implementação de uma ação deste género teria por objetivos o seguinte:

- Dinamização do território, seguindo uma planificação e programação atempada;
- Explorar diferentes aspetos da sua paisagem cultural;
- Promover e divulgar um território mais dinâmico;
- Desenvolver o turismo natureza e turismo cultural.

As atividades envolvidas nesta possível ação podem estar focadas apenas ao nível do Turismo de Natureza, ou constituir-se uma aposta articulada entre esse segmento e o Turismo Cultural. Enveredar pela segunda opção permite considerar a possibilidade de este trabalho, a longo prazo, se estruturar tendo em vista um projeto de ecoturismo.

Trata-se pois, de uma ação a ser desenvolvida em primeira instância para a população, para que a passagem por determinados locais possa ser uma referência e se repita. Deve ser entendido como uma opção que possibilita a aquisição e troca de conhecimento de particularidades do território à própria população local e inclusive uma forma de convívio, sendo também um chamariz a turistas e visitantes.

Para a sua concretização as atividades envolvidas devem privilegiar o contacto com a natureza e desportos de natureza, como passeios pedestres e de bicicleta, ou atividades de orientação e observação de fauna e flora. Em última análise poderá envolver recursos histórico-culturais, com visitas a museus e núcleos museológicos, valorização de património construído e imaterial, bem como de artes e ofícios tradicionais, quer por visita e visualização quer por ateliers e workshops. Numa perspetiva a longo prazo acresce a necessidade de englobar o recurso a técnicas de interpretação e envolver diferentes serviços locais e a própria população, a fim de assegurar os princípios da sustentabilidade. O turista deve ser provocado, saber relacionar e levar alguma informação do contexto em que esteve inserido. A interpretação não envolve apenas uma

transmissão dos factos ao visitante: ela pretende dar-lhes novas ideias, conhecimentos e formas diferentes de apreciar o local. A interpretação pretende, sempre, tornar uma informação numa história ou numa ideia interessante.

A criação de uma atração temática constitui uma opção que trará uma nova competitividade e uma forma de o município se potenciar no mercado turístico e pressupõe uma oferta de usufruto de novas experiências.

Considerando os valores da sua paisagem cultural e sendo a indústria um elemento marcante, integrando a trilogia Agricultura – Indústria – Emigração, reconhece-se como tal, um recurso a ser explorado. Por conseguinte é proposto o desenvolvimento de uma oferta baseada no Turismo Industrial já que constitui uma modalidade turística muito específica e uma área emergente no turismo, ainda pouco explorada em Portugal. Por outro lado, constituiria um fator unificador do pólo de desenvolvimento turístico em que se insere, já que também é uma aposta do município da Marinha Grande.

Um ponto a ter em consideração é o facto de as visitas a algumas unidades fabris serem uma prática comum entre escolas do município. Deste modo é uma característica facilitadora ao processo de as empresas industriais se assumirem como potenciais recursos à oferta de Turismo Industrial e em consequência criar os devidos espaços de receção de visitas.

Ao que acresce a presença de um conjunto de indústrias a laborar, algumas com reconhecimento internacional, desde as mais tradicionais a trabalhar os recursos do território, madeiras e resinas, à metalúrgica, indústria alimentar e transformadora. Sendo um marco potencializador da economia local, pretende-se que seja revitalizado numa perspetiva turística.

Existe ainda potencial para a recuperação de antigos espaços industriais e criação de um espaço museológico e de interpretação, dada a existência de um número considerável de infraestruturas abandonadas. Alguns exemplos encontram-se com facilidade ao longo das freguesias atravessadas pelo caminho de ferro, o que também reflete a sua importância e impacto à época em que surgiu. Outras possibilidades para revitalizar estes espaços poderiam passar pela sua utilização no desenvolvimento de diferentes atividades, por exemplo ligadas ao ramo hoteleiro.

Deste modo é possível afirmar que uma proposta neste sentido pode contemplar as duas vertentes do turismo industrial, ou seja, através de visitas a indústrias em laboração, em que é explicado o processo de fabricação de determinado produto; bem como na recuperação e valorização de estruturas antigas, abandonadas ou em ruínas.

Por último, é sugerido um melhor aproveitamento e valorização de novas tecnologias, quer para divulgação e promoção, quer em prol de realização de atividades. As tecnologias da informação e comunicação conquistaram o mercado e a sociedade, pelo que a sua utilização tem tido um papel preponderante em termos de marketing e de competitividade entre ofertas e destinos turísticos.

Neste sentido recorda-se que a qualidade de informação é fundamental, que a Internet é no momento um dos canais de preferência de potenciais turistas na procura e escolha de ofertas turísticas, na atualidade com diferentes serviços disponíveis, e que a comunicação é outro aspeto que constitui um fator estratégico para a atividade turística. Por esta razão as redes sociais têm conquistado o seu lugar, as páginas web tornam-se mais dinâmicas e apelativas, por vezes recorrendo a um sistema similar ao utilizado em blog's, procurando um contacto mais próximo com quem os visita. Por outro lado, é ainda possível o recurso a outras ferramentas como google maps, com o street view, tripAdiver e aplicações para smartphones.

É neste contexto que se sugere a utilização destas plataformas, quer para lançamento de desafios e concursos que promovam a elaboração de produtos e ideias criativas, quer pela criação de um espaço de contacto mais próximo entre população, visitantes e turistas. Havendo ainda espaço à elaboração de uma agenda cultural virtual capaz de disponibilizar não só informação relativa a eventos, como a abordar diferentes temáticas associadas ao território, revelar curiosidades e aspetos culturais.

3.2. Três proposta turísticas, contemplando a Paisagem Cultural

1- Criação de um Ecomuseu

A proposta de criação de um EcoMuseu permite valorizar não só elementos culturais da paisagem, como criar um espaço onde se privilegiam saberes e com capacidade de desenvolver a componente educacional, num museu do espaço e do tempo. Pois, segundo Jean Clair (1976) um ecomuseu apresenta as variações de diversos lugares num mesmo tempo, numa perspetiva sincrónica, e as variações de um mesmo lugar em diversos tempos, de acordo com uma perspetiva diacrónica (adaptado de SOARES, 2006).

Uma das justificações para enveredar por esta opção é a possibilidade de contemplar com equidade o património, a comunidade e o território, num projeto museológico baseado na participação ativa da comunidade, abrangente a todo o município.

Deste modo, da análise desenvolvida no capítulo anterior, com destaque para as dinâmicas de paisagem, é possível integrar a apresentação de uma visão evolutiva do território, modos de vida e sua paisagem. No fundo, é ambicionado que seja perpetuada a paisagem cultural do município, envolvendo a população local num processo turístico, gerando ainda benefícios económicos.

Então, de uma forma geral, a implementação desta proposta teria por objetivos o seguinte:

- Conceção de um espaço museológico que integre aspetos patrimoniais naturais, culturais e históricos da comunidade e do território;
- Fomentar a valorização da identidade cultural e do património nas suas diversas vertentes;
- Incentivar a população local a uma participação ativa nas diferentes atividades, de índole turística ou educacional, ou em projetos de cooperação ou conservação;
- Promover o desenvolvimento sustentável do território.

Para o efeito seria criado ou recuperado um espaço que possa ser associado a aspetos culturais do município, tendo por referência a trilogia Agricultura – Indústria – Emigração, e utilizado como sede e ligada a pólos onde se desenvolveriam outras atividades. Neste sentido seria importante a realização de parcerias com entidades que forneçam serviços complementares

e a constituição de uma rede articulada de interajuda, fortalecendo relações entre intervenientes (turista ou consumidor, população, produtores, entre outros).

De forma sintética seriam trabalhadas temáticas referentes à etnografia e artesanato, ao património e recursos naturais e culturais, bem como aos setores agrário e industrial. O ecomuseu teria uma sede equipada com salas de exposição permanentes e temporárias, um espaço próprio para comercialização de produtos locais e artesanais, bem como para promoção de diferentes pontos de interesse do município. Os pólos desempenhariam outras valências, associadas a temáticas e ações distintas, podendo estar instalados em infraestrutura já existentes, quer em espaços culturais comuns nas freguesias, quer antigas escolas primárias, podendo ainda ser feitas parcerias com museus e outras instituições culturais. Estes podem servir de ponto de informação, comum a projetos como o ECOMATUR, de forma a promover atividades e percursos pedestres; estabelecer-se como um ponto de encontro de artesãos; funcionar como oficinas ou ateliers e servir de ponto de partida a visitas temáticas ao território.

De entre várias possibilidades para o desenvolvimento de atividades e ações, poderão ser pensadas:

- Rede de percursos, rotas e circuitos;
- Visitas guiadas (sede e pólos);
- Programas educativos;
- Programas adaptados;
- Oficinas/ateliers e workshops.

Nesta proposta será concretizada a programação de uma atividade desenvolvida com o apoio da população local, no sentido de possibilitar a perceção das diferenças paisagísticas com maior facilidade. Para o efeito serão organizados peddy papers fotográficos a decorrer em simultâneo em diferentes pontos do município, destinados à participação de um público em geral que detenha interesse em atividades de ar livre. Esta estaria preparada para a duração de um dia, com um conjunto de desafios e estimulando por um lado alguma competitividade, por outro o convívio.

Esta atividade teria por base os seguintes objetivos:

- Contribuir para a preservação do património natural, histórico e cultural do município;
- Incentivar a população local a participar em atividades de índole turística;
- Estimular a produção e apresentação de produtos artesanais e locais.

A iniciativa teria início com uma breve apresentação do município e enquadramento da atividade, a decorrer numa infraestrutura do Ecomuseu e sob a temática “Do Mar à Serra – À descoberta de Pombal”. Aqui seria explicado aos participantes questões associadas à atividade, os objetivos e regras da iniciativa.

Para a realização da mesma seria necessário a participação de um mínimo de doze elementos, de forma a poderem integrar um conjunto de seis equipas a serem divididas por três pontos do território, neste caso Carriço, Louriçal e Redinha. Assim seria assegurado alguma competitividade e a cobertura de pontos que permitissem dar a conhecer as diferenças paisagísticas mais significativas.

A população estaria alertada e sensibilizada para cooperação na atividade, quer através de abordagem direta com os participantes, ajudando-os a resolver alguma tarefa/questão, quer integrando algum dos pontos de controlo, ou de paragem obrigatória. Tendo por base a componente desportiva de orientação através de GPS, os participantes devem percorrer os traçados pré elaborados, de forma a tornar ainda mais dinâmica a ação, assim como a interligação com a população local.

No início da atividade seriam facultados dados e documentação necessária aos elementos do grupo com principais indicações a seguir, assim como o conjunto de questões a responder, sendo permitido a abordagem de população local. Ao passar pelos pontos de interesse associados aos elementos característicos da geodiversidade existente no concelho, em cada trajeto, os participantes deverão fazer um registo fotográfico dos mesmos, de acordo com as indicações fornecidas.

Para o almoço convívio, a organização asseguraria o transporte dos participantes para ponto de encontro no parque de merendas Fonte da Pedra, no Louriçal.

O período da tarde estaria reservado para a compilação de imagens fotográficas, bem como à apresentação concreta a todos os participantes sobre a geodiversidade existente no município.

A iniciativa seria concluída com um lanche/degustação de produtos regionais/locais, como forma de promoção e divulgação dos mesmos, aos participantes. Em paralelo estaria a decorrer uma demonstração de artesanato e de atividades de cariz promocional e comercial dos produtos.

Na Tabela 11 apresenta-se o quadro técnico deste peddy paper fotográfico.

Tabela 11 Quadro Técnico Peddy paper fotográfico (elaboração própria).

Tipo de ação: Peddy paper fotográfico			
Tema: “Do Mar à Serra – À descoberta de Pombal”			
Público-alvo: Público em geral; (min.12 participantes)			
Duração: um dia			
Objetivos específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a preservação do património natural, histórico e cultural do município; • Incentivar a população local a participar em atividades de índole turística; • Estimular a produção e apresentação de produtos artesanais e locais. 			
Potenciais parceiros e intervenientes:			
Ecomuseu;		População local;	
Associações e coletividades locais;		Adeptos e praticantes de fotografia de natureza;	
Programação/Conteúdo			
Manhã	Receção dos participantes		
	Abordagem à temática “Do Mar à Serra – À descoberta de Pombal” Descrição dos elementos associados à geodiversidade do território Peddy paper fotográfico Prova pedestre de orientação em pequenas equipas ou individual; A realizar em diferentes pontos do município em simultâneo; Cada prova consiste em percorrer um percurso ao qual estão associadas perguntas e/ou tarefas associadas		
	Grupo 1 – Carriço	Grupo 2 – Louriçal	Grupo 3 – Redinha
Almoço	Almoço convívio Conjunto a todos os grupos no parque de merendas Fonte da Pedra – Louriçal		
Tarde	Apresentação e discussão do material recolhido Compilação de fotografias e dados recolhidos nos diferentes pontos; Apresentação da geodiversidade do município a todos os grupos participantes.		
	Lanche/degustação de produtos regionais Promoção e venda de produtos artesanais – Ecomuseu		

Uma das vantagens da realização desta atividade é a possibilidade de o trabalho fotográfico resultante da mesma poder integrar uma exposição. Por outro lado, embora se apresente uma programação para um conjunto de peddy paper em simultâneo, é possível o seu aproveitamento para atividades posteriores e individuais.

É ainda de referir a minimização de impacto que este tipo de atividades traz para o território, havendo uma dinamização de património que por vezes se encontra esquecido pela população, desenvolvendo a consciência não somente entre os visitantes, mas também pela

sociedade local. De referir ainda a alteração de mentalidades ao nível dos stakeholders locais (nos vários contextos), que sensibilizados por estas iniciativas, olham para o seu património com outra visão, sendo sensibilizados para a sua conservação.

2- Pombal Histórico-Cultural – Jornadas

Uma segunda proposta consiste na organização de um evento de cariz histórico-cultural, capaz de promover uma dinâmica contínua, de cativar novos turistas e proporcionar a estadia no território. A sua conceção remete à história e cultura do município e é pretendido que se desenvolva num formato de jornadas, com aplicabilidade do conceito de turismo criativo. A sua programação deve considerar o recurso e aproveitamento de infraestruturas culturais existentes e o património concelhio e estar direcionada para públicos-alvo específicos.

Após avaliação de uma primeira realização é de esperar a possibilidade de se tornar num ciclo de eventos, mantendo os objetivos gerais, mas de diferentes objetivos específicos e temáticas, contudo sempre associados à história e cultura local. Assim, os seus objetivos gerais listam-se abaixo:

- Dinamização cultural de estruturas existentes;
- Promoção da História Local;
- Criação de um produto criativo.

Neste trabalho será apresentada uma proposta para um primeiro evento, com uma programação de dois dias. Aqui é pretendido debater formas distintas e criativas de abordar a temática História, sob o lema de Jornadas da História Criativa.

A ação surge sob o pretexto de Pombal se tratar de um território onde ao longo dos tempos constituiu um ponto de passagem, de chegada e de partida. E, onde em algum período da sua vida diferentes personalidades se refugiaram deixando a sua marca no território. Pelo que os objetivos específicos da ação são os seguintes:

- Debater formas criativas de apresentar e abordar a História;
- Apresentar personalidades históricas do município;
- Expor a influência das suas ideias na vida sócio cultural local;
- Dinamização de um workshop de escrita criativa;
- Revisitar espaços associados a essas personalidades.

O programa, repartido por dois dias, engloba uma componente teórica a desenvolver nas instalações do Teatro Cine de Pombal, edifício reconstruído com aptidão para a realização de ações culturais de diferentes níveis, onde ocorreria o Fórum de discussão sobre História Criativa, com apresentação de exemplos concretos. O primeiro dia seria ainda constituído por uma apresentação de personalidades históricas que terão marcado Pombal, como forma de introduzir as atividades do dia seguinte; e por um workshop de escrita criativa associada à temática.

O segundo dia teria como tema “Pombal, um refúgio, uma passagem”, onde se exploraria a dimensão de Pombal como escolha de diferentes personalidades para se refugiarem, sendo também um ponto de passagem. Para o efeito seriam efetuadas visitas de campo, onde se revisitariam os espaços associados à presença de personalidades históricas, apresentadas no dia anterior, no município de Pombal.

Neste caso, a programação estaria, então, dividida entre a visita ao núcleo histórico de Pombal, incluindo a visita guiada aos espaços museológicos e património construído – Museu Marquês de Pombal, Museu da Arte Popular, Praça Marquês de Pombal, Castelo; com uma pausa para um almoço de gastronomia típica; seguido de um percurso de comboio até à freguesia de Vermoil (intenção de explorar a sensação de espaço de passagem), onde se visitaria o núcleo museológico João de Barros.

Todo o programa e demais informações encontram-se reunidos no quadro técnico apresentado na Tabela 12.

De relevante importância é a necessidade de ter em conta a envolvimento da população local, de forma a garantir um elevado nível de sustentabilidade associado a este tipo de projetos. A sua intervenção pode ser representada a vários níveis, sendo por exemplo dada a primazia de intervenções de especialistas naturais do território (nas várias temáticas). Por outro lado, neste caso concreto, a sinergia entre os diferentes atores (públicos e privados) proporcionaria a promoção de um território dinâmico e traria benefícios económicos para o ramo hoteleiro e da restauração.

Tabela 12 Quadro Técnico Jornadas (elaboração própria).

Tipo de ação: Ciclo de jornadas		
Tema: Jornadas da História Criativa (evento I)		
Público-alvo: Público com interesse em História, Cultura		
Duração: Dois dias		
Objetivos específicos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Debater formas criativas de apresentar e abordar a História; • Apresentar personalidades históricas do município; • Expor a influência das suas ideias na vida sócio cultural local; • Dinamização de um workshop de escrita criativa; • Revisitar espaços associados a essas personalidades. 		
Potenciais parceiros e intervenientes:		
CP – Comboios de Portugal		Museu Marquês de Pombal
Câmara Municipal de Pombal e espaços adjacentes		Núcleo Museológico João de Barros
Juntas de Freguesia de Pombal e Vermoil		Especialistas nas áreas abordadas
Restauração e hotelaria do município		
Programação/Conteúdo		
	Dia 1	Dia 2
Manhã	Fórum: História Criativa Temas em debate: Abordagens criativas à História A História na infância As TIC Exemplos criativos O jogo: Quinto Império Literatura infantil	“Pombal, um refúgio, uma passagem” Revisitar os espaços e a presença de personalidades históricas, apresentadas no dia anterior, no município de Pombal. Visita ao Núcleo Histórico de Pombal: D. Gualdim Pais O Conde Castelo Melhor O Marquês de Pombal
Almoço	Livre	Gastronómico
Tarde	“Quem por aqui passou” Apresentação de personalidades históricas que passaram e marcaram o território de Pombal: Gualdim Pais Conde de Castelo Melhor Marquês de Pombal João de Barros Workshop de Escrita Criativa	Viagem de comboio até Vermoil Visita a Vermoil e ao Núcleo Museológico João de Barros.

3- Desenvolvimento do Turismo Industrial

Por último é proposto o desenvolvimento do Turismo Industrial, num município que ao longo dos tempos tem sido marcado pela atividade industrial.

A aposta nesta tipologia turística permite a criação de produtos integradores e diferenciados, por um lado associados a antigos espaços de laboração dos quais ficou a memória, ou por outro a visitação de unidades produtivas. Assim seria possível apresentar uma visão evolutiva do papel da indústria no município, suas vertentes e impactos, mas também desmistificar esta atividade económica e despertar o interesse pelos processos e técnicas utilizados desde a obtenção da matéria-prima à conceção do produto final.

Os objetivos gerais para o desenvolvimento deste tipo de turismo estão apresentados em baixo:

- Reconhecer a indústria como símbolo cultural, vinculado ao passado do município;
- Dinamizar o setor empresarial e turístico do município;
- Promover o desenvolvimento económico do território.

Neste segmento turístico é possível a conceção de mais do que um produto, sejam eles produtos gerais, associados a diferentes áreas, e/ou temáticos. Em qualquer das opções é importante o estabelecimento de parcerias entre empresas do setor industrial, infraestruturas culturais, ramo hoteleiro e demais interessados.

Em termos de oferta seria estruturada segundo três áreas de atuação, as visitas a unidades em laboração; a conceção de rotas e circuitos temáticos; e cooperação com outros municípios e projetos similares.

A implementação de um projeto deste género pressupõe a criação de programas adaptados a diferentes públicos e inserindo-se neles visitas às empresas e unidades, bem como ao território. Para o efeito, os empresários teriam de assumir o compromisso de criar as condições necessárias à visitação da unidade fabril e sendo conveniente a existência de um centro de acolhimento e informação.

Ao nível de possíveis parceiros industriais são de referir os que há data já recebem visitas escolares, como a Cuétara e Sumol, dedicado à produção de bolachas e refrigerantes; e mais recente UniPasta, com produção de pastas cerâmicas, e a Derovo, com produção de ovoprodutos. Porém outras indústrias, mediante apresentação de um projeto deste género, podem estar interessadas no desenvolvimento desta oferta. De entre as áreas de maior interesse, sugere-se

unidades fabris ligadas a setores de maior representatividade como os do ramo resinosos, alimentar, metalúrgica, têxtil, cerâmica, plásticos e moldes, acrescentando ainda negócios de madeiras pelo significado e memória que possuem.

No que se refere à instalação do centro, esta poderia resultar do reaproveitamento e recuperação de uma estrutura abandonada e estar agregada, por exemplo, a um dos pólos do Ecomuseu aqui proposto. Desta forma seriam reaproveitados espaços abandonados, mas também criado um centro de visitas comuns às diferentes unidades fabris, sem prejuízo de unidades mais reduzidas e de menor visibilidade.

Para o efeito seriam consideradas instalações de produção tradicional – associado a uma produção mais artesanal como lagares, moinhos e antigas serrações. A existência de diversos espaços abandonados, próximos da linha de caminho de ferro, não só na freguesia de Pombal, como naquelas em que a mesma as atravessa, permite uma seleção estratégica da constituição da sua sede.

Por fim, o desenvolvimento de parcerias e projetos conjuntos com outras entidades e municípios, como a CP (Comboios de Portugal); museus e outras instituições culturais como o Museu Marquês de Pombal e/ou Quinta da Gramela, pois foi neste último espaço que o Marquês de Pombal mandou instaurar a Real Fábrica dos Chapéus; a Cooperativa Agrícola ou junto da sede da Associação dos Industriais de Pombal, com ligação à criação da escola Tecnológica e Industrial de Pombal e à produção de produtos agroalimentares da região.

No âmbito desta terceira proposta, é apresentada uma programação concreta para uma oferta temática de Turismo Industrial, direcionada para o público escolas.

Neste caso baseado na exploração do pinhal, uma das características locais, e à qual se associa o maior centro resineiro do país. De ressaltar o facto de no plano estratégico já se propor a criação de um museu do Pinhal e da Resina.

Assim, se apresenta a programação de uma rota intitulada “O segredo do pinhal”, direcionado para um público escolar. Esta, e considerando um programa educativo, teria por objetivos específicos o seguinte:

- Reconhecer Pombal como antigo centro resinoso;
- Conhecer as potencialidades do pinhal;
- Explorar espaços associados à indústria de resinas e madeiras;
- Acompanhar o processo de transformação de matéria-prima até à conceção do produto final.

Este programa, com duração de um dia, teria início com uma receção dos participantes no centro de visitas destinado ao Turismo Industrial, um dos pólos do Ecomuseu proposto atrás. A sua localização será aqui considerada na freguesia de Albergaria dos Doze, pela disponibilidade de imóveis abandonados, numa antiga serração.

Após breve contextualização prossegue-se com um percurso interpretativo associado à temática do pinheiro, onde serão abordados conteúdos como o seu ecossistema, a sua história e relação com o Homem, bem como o pinhal enquanto recurso.

Com uma pausa para almoço, livre ou com possibilidade de ser servido numa escola, mediante parceria, neste caso com o Agrupamento de Escolas Gualdim Pais.

A tarde será preenchida com visitas a unidades em laboração, mas de realidades diferentes. Primeiro uma visita a uma serração tradicional, seguido de visita a uma unidade fabril de produção de derivados resinosos (por exemplo Dercol), esta com uma estrutura mais complexa e com o seu produto final a ser exportado.

A Tabela 13 apresenta uma síntese de todo o programa.

Esta iniciativa traduz reais benefícios para a população local, quer pelo incentivo à preservação de um recurso natural característico da região, uma das riquezas da floresta portuguesa, o caso do pinheiro manso, quer pelo dinamismo que lhe é associado e forte componente educacional. Por outro lado, acresce a revitalização gerada em torno de edifícios abandonados e em ruínas, ganhando neste domínio uma nova vida. A requalificação destes espaços propicia o alcance de uma utilidade própria, prestando um contributo para a captação de turistas e investidores ao território. Por fim, e sempre eminente na atividade turística, o facto de o território ganhar uma oferta turística de maior qualidade e que possibilite o desenvolvimento da economia local.

Tabela 13 Quadro Técnico programa Turismo Industrial (elaboração própria).

Tipo de ação: Rota Turismo Industrial	
Tema: O segredo do pinhal	
Público-alvo: Escolas (ensino secundário e universitário)	
Duração: um dia	
Objetivos específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer Pombal como antigo centro resinoso • Conhecer as potencialidades do pinhal • Explorar espaços associados à indústria de resinas e madeiras • Acompanhar o processo de transformação de matéria-prima até à conceção do produto final 	
Potenciais parceiros e intervenientes:	
Freguesia de Albergaria dos Doze	Ecomuseu (proposta 1)
Associação dos industriais de Pombal	Indústria resinosa – DERCOL
Agrupamento de escolas Gualdim de Pais	Serração tradicional
Programação/Conteúdo	
Manhã	<p>Receção</p> <p>(Um dos pólos do ecomuseu – centro de visitas do Turismo Industrial instalado em antiga serração)</p> <p>Percurso interpretativo associado ao pinhal – Pinhal</p> <p>Pinhal e o seu ecossistema</p> <p>Pinhal e a sua história e relação com o Homem</p> <p>Pinhal como recurso</p>
Almoço	Livre ou servido em parceria com um agrupamento de escolas
Tarde	<p>Visita a uma serração tradicional</p> <p>Visita a unidade fabril</p> <p>Resinas e seus derivados – Albergaria dos Doze</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada paisagem, cada lugar, possui uma imensidão de informações nem sempre fácil de identificar. Em qualquer uma delas se encontram marcas da memória e identidade cultural, repleto de forte simbolismo, que permite falar numa paisagem cultural, dinâmica, como ferramenta educacional, mas também social e produtiva. Estas valorizam o passado e ainda a sua evolução, acompanham os progressos da sociedade e são alteradas não só por fenómenos naturais, mas também antrópicos associados ao desenvolvimento natural, conflitos de poder, decisões políticas e fluxos migratórios.

No presente estudo foram estas relações e dinâmicas que se analisaram, ao nível do município de Pombal. Caracterizado por ser um território que apresenta uma situação geográfica central e favorável, situada no corredor litoral que liga as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas que nem sempre teve a capacidade de a aproveitar. Este usufrui de importantes acessibilidades, eixos viários e ferroviários dos quais depende a fixação de população e empresas, facto também influenciado e condicionado por aspetos físicos do território.

Por outro lado é um território marcado pelo evoluir de uma situação de predomínio do setor primário, com uma ligação agrícola e ao mundo rural de que ainda se mantém uma certa tradição; passando, embora despercebida, por uma tradição industrial muito forte. Os ciclos migratórios, em particular da emigração, constituem uma outra característica sempre presente ao longo dos tempos e marcando a paisagem. Nos dias de hoje, reabertos os pontos de contacto com o exterior, novas dinâmicas surgirão com transformações e desafios com certeza diferentes dos já ocorridos.

A geodiversidade assume um papel diferenciador e identificador de espaços, pelo que a valorização da paisagem cultural pode constituir uma estratégia de densificar lugares e otimizar esforços para o seu desenvolvimento. Neste contexto é importante compreender a complexidade de interações a que estão sujeitas e o papel que as comunidades desempenham sobre elas.

No caso de Pombal esta geodiversidade está presente na sua marca “Pombal, um concelho do Mar à Serra”, representando dois grandes contrastes do território. Estes traduzidos numa unidade litoral de baixas altitudes, caracterizado pelo seu sistema dunar e o seu pinhal; e num setor a este, onde sobressaem as altitudes superiores com os elementos calcários e uma vegetação própria. Contudo pode ainda ser identificado uma outra unidade de transição, marcada pela presença de vales férteis e favorecida por um conjunto de linhas de água, que beneficiam as

atividades agrícolas e por vezes aproveitadas na constituição de espaços recreativos e de lazer, mas pouco exploradas para o turismo.

Por outro lado o reconhecimento, atribuição de valor ou estatuto a um determinado património e recurso, sendo exemplo os esforços desenvolvidos por organizações como a UNESCO na proteção e conservação do património e paisagem, pode conduzir a diferentes repercussões no setor turístico.

Neste âmbito e considerando o território em estudo é de mencionar a atribuição de estatuto de proteção à Mata Nacional do Urso e ao Sítio Sicó/Alvaiázere da Rede Natura 2000. Embora até à data com pouco reflexo no setor turístico, se comparado a uma escala nacional e até regional, já permitiu identificar o segmento do Turismo de Natureza como potencial a desenvolver. Por outro lado, também ao nível do património cultural e construído se verifica a existência de património classificado. Todavia é a imagem do estadista Marquês de Pombal e o património a ele associado, que mais tem sido contemplado em questões turísticas.

Assim é revelada uma relação próxima entre turismo e paisagem, sendo comum o primeiro desempenhar funções de agente consumidor e modelador de paisagens. Com efeito, esta conexão é traduzida pelo emergir de novos interesses e pelas transformações infligidas sobre a mesma, sendo também resultado do aproveitamento de territorializações e por vezes da criação de novas paisagens.

Sendo certo que o município tem sofrido um conjunto de transformações ao longo dos tempos, não se pode dizer que as mesmas sejam reflexo da atividade turística. Aqui, na sua maioria, as mudanças da paisagem têm origem em políticas públicas locais e nacionais, por exemplo ao nível das acessibilidades, a par com a emigração e os diferentes ciclos de industrialização, entre outros fatores. O turismo surge como uma preocupação secundária e posterior, como um setor a ser desenvolvido tendo em consideração as potencialidades do território, ainda pouco exploradas. No entanto, este facto não deixará o território livre de conflitos de interesses e apropriações, nem poderá impedir a transformação e modelação de paisagens.

Contudo, nesta atividade a qualidade é cada vez mais uma exigência quer ao nível da proteção ambiental, quer da manutenção da identidade e autenticidade culturais. Neste contínuo são assumidas novas funções e exploradas outras dimensões, já que a competitividade no setor exige criatividade e mudanças paradigmáticas, às quais se associam o desenvolvimento de tipologias turísticas emergentes.

No que se refere ao desenvolvimento deste setor económico, Pombal ainda tem um longo caminho a percorrer. É de reconhecer os esforços em cooperar com projetos e programas intermunicipais e regionais, mas ainda se identifica uma falta de dinamismo e de uma estratégia para o turismo.

Por conseguinte este trabalho culmina com a apresentação de um conjunto de ideias, que por ventura poderão constituir a base de projetos futuros, rumo a um desenvolvimento sustentado do território. Considerando a condição do turismo no município, muito se poderia desenvolver e explorar.

Ao longo da dissertação foi desenvolvido e apresentado um tema atual, a tocar questões emergentes. Por um lado, uma abordagem da paisagem, que privilegia um conjunto de interações entre o Homem e o meio, a sua evolução, memória e identidade; por outro o turismo que embora não deva ter a exclusividade de resolução de problemas, pode gerar benefícios reais para o desenvolvimento local.

Esta abordagem conjunta, com reconhecimento da importância e influência entre ambos, tem sido pouco debatida, mas deve ser reconhecida. A aplicação deste conhecimento para o estudo de um território serve de contributo à análise de dinâmicas da paisagem cultural de Pombal, ainda não explorada, pela perspetiva aqui apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas impressas

ABAD, Carlos J.Pardo (2004). La reutilización del patrimonio industrial como recurso turístico – Aproximación geográfica al turismo industrial. *Trabalhos da Sociedade Catalã de Geografia*, nº57, pp. 7-32.

ABREU, Alexandre Cancela; PINTO-CORREIRA, Teresa; OLIVEIRA, Rosário (coord. – Universidade de Évora) (2004). Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, vol. 3 e 4.

ALMEIDA, António Campar de (1997). Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem – Uma abordagem ecológica da paisagem. Fundação Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa.

ALMEIDA, António Campar de (2006). Paisagens: um património e um recurso. In: JACINTO, Rui e BENTO, Virgílio (coord.), *O interior raiano do Centro de Portugal*. Iberografias 8. Campo das Letras, Porto; Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, pp. 31-41.

ALVES, Teresa (2001). Paisagem – Em busca do Lugar Perdido. *Finisterra*, XXXVI, 72.

AMARAL, Ilídio do (2001). Acerca de «Paisagem» – Apontamentos para um debate. *Finisterra*, XXXVI, 72.

ANTROP, Marc (2004). *Why landscapes of the past are important for the future*. Elsevier.

AZEVEDO, Ana Francisca de (2008). *A ideia de paisagem*. Figueirinhas. Porto.

BACKHAUS, Gary (2009). Symbolic Landscapes. In: BACKHAUS, Gary; MURUNGI, John (editors). Springer, pp. 3-26.

BELO, Duarte (2012). Portugal - Luz e Sombra, O País depois de Orlando Ribeiro. Círculo de Leitores. Lisboa.

BRILHA, José (2005). Património Geológico e Geoconservação – A conservação da natureza na sua vertente geológica. Palimage Editores, Braga.

CALEGARI, Elizete B.; FORTES, Edison; FREIRE, Rose H. A. e SILVA, Vicente R. (2011). Quantificação e qualificação geoambiental da paisagem, geodiversidade e potencial turístico do município de Turvo – Paraná – Brasil. In: Revista Geográfica da América Central, Número Especial EGAL, Costa Rica, pp. 1-17.

CASTRO, Emanuel de; CUNHA, Lúcio e SANTOS, Norberto Pinto dos (2008). Análise Integrada da Raia Central Portuguesa. Revista Minerva, S. Carlos. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/12157>.

CAVACO, Carminda (2003). Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In: SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur (org.), TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais, Coimbra.

CLAVAL, Paul (2006). História da Geografia. Edições70.

CUNHA, Licínio (1997). Economia e política do turismo. Editora McGRAW-HILL de Portugal.

CUNHA, Licínio (2001). Introdução ao Turismo. McGraw-Hill, Lisboa, pp.178.

CUNHA, Lúcio (1988). As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere: Estudo de Geomorfologia. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DOMINGUES, Álvaro (2001). A Paisagem Revisitada. Finisterra, XXXVI, 72.

EUSÉBIO, Joaquim Vitorino V. (2007). Pombal – 8 séculos de História. Câmara Municipal de Pombal, 2ª Edição.

FERNANDES, João Luís J. (2009). Cityscapes – símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana.

FERNANDES, João Luís J. (2009). Geografia, literatura e perceção do espaço. In: PATIM, Isabel Nena (coord.) [et al.]. Literatura e geografia – da geografia das palavras à geografia das migrações. IV Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, pp. 35-57.

FERNANDES, João Luís J. (2009/2010). Viagens, representações de lugares e identidades topoligâmicas. In: Cadernos de Geografia nº 28/29. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Coimbra, FLUC, pp. 33-42.

FERNANDES, João Luís J. (2011). A paisagem urbana simbólica enquanto território efémero de celebração e de marketing territorial – o caso particular das christmascapes. In: VIII Congresso da Geografia Portuguesa. Repensar a Geografia para novos desafios. APG, Lisboa (ISBN: 978-972-99436-4-5).

FERNANDES, João Luís J. (2011). As paisagens urbanas enquanto territórios turísticos e ideológicos – o caso particular do Szoborpark, em Budapeste. In SANTOS, Norberto e CUNHA, Lúcio (Coord.), Trunfos de uma Geografia Ativa; Imprensa da Universidade de Coimbra (pp.211-218) (ISBN: 978-989-926-0111-3).

FERNANDES, João Luís J. (2011). Territórios turísticos, paisagens e memórias do holocausto – caso particular do campo prisional e do gueto de Theresienstadt, na atual República Checa. V Congreso Turismo y Desarrollo.

FERNANDES, João Luís J. (2012). Dynamics of cultural landscapes, identities and diffusion processes. Intercultural Crossings: Conflict, Memory and Identity. MARQUES, Lénia, BISCAIA; Maria and BASTOS, Glória (Editors). P.I.E. Peter Lang, Brussels, pp.23-35.

FERNANDES, João Luís J. (2013). A paisagem urbana de Pombal – dinâmica geográfica, representações simbólicas e apropriações ideológicas.

FERREIRA, Armando Luís M. (2010). Caracterização Morfométrica das bacias hidrográficas e áreas inundáveis no concelho de Pombal. Coimbra. Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras e ao Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GASPAR, Jorge (1993). As Regiões Portuguesas. Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.

GASPAR, Jorge (2001). O retorno da Paisagem à Geografia – Apontamentos místicos. Finisterra, XXXVI, 72.

GONÇALVES, Alexandra (2008). As comunidades criativas, o turismo e a cultura. ESGHT.

GONÇALVES, Andreia Margarida (2012). Potencialidades da Afirmção Estratégica de Pombal – A importância do Carriço e Guia. Coimbra. Relatório de Estágio apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARUJO, Noémi e SANTOS, Norberto (2012). Turismo, Turistas e Paisagem. Investigaciones Turísticas, nº4, Universidad de Alicante.

OLIVEIRA, Catarina (2003). Percursos pedestres na interpretação e valorização das paisagens rurais. In: SIMÕES, Orlando e CRISTÓVÃO, Artur (org.), TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais, Coimbra.

Organização Mundial do Turismo (2003). Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Sandra Netz (trad.), Bookman, Porto Alegre, Brasil.

PINTO-CORREIA, T.; D'ABREU, C.; OLIVEIRA, R. (2001). Identificação de Unidades de Paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental. Finisterra, XXXVI, 72.

PINTO-CORREIA, Teresa (2005). Paisagem e Identidade: da memória à pós-modernidade. In: MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), Geografia de Portugal Sociedade, Paisagens e Cidades. Circulo de leitores e autores, vol.2, Rio de Mouro, 151-167.

POON, Auliana (2003). Competitive Strategies for a 'New Tourism'. In: COOPER, Chris (Edt), Classic Reviews in Tourism: Aspects of Tourism 3, pp.130-141.

RICHARDS, Greg; WILSON, Julie (2006). Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture? Elsevier.

RIBEIRO, Orlando (2001). Paisagens, Regiões e Organização do Espaço. Finisterra, XXXVI, 72.

RODRIGUES, J. (2009). Geotourism's contribution to Local and Regional Development. In: NETO DE CARVALHO, C. e RODRIGUES, J. C. (Eds.), Geoturismo & Desenvolvimento Local, Idanha-a-Nova, 38-61.

SALGUEIRO, Teresa Barata (2001). Paisagem e Geografia. Finisterra, XXXVI, 72.

STIGLIANO, Beatriz V.; RIBEIRO, Helena e CÉSAR, Pedro de Alcântara B. (2011). Paisagem Cultural e Sustentabilidade: possíveis conexões e subsídios para políticas e planejamento do turismo. Turismo em Análise, vol.22, n3, pp. 632-650.

VALE, Cláudia Câmara do (2012). Teoria Geral do Sistema: Histórico e Correlações com a Geografia e com o Estudo da Paisagem. Universidade Federal da Grande Dourados. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n.6, p 85-108.

VIDAL, Á.; MÁRQUEZ, D. (2007). Turismo e território: o desenvolvimento local sustentável no centro do debate. In: VOZZA, Alice (coord.), Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local. Delnot, Número 4. Centro Internacional de Formação do OIT, Turim.

VIEIRA, João M. (2007). Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma perspetiva estratégica. Editorial Verbo, Lisboa – São Paulo.

Documentos técnicos e oficiais

ADILPOM – Associação de desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal (1992). Alguns elementos para a caracterização do concelho de Pombal.

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, lda (1996). Plano Estratégico da Cidade de Pombal. QUILATE, Albergaria dos Doze.

Decreto n.º 4/2005 Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de outubro de 2000; Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

Decreto n.º 309/2009 Ministério da Cultura, promulgado em 13 de outubro de 2009; Ministério da Cultura.

FOLWER, P. J. (2003). World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. UNESCO World Heritage Centre, World Heritage papers 6.

IPA – Inovação e Projectos em Ambiente, Lda. Agenda 21 para o Município de Pombal: Caracterização e Diagnóstico. Relatório – vol.I.

Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (2007). Relatório.

Turismo de Portugal (2012). O Turismo em 2011. Direção de Planeamento Estratégico/ Departamento de Estudos e Planeamento.

UNESCO (2011). Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial.

UNESCO (2012). The International Protection of Landscapes. Florence, setembro.

UNESCO (2012). Florence Declaration on Landscapes. Florence, setembro.

Referências bibliográficas informatizadas

Portal do Turismo Leiria Fátima [em linha]. Turismo Leiria Fátima [Concult. abril 2013]. Disponível em: <http://www.rt-leiriafatima.pt>

Site oficial Associação Desenvolvimento Local Terras de Sicó[em linha]. Terras de Sicó [Concult. julho 2013]. Disponível em: <http://www.terrasdesico.pt/>

Site oficial da Câmara Municipal de Pombal [em linha]. Portal do Município de Pombal [Concult. abril 2013]. Disponível em: <http://www.cm-pombal.pt/>

Site oficial da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral [em linha]. Rede Urbana para a Competitividade e Inovação [Concult. julho 2013]. Disponível em: <http://ruci.cimpl.pt/>

Site oficial Território PROVERE Villa Sicó [em linha]. Villa Sicó [Concult. julho 2013]. Disponível em: <http://www.villasico.com/>

Site oficial da UNEP [em linha]. UNEP [Concult. fevereiro 2013]. Disponível em: <http://www.unep.org/>

Site oficial da UNESCO [em linha]. World Heritage, UNESCO [Concult. fevereiro 2013]. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/about/>

Site oficial da World Tourism Organization Network [em linha]. Sustainable Development of Tourism [Concult. fevereiro 2013]. Disponível em: <http://sdt.unwto.org/en/content/about-us5>

Site oficial do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico [em linha]. IGESPAR [Concult. junho 2013]. Disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/>

Site oficial The International Ecotourism Society [em linha]. Ecotourism [Concult. julho 2013]. Disponível em: <http://www.ecotourism.org/>